

CONSELHO DIRETOR



**Ata da 983<sup>a</sup>**

---

**Sessão de 04/07/2017**

1 983ª Sessão do Conselho Universitário. Ata. Aos quatro dias do mês de julho  
2 de dois mil e dezessete, às quatorze horas, reúne-se o Conselho Universitário,  
3 na Sala do Conselho Universitário, no Prédio da Reitoria, na Cidade  
4 Universitária “Armando de Salles Oliveira”, sob a presidência do Magnífico  
5 Reitor, Prof. Dr. Marco Antonio Zago e com o comparecimento dos seguintes  
6 Senhores Conselheiros: Adalberto Américo Fischmann, Adriana Maria Procopio  
7 de Araujo, Alexandre Nolasco de Carvalho, Aluísio Augusto Cotrim Segurado,  
8 Ana Lúcia Duarte Lanna, Ana Maria Loffredo, Alexandre Nogueira Martins,  
9 André Vitor Singer, Antenor Cerello Júnior, Antonio Carlos dos Santos, Antonio  
10 Carlos Hernandez, Antonio Carlos Teixeira Álvares, Bárbara Helena Almeida  
11 Carmo, Diana Gonçalves Vidal, Vivian Helena Pellizari, Eugênio Bucci, Bruno  
12 Sperb Rocha, Carlos Gilberto Carlotti Júnior, João Marcos de Almeida Lopes,  
13 Severino Toscano do Rego Melo, Cristiano Buoniconti Camargo, Dante  
14 Pinheiro Martinelli, Alessandro Soares da Silva, Diego Pereira Pandullo,  
15 Eduardo Henrique Soares Monteiro, Elisabete Maria de Gouveia Dal Pino,  
16 Fábio Frezatti, Fernando Dias Menezes de Almeida, Fernando José Benesi,  
17 Fernando Silveira Navarra, Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto,  
18 Frederico Pereira Brandini, Gabriela Soares Schmidt, Gabriele Souza Valadão,  
19 Germano Tremiliosi Filho, Gilberto Fernando Xavier, Hugo Ricardo Zschommler  
20 Sandim, Janina Onuki, João Cyro André, José Antonio Visintin, Marta Teresa  
21 da Silva Arretche, José Otávio Costa Auler Júnior, José Renato de Campos  
22 Araújo, José Roberto Castilho Piqueira, José Roberto Pereira Lauris, José  
23 Rogério Cruz e Tucci, Júlio Cerca Serrão, Léa Assed Bezerra da Silva, Luana  
24 dos Santos Alves Silva, Lucas Caprio dos Santos, Pedro Fredemir Palha, Luis  
25 Carlos de Souza Ferreira, Luiz Gustavo Nussio, Luiz Henrique Catalani,  
26 Gabrielle Paulanti de Melo Teixeira, Marcelo de Andrade Romero, Carlos  
27 Roberto Bueno Júnior, Marcos Domingos Siqueira Tavares, Marcos Egydio da  
28 Silva, Marcos Nascimento Magalhães, Marcos Nogueira Martins, Margaret de  
29 Castro, Maria Luiza Gonzalez Riesco Belinni, Ricardo Marques de Azevedo,  
30 Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado, Maria Arminda do Nascimento  
31 Arruda, Paulo Afonso Faria da Veiga, Neli Aparecida Mello-Théry, Maria das  
32 Graças Bomfim de Carvalho, Maria Madalena Januário Leite, Maria Tereza  
33 Nunes, Maria Vitoria Lopes Badra Bentley, Marilene Proença Rebello de  
34 Souza, Marisa Helena Gennari de Medeiros, Miguel Antônio Buzzar, Miguel

35 Parente Dias, Oswaldo Baffa Filho, Oswaldo Yoshimi Tanaka, Paulo Inácio de  
36 Knegt López de Prado, Paulo José do Amaral Sobral, Paulo Nelson Filho,  
37 Paulo Sergio Varoto, Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, Pedro Leite da Silva  
38 Dias, Marcelo Mulato, Pubenza Lopez Castellanos, Raul Franzolin Neto,  
39 Renato de Figueiredo Jardim, Rodney Garcia Rocha, Rodrigo Campos  
40 Cardoso, Rubens Beçak, Silvana Martins Mishima, Silvio Moure Cícero,  
41 Marcílio Alves, Tito José Bonagamba, Umberto Celli Junior, Vahan Agopyan,  
42 Valmor Alberto Augusto Tricoli, Patrícia Helen de Carvalho Rondó, Vinicius  
43 Curti Cícero, Vivian Cristina Davies Sobral Nascimento e Waldyr Antônio Jorge.  
44 Presente, também, o Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco, Secretário Geral.  
45 Justificaram antecipadamente suas ausências, sendo substituídos por seus  
46 respectivos suplentes, os Conselheiros: Ana Rosa Thisoteine Caldeira  
47 Menezes Freitas, Belmira Amélia de Barros Oliveira Bueno, Belmiro Mendes de  
48 Castro Filho, Brasilina Passarelli, Cibele Saliba Rizek, Clodoaldo Grotta  
49 Ragazzo, Diego Antonio Falceta Gonçalves, José Eduardo Krieger, Lucieli Dias  
50 Pedreschi Chaves, Manuela Silva Silveira, Marcelo Papoti, Maria Amélia de  
51 Campos Oliveira, Maria Angela Faggin Pereira Leite, Maria Cristina Ferreira de  
52 Oliveira, Maria Cristina Motta de Toledo, Pietro Ciancaglini, Simone Rocha de  
53 Vasconcellos Hage e Victor Wünsch Filho. Justificaram, ainda, suas ausências  
54 os Conselheiros: Alexandre Venturini Lima, Ana Campa, Antonio Carlos  
55 Marques, Cleber Renato Mendonça, Daniel Torres Guinezi, Fábio de Salles  
56 Meirelles, Fernando Joshua Santa Brígida Assunção, Fernando Martini  
57 Catalano, Jairo Kenupp Bastos, John Campbell McNamara, José Carlos  
58 Bressiani, José Sérgio Fonseca de Carvalho, Ligia Fernandes de Oliveira,  
59 Marilza Vieira Cunha Rudge, Marly Babinski, Primavera Borelli Garcia e  
60 Roberto Gomes de Souza Berlinck. Havendo número legal de Conselheiros, o  
61 Magnífico Reitor declara aberta a Sessão do Conselho Universitário da  
62 Universidade de São Paulo. **M. Reitor:** “Muito boa tarde Conselheiras,  
63 Conselheiros e convidados. Está aberta a nongentésima octogésima terceira  
64 Sessão do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo. Como  
65 sempre, essa sessão está sendo transmitida ao vivo e será gravada e deixada  
66 à disposição para aqueles que quiserem assistir posteriormente.” A seguir, o **M.**  
67 **Reitor** passa ao **EXPEDIENTE**, colocando em discussão a Ata da 982ª Sessão  
68 do Co, realizada em 30.05.2017. Colocada em votação, a mesma é aprovada

69 por unanimidade. A seguir, o **M. Reitor** passa a palavra ao Secretário Geral,  
70 para a apresentação dos novos membros. **Secretário Geral: Diretores:** Prof.  
71 Dr. Pedro Leite da Silva Dias do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências  
72 Atmosféricas; **Representantes de Congregação:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Tereza Nunes  
73 do Instituto de Ciências Biomédicas (recondução). **M. Reitor:** “Muito obrigado e  
74 muito bem vindos.” Ato contínuo o **M. Reitor** passa a suas comunicações. **M.**  
75 **Reitor:** “Como terminou o mandato do Professor Jackson, Diretor do ICB e,  
76 portanto, o mesmo não comparecerá mais às reuniões do Conselho  
77 Universitário, convidamos ele para que tomasse a palavra por alguns minutos e  
78 assim se despedir do Conselho Universitário.” **Cons. Jackson Cioni**  
79 **Bittencourt (apresentação):** “Boa tarde a todos os membros do Conselho, é  
80 um prazer revê-los e pela última vez, como membro do Conselho Universitário.  
81 Antes de fazer a apresentação do relatório de gestão que vocês devem ter  
82 recebido fisicamente, tentarei fazer um resumo em cinco minutos. De modo  
83 que, será meio rápido, mas antes de tudo, gostaria de agradecer à Reitoria:  
84 Professor Zago, Professor Vahan, Professor Ignácio, Professora Maria Paula,  
85 Renata, os quatro Pró-reitores, cinco na verdade, pois a Professora Maria  
86 Arminda estava na Reitoria: Professor Marcelo, Professor Carlotti, Professor  
87 Hernandez e Professor Krieger. Sempre, exatamente sempre, que o ICB  
88 precisou de todos esses setores da Reitoria da Universidade de São Paulo,  
89 recebemos ajuda, a isso tenho muito a agradecer ao Professor Zago e a todos  
90 os Pró-reitores, por sempre terem sido sensíveis aos pleitos do ICB. Creio que  
91 o ICB é o que é, não apenas pela força inerente dele e sua formação, mas,  
92 pelo menos ao longo desses quatro anos, a ajuda foi muito grande. O ICB  
93 existe há 48 anos e estamos organizados em seis prédios na Cidade  
94 Universitária: ICB 2, ICB 1, ICB 4, ICB 3 – que não dá para ver nessa imagem,  
95 pois essas árvores cobrem e o HU está logo aqui –, ICB 1, ICB 2, ICB 4, o  
96 Biotério e o ICB 3. Faço questão de demonstrar o porquê do ICB ser assim,  
97 pois nem todos entendem que o ICB está dividido em vários prédios aqui no  
98 *Campus*, isso trás algumas dificuldades para nós e algumas demandas para a  
99 Reitoria, pois não estamos em um prédio só. Há, ainda, o ICB 5, que é um  
100 Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão no Sul da Amazônia, em Montenegro,  
101 no Estado de Rondônia. O terreno é da USP, o Professor que está lá mora lá,  
102 depois de tornarmos ele um Centro de Apoio, o Professor Luiz Marcelo, que

103 tem a casa dele lá, dividindo o terreno dele com um pedaço do terreno da USP.  
104 Nesse local tem ambulatório, laboratório de análises clínicas, laboratório de  
105 pesquisa prestando um atendimento muito grande à população da cidade e às  
106 populações ribeirinhas, principalmente do Rio Madeira, bem como as  
107 populações indígenas de modo geral, fazendo atendimento à saúde primária,  
108 principalmente de doenças negligenciadas. Estamos no Brasil! Atendemos 14  
109 Unidades em 18 cursos de Graduação. Temos 4.400 matrículas no primeiro  
110 semestre e 3.000 no segundo semestre, aproximadamente 7.500 alunos  
111 durante o ano com 118 disciplinas ministradas. Na Pós-graduação temos 7  
112 Programas: Ciências Morfofuncionais; Biologia Celular e Tecidual;  
113 Farmacologia; Fisiologia Humana; Imunologia; Microbiologia; Biologia da  
114 Relação Patógeno Hospedeiro e 4 programas Interunidades: Biotecnologia;  
115 Bioinformática; Neurociências; e Biodiversidade Marinha. Nossos pós-  
116 graduandos, em sua imensa maioria, têm bolsa – um número muito pequeno  
117 não possui, mas temos quase 100% de bolsas. Temos, atualmente, 159  
118 docentes, 296 técnico-administrativos, 113 pós-doutorandos e 702 alunos de  
119 pós-graduação. Durante nossa gestão – minha e do Professor Luis Carlos –  
120 conseguimos mapear o que é produzido em termos de pesquisa no Instituto de  
121 Ciências Biomédicas e fizemos uma divisão, e por grandes áreas. Como  
122 podem ver, esse catálogo de pesquisa não serve somente para quando  
123 fazemos uma visita ou recebemos uma visita de alguém do exterior, mas esse  
124 material já está disponível no *site* do ICB. Logicamente, esse mapeamento nos  
125 trouxe alguns dados importantes. O número de docentes dedicados a doenças  
126 infecciosas passa de 40%, a Neurociências chega em 30%, Biologia do câncer  
127 em quase 20%, obesidade e diabetes em quase 15%. Todas essas áreas são  
128 aquelas contempladas em pesquisa no nosso Instituto. Temos uma quantidade  
129 muito grande de recebimento de fundo para a pesquisa, entre FAPESP; CNPq;  
130 CAPES; FINEP; os Ministérios da Saúde e da Ciência Tecnologia e Inovação;  
131 bem como das agências internacionais, como a Panamericana de Saúde; a  
132 Mundial de Saúde; COFECUB; Bill e Melinda Gates; e a Guggenheim  
133 Foundation, de Portugal. Recebemos, aproximadamente, R\$ 20 milhões da  
134 FAPESP em termos de quantidade de projetos. Nesse campo é possível  
135 visualizar as nossas citações, a média de citações e a média de fator H dos  
136 nossos docentes dos sete Departamentos organizados. No *slide* anterior

137 acabei não falando, mas são sete Departamentos: Anatomia; Fisiologia e  
138 Biofísica; Biologia Celular e do Desenvolvimento; Farmacologia; Imunologia;  
139 Microbiologia e Parasitologia. Estamos com quase um quarto de nosso fator de  
140 impacto acima de 4. A infraestrutura de pesquisa é compatível com as  
141 melhores Universidades do mundo e com laboratórios de última geração. Em  
142 termos de nível de biossegurança, temos o laboratório NB3, que é uma  
143 referência nacional. O CEFAP, que é o Centro de *Facilities*, oferece quantidade  
144 e, sobretudo, qualidade de bons equipamentos. Nossos equipamentos foram  
145 financiados pela FAPESP, em acordo com a Universidade. Tivemos,  
146 aproximadamente, 8 anos de criação do CEFAP até ele se tornar fisicamente  
147 organizado, com alguns técnicos concedidos pela Universidade e um aporte de  
148 mais de 5 milhões de dólares da FAPESP para montar essa *facilitie*, que  
149 atende não só o ICB, mas atende tanto a USP quanto fora da USP também.  
150 Uma das ações que fizemos foi introduzir os cadernos de laboratórios do ICB  
151 onde os alunos Pós-graduandos, de Iniciação Científica, Pós-doutorandos,  
152 Pesquisadores e visitantes fazem todas as anotações. Tivemos um apoio muito  
153 grande da Procuradoria Geral para tornar isso algo oficial contando com termos  
154 de aceitação e notificação de que esses dados pertencem à Universidade de  
155 São Paulo – também em termos de patente. Temos várias pesquisas de muita  
156 penetração em periódicos extremamente importantes na ciência mundial, como  
157 *Science* e *Nature* e demos uma resposta muito importante para o Brasil e para  
158 o mundo na época em que o ICB foi o nó principal da rede ‘Zica’ e que mais de  
159 dois trabalhos responderam que a relação entre a infecção viral do Zica e a  
160 produção de microcefalia está correlacionada diretamente. Temos alguns  
161 destaques de algumas publicações de Neurociências, como o Professor Nilton,  
162 da Parasitologia, Imunologia e Microbiologia. Temos vários trabalhos  
163 publicados em locais de respeitabilidade na ciência. Somos a sexta Unidade  
164 em números de patentes. Temos alguns prêmios no *ranking* da Folha, como o  
165 de melhor curso em Ciências Biomédicas, um prêmio de Mulher em Pesquisa  
166 para a Professora Sonia Jancar. O Professor Eduardo Mendes ganhou o  
167 prêmio Henri Nestlé em 2014 e podemos citar a medalha de Embaixador da  
168 Paz ao Professor Ii-Sei Watanabe – que se todos lembrarem, trata-se do  
169 Sérgio Vieira de Mello que foi um embaixador nosso que morreu em uma  
170 explosão no Oriente Médio. Montenegro – e quem quiser ir de carro levará um

171 bom tempo, pois são quase três mil quilômetros, mas é possível ir de avião – é  
172 um Centro no qual recebemos alunos da FOB Bauru, de Ribeirão Preto, da  
173 Medicina e de várias Universidades. Nossos alunos passam duas semanas lá e  
174 esses alunos também. Nossos alunos fazem um curso direto com o Professor  
175 Erney de Camargo, Professor Henrique Krieger, Professor Luís Marcelo, entre  
176 outros Professores que se deslocam para darem aulas naquela região. Nossa  
177 biblioteca tem quase 120 mil exemplares. O biotério pertence à rede que  
178 integra a rede de biotérios USP. A ajuda que recebemos da Receita Federal  
179 em equipamentos – no caso equipamentos que foram retidos e que alguns  
180 foram para a Medicina de São Paulo, outros para a Veterinária, outros para a  
181 Odontologia de São Paulo e para nós ficaram alguns equipamentos como  
182 *tablets* – possibilitou que nosso Museu de Anatomia fosse reinaugurado sendo  
183 um dos museus mais modernos do mundo em termos de anatomia. É um  
184 museu quase que inteiramente digital. Temos peças anatômicas ainda, mas é  
185 um museu com acesso digital. Aqui temos agencias nas quais há divulgação do  
186 ICB e aqui são as Universidade e Institutos de Pesquisa que temos convênios  
187 firmados. Eu e o Professor Luís Carlos encerramos a gestão de 2013 a 2017  
188 na qual fui Diretor. O Professor Luís Carlos era o Vice-diretor e foi eleito o  
189 Diretor. Muito obrigado a todos que colaboraram com o ICB. Muito obrigado.”  
190 Palmas. **M. Reitor**: “Muito obrigado Professor Jackson, a Universidade  
191 agradece o seu empenho e o tempo dedicado à gestão de uma Unidade que  
192 todos que são Diretores sabem que não é pouca coisa. Devo alertar que temos  
193 uma pauta imensa e, portanto, vamos respeitar rigidamente a restrição de  
194 dedicarmos 90 minutos ao Expediente. Terminado esse tempo o Expediente  
195 será encerrado e passaremos à Ordem do Dia. Continuando, como Reitor,  
196 peço à Doutora Monica Teixeira que faça uma breve apresentação a respeito  
197 de uma novidade de algo sobre o qual a Universidade está trabalhando nesse  
198 momento. A Mônica, como todos conhecem, é jornalista, particularmente  
199 conhecida pela FAPESP, TV Cultura, UNIVESP e tem uma longa história,  
200 inclusive na própria USP, estando, hoje, encarregada da questão de divulgação  
201 científica na Universidade e irá apresentar-nos uma novidade.” **Sr.ª Mônica**  
202 **Teixeira (apresentação)**: “Apresentarei para vocês hoje o estado no qual está  
203 esse novo canal USP no *Youtube* que fica no endereço  
204 <[youtube.com/canalusp](http://youtube.com/canalusp)> e tem uma proposta editorial que estou chamando de

205 singela, na medida em que, se propõe a ser um canal entre a Universidade e a  
206 Sociedade, de modo que a divisão em três partes corresponde à atividade de  
207 ensino, que é a formação de recursos humanos – muito importante entre as  
208 tarefas da Universidade; o que chamamos de ‘aconteceu na USP’ pretende  
209 mostrar encontros, conferências e mesas redondas que acontecem na  
210 Universidade; e o que estamos chamando de ‘Ciência USP’ é a atividade de  
211 cobertura e divulgação da produção científica e acadêmica da USP que  
212 estamos fazendo nesse grupo chamado Núcleo de Divulgação Científica, que  
213 está funcionando desde 2015. Como disse, o objetivo é de fato fazer uma  
214 ponte com a sociedade, de modo a termos um canal em que, basicamente,  
215 estamos mostrando aulas da USP gravadas em sala de aula, não  
216 exclusivamente, mas as que temos aqui são gravadas em sala de aula. Já  
217 temos aqui 26 cursos gravados na íntegra. Nesse semestre passado  
218 gravamos: Teoria Geral do Direito Penal na Faculdade de Direito, com a  
219 concordância e o apoio do Professor Tucci; e um curso de Matemática  
220 Financeira e introdução às Finanças, que foi gravado na ESALQ, também com  
221 a ajuda do Professor Nussio. Nós escolhemos ainda gravar um curso de Física,  
222 no caso Física 1, para a Escola Politécnica. A ideia aqui é que se abra a USP a  
223 quem quiser ter acesso aos conteúdos que são transmitidos aqui. Tenho uma  
224 experiência anterior com uma atividade como essa, que foi a do Canal  
225 UNIVESP TV, no qual a veiculação de aula das três Universidades Estaduais e,  
226 em particular, as da USP, tiveram grande sucesso. Os alunos de outras  
227 Universidades se beneficiam muito disso, agradecem e, enfim, é uma  
228 experiência que creio que poderá ser muito boa para a Universidade de São  
229 Paulo também. Mostrarei agora essa parte chamada ‘Aconteceu na USP’, no  
230 qual temos cursos e seminários. O material que estamos usando não é apenas  
231 das coisas que estamos gravando especificamente para isso, mas estamos  
232 usando material que já está no IPTV, coisas mais antigas e materiais de outras  
233 Unidades e outros *campi*, como o ‘Ciência 19horas’ e também abrimos outro  
234 espaço para veicular isso. Finalmente, o último grande bloco é de reportagens  
235 que ‘o Ciência USP’ já vem fazendo. Nesses dois anos temos algo como 200  
236 ou 300 reportagens em vídeo, que estão reunidas agora nesse endereço no  
237 *YouTube* e tem ainda uma face no *Facebook* também chamada ‘Ciência USP’.  
238 Era esse o conteúdo que eu tinha para apresentar e estou á disposição de



239 todos. No momento estamos descobrindo que aulas gravaremos no semestre  
240 que vem.” Ato contínuo, é perguntado à Sr.<sup>a</sup> Mônica Teixeira sobre o destino do  
241 conteúdo do IPTV, dúvida que é respondida da seguinte forma. **Sr.<sup>a</sup> Mônica**  
242 **Teixeira:** “Em relação ao passado, tem coisas no IPTV que são preciosas, que  
243 estamos procurando e organizando, mas há também a iniciativa de vocês.  
244 Basta nos procurar, meu e-mail é <m0micateixeira@usp.br>, como se fosse  
245 meu nome Mônica Teixeira, só que no lugar do 'o' temos um número '0'.” Ato  
246 contínuo, é perguntado à Sr.<sup>a</sup> Mônica Teixeira sobre os cursos da USP que  
247 estavam na plataforma da UNIVESP TV. **Sr.<sup>a</sup> Mônica Teixeira:** “Ao longo do  
248 tempo da UNIVESP, nós gravamos – digo nós, pois estive nesse processo – 23  
249 cursos da USP na sua íntegra e eles estão todos nesse novo canal. Pegamos  
250 esse material e estamos acrescentando elementos. Nesse semestre nós  
251 gravamos três cursos e no semestre que vem, talvez consigamos gravar cinco  
252 disciplinas. Muito obrigado a todos. Muito obrigado à STI e à SCS, sem as  
253 quais não conseguiríamos fazer isso.” **M. Reitor:** “Muito obrigado Mônica, essa  
254 era uma missão que tínhamos, de consolidar, considerando todas essas coisas  
255 que espontaneamente as Unidades e os pesquisadores vão fazendo. Alguns  
256 abrem o seu próprio canal, inclusive e nós deveríamos consolidar isso tudo  
257 para que se tornasse um instrumento de comunicação da Universidade com a  
258 sociedade, então parabéns a todos que se esforçaram para isso. Quero ainda  
259 dizer que recebemos do Diretor da Faculdade de Direito uma edição de selos  
260 do correio brasileiro, comemorando os 190 anos da Faculdade de Direito, que  
261 no dia 11 de agosto desse ano fará seus 190 anos; nossa mais antiga  
262 Unidade.” Palmas. **M. Reitor:** “Devo comunicar a todos que diante da decisão  
263 tomada na última Sessão, encaminhei à COP uma consulta, conforme me foi  
264 determinado, dizendo o seguinte: 'encaminhem-se os autos à Secretaria Geral,  
265 para que a COP examine com urgência a possibilidade de concessão de  
266 reajuste salarial para as faixas mais baixas de vencimentos dos servidores  
267 docentes, técnicos e administrativos' - esse que foi um dos destaques  
268 aprovados na última reunião, quando discutimos o reajuste salarial. A COP  
269 respondeu que analisou e que, infelizmente, diante da situação, principalmente  
270 diante da persistência de uma baixa receita e uma resistência de elevação do  
271 ICMS, eles não recomendam de maneira alguma qualquer tipo de reajuste. Era  
272 isso que eu deveria informar nesse aspecto. Dessa forma, vou apresentar

273 alguns tópicos que se acumularam ao longo do tempo e outras informações  
274 que creio serem importantes de se dar à Universidade.” Ato contínuo, o **M.**  
275 **Reitor** inicia uma apresentação. **M. Reitor (apresentação)**: “Diante do  
276 persistente boato de que a USP está sendo desmontada, 'infelizmente' todas  
277 as notícias que recebemos não corroboram isso. A Universidade de São Paulo  
278 foi a única Universidade da América Latina incluída entre as 100 melhores  
279 Universidades do mundo, em termos de reputação, no mais conceituado  
280 *ranking* global que é o *Times Higher Education*. Ela aparece junto com quatro  
281 outras Universidades do mundo latino – de língua e cultura latina – são apenas  
282 cinco Universidades que aparecem entre as 100 melhores do mundo, são três  
283 Universidades francesas – as três de Paris – a *École Polytechnique Fédérale*  
284 *de Lausanne* e a Universidade de São Paulo. Todas as outras Universidades  
285 que aparecem entre as 100 melhores do mundo são Universidades do mundo  
286 anglo-saxão, germânico, asiático e assim por diante. Também, no *ranking*  
287 desse ano, das chamadas *Top 10 Universities in Latin America*, a Universidade  
288 de São Paulo continua sendo a primeira da América Latina. Ao lado temos uma  
289 classificação global, podemos ver as 10 Universidades que aparecem na  
290 América Latina, como os dois *rankings* são feitos separadamente, há uma  
291 discrepância de classificação mais ao final, de modo que, algumas aparecem  
292 antes das outras conforme a lista que se olhe. No início da lista todas  
293 coincidem e a USP está em primeiro lugar. Outra questão que considero  
294 interessante informar ao Conselho Universitário, uma vez que houve aqui a  
295 sugestão de que a Universidade iria fazer um esforço para fazer economia nas  
296 questões que não são de pessoal, são inerentes ao tema outros custeios e  
297 investimentos. Desse modo, trago aqui a evolução destes gastos, tanto de  
298 pessoal quanto de custeios e outros investimentos, nos anos de 2013 – ano  
299 anterior a essa gestão – e 2016. No primeiro lote de colunas estão os valores  
300 nominais e no segundo, a correção pelo IPC/FIPE. Como poderão observar, o  
301 gasto com pessoal regrediu durante esse meu mandato de 2013 a 2016 um  
302 total de 11,6%, enquanto que outros custeios e investimentos, com a  
303 contribuição de Diretores e Dirigentes das diversas áreas, fizemos uma  
304 economia de praticamente 50%. De tal maneira que, quando dizemos que  
305 acerca desses outros gastos nós já fizemos um esforço considerável e a  
306 gordura que havia para cortar já foi efetivamente cortada, podemos ver isso

307 claramente demonstrado nesse corte de cerca de 50%. A outra questão que  
308 quero informar é a respeito dos gastos e evolução de despesas com  
309 permanência e formação estudantil. Isso tem uma importância grande, pois  
310 trataremos mais tarde da questão do ingresso na Universidade e os dois  
311 problemas têm um vínculo inegável, que percebemos nesse ano de 2017 com  
312 a inclusão bastante grande de alunos originados da escola pública. Percebam  
313 que de todas as despesas da Universidade, essa é a despesa que até hoje não  
314 sofreu cortes. Gastamos, em 2013, R\$ 170 milhões e em 2016, R\$ 226 milhões,  
315 correção exatamente correspondente à inflação FIPE nesse período. Em 2016  
316 o valor gasto com permanência estudantil correspondeu a 3,8% do orçamento  
317 geral da Universidade, ou seja, 32%, quase um terço de nosso orçamento de  
318 outros custeios e investimentos. Com relação especificamente à moradia  
319 estudantil, há de se dizer que estamos no limite daquilo que nossas  
320 acomodações permitem comportar, que são 5.200 estudantes que recebem  
321 moradia em algum dos nossos *campi*. Há de se dizer que o gasto com cada um  
322 desses estudantes é de cerca de R\$ 2.300 por mês, como sempre o que nós  
323 executamos é muito mais caro do que aquilo que contratamos. Se somarmos a  
324 isso os auxílios moradia, como é possível ver na tabela seguinte – a  
325 Universidade de São Paulo hoje fornece diretamente auxílio ou moradia para  
326 um total de cerca de 8.700 estudantes, ou seja, 9,2% de todo o seu corpo  
327 discente, contando-se Graduação e Pós-graduação. Com relação à evolução  
328 das bolsas, há que se dizer que houve movimentações, por exemplo: em 2015  
329 criamos um programa unificado de bolsas que pretendia ter 6.000 bolsas, o que  
330 realmente veio a ter em 2016, mas já em 2015, 1.200 bolsas haviam sido  
331 concedidas, de tal maneira que as 6.000 corresponde às 4.800 mais aquelas  
332 de 1.200. Podemos visualizar nesse balanço, como expliquei, nesse ano de  
333 2017 reduziremos o total de bolsas do programa unificado para transferir esses  
334 recursos ao programa de auxílio moradia. Esse é o impacto que já ficou  
335 evidente, pois tivemos uma demanda qualificada, por parte das assistências  
336 sociais, muito maior de estudantes buscando auxílio moradia, estudantes que  
337 de fato precisam, o que é resultante de nossa maior inclusão. Portanto, não  
338 houve nenhuma iniciativa da Universidade de reduzir bolsas. A confusão surgiu  
339 e a informação foi dada aqui, pois de fato houve redução de bolsas,  
340 principalmente do PIBIC, uma vez que o Governo Federal reduziu os recursos

341 para as bolsas de iniciação científica que recebíamos do CNPq, nesse ponto a  
342 redução foi significativa. Finalmente, fiz um cálculo que julgo interessante para  
343 aquilo que será discutido hoje. Quanto nós investimos por aluno por ano? Qual  
344 o custo anual dos alunos da USP? Fiz isso dividido por *Campi*, pois este valor é  
345 muito diferente, pois depende das estruturas que consomem recurso em cada  
346 *campi*. Será possível ver que varia de R\$ 14.790 em Lorena, obviamente  
347 refletindo as necessidades de que a Universidade faça mais investimento  
348 naquele *campus* até chegarmos ao valor – e aí temos diferenças que podem  
349 ser claramente explicadas, por exemplo, o *campus* de Ribeirão Preto tem um  
350 aluno mais caro, pois é um *campus* essencialmente de ciências biológicas ou  
351 da saúde, que são reconhecidamente cursos que consomem mais recursos – a  
352 discrepância que se vê com Bauru, no qual o gasto é de R\$ 191.000 por  
353 estudante, pois são os gastos todos que fazemos em Bauru, inclusive com o  
354 Hospital HRAC, dividido pelo número de estudantes que temos lá. Quantos  
355 estudantes de graduação estão em Bauru hoje? Somando tudo um total de 330  
356 estudantes, quando se divide uma coisa pela outra temos esse alto  
357 investimento para os estudantes. É necessário que se leve isso em conta  
358 quando tratarmos das missões da Universidade de São Paulo. Creio que esse  
359 era o último ponto, portanto passo a palavra ao Professor Adalberto  
360 Fischmann, que deve fazer a primeira atualização da execução orçamentária.”  
361 **Cons. Adalberto Américo Fischmann (apresentação):** “Como o Professor  
362 Zago falou, estamos trazendo a primeira atualização que prometemos no final  
363 do ano passado para ser feita com os dados entre janeiro e maio de 2017, para  
364 que possamos ver como estamos com as contas da Universidade. Podemos  
365 ver nesse *slide*, em primeiro lugar, qual era a previsão do orçamento da  
366 Universidade que fizemos em dezembro do ano passado para o ano de 2017.  
367 Tínhamos uma previsão de IPCA de 5,1% e um PIB de 1,3% positivo. Estamos  
368 hoje com um IPCA estimado em 3,6% e um PIB medíocre de 0,4% - menos de  
369 meio por cento. Na figura abaixo temos o IPCA da lei orçamentária anual que  
370 usamos como base, no caso 5,1%, que se vê na linha superior, e temos o PIB  
371 também pontilhado que mostra o valor de 1,3%, que balizou nosso orçamento  
372 para 2017. Na linha azul temos um indicativo de qual é a queda no IPCA, ou  
373 seja, algo positivo, pois ele caiu, o que é muito bom, mas quando olhamos a  
374 previsão do PIB para 2017, a mesma está estabilizada em uma trajetória de

375 cerca de 0,4%, o que indica uma dificuldade, pois teimosamente a arrecadação  
376 não está subindo, mas continua persistentemente estabilizada, uma  
377 preocupação que teremos de ter ao longo desse segundo semestre e,  
378 possivelmente, para o ano de 2018. A arrecadação do ICMS nesse período de  
379 2014-2017 está sinalizada em dois quadros, à esquerda com os valores  
380 nominais e à direita com os valores deflacionados para maio de 2017. Se  
381 tomarmos o ano de 2014 como um ano já muito ruim, vemos uma trajetória nos  
382 valores deflacionados decrescendo de R\$ 104,15 bilhões para R\$ 91 bilhões  
383 de previsão para 2017, ou seja, estamos em um mundo muito difícil com  
384 relação à arrecadação do ICMS. Olhando especificamente o ano de 2017,  
385 temos, nas barras verticais, a arrecadação efetiva; no traço pontilhado há a  
386 previsão do orçamento, ou seja, o que a Universidade previu que receberia a  
387 cada mês. Na verdade, temos ainda a previsão que a Secretaria da Fazenda  
388 faz e atualiza mês a mês, que é a linha verde, nela podemos ver que estamos  
389 com uma arrecadação significativamente menor, em particular no mês de  
390 fevereiro desse ano, no qual tivemos uma arrecadação realmente muito baixa.  
391 Isso ajustado todo mês, mas de qualquer forma, temos um *déficit* em relação  
392 ao que foi previsto, ou seja, a Secretaria da Fazenda tem tido que corrigir  
393 sistematicamente as projeções de arrecadação para o ano de 2017.  
394 Continuando ainda, temos a arrecadação especificamente da Universidade de  
395 São Paulo, com o que ela recebe dos repasses do Tesouro do Estado em  
396 relação à receita própria não vinculada, se somarmos tudo isso, temos uma  
397 receita de R\$ 4,950 bilhões no ano. A proposta inicial que fizemos em  
398 dezembro e passamos para a projeção total para o fim de 2017 com R\$ 4,813  
399 bilhões, ou seja, temos algo a menos de cerca de 2,8% de arrecadação  
400 prevista para o final do ano. Na linha de receitas vinculadas nas Unidades há  
401 uma situação positiva, mas ainda insuficiente para mudar muito o quadro da  
402 Universidade, ou seja, continuamos ao final do ano com 2,1% a menos de  
403 receita total para a Universidade. Nas despesas, vale a pena salientar que os  
404 recursos do tesouro e os recursos próprios não vinculados tem uma redução de  
405 0,4%, o que reflete o nosso orçamento de despesas ao final novamente com  
406 uma situação positiva de 0,2%, ou seja, estamos ainda fazendo esforço para  
407 reduzir as receitas, a despeito de que a arrecadação do Estado, que nos  
408 transfere as receitas do tesouro, continua ainda muito baixa, o que tem sido

409 persistente ao longo dos meses. No balanço, posso assinalar mais  
410 especificamente que projetamos para o ano de 2017 um resultado acumulado  
411 negativo de R\$ 610 milhões e estamos terminando esse ano de 2017 – com os  
412 dados que dispomos hoje – com um resultado negativo de R\$ 721 milhões.  
413 Obviamente isso tem um impacto muito forte sobre as reservas financeiras que  
414 a Universidade tem. Merece, ainda, destaque o percentual de  
415 comprometimento que a Universidade tem em relação às receitas do tesouro.  
416 Tínhamos estimado, em dezembro do ano passado, para o ano de 2017, um  
417 comprometimento depois daqueles PIDVs, algo estimado em torno de 96,5%  
418 de comprometimento e estamos projetando, para o fim de 2017, um  
419 comprometimento com os recursos do tesouro do Estado de 99,2%, isso se dá  
420 não de termos aumentado os gastos com pessoal, mas assim que as receitas  
421 do Tesouro do Estado encolheram, conseqüentemente esse percentual  
422 aumentou e, na contramão do que estamos falando – reparem que tínhamos,  
423 na penúltima linha, outros custeios e investimentos uma projeção de 14,5% de  
424 gastos e estamos com uma projeção para o final de 2017 de 14% –, ou seja,  
425 estamos sem dúvida alguma arcando com um peso muito grande de segurar as  
426 despesas. Portanto, as despesas estão muito apertadas e estamos segurando  
427 tudo que é possível segurar. Passando para o penúltimo tópico, tínhamos a  
428 projeção para terminar o ano de 2017 com um saldo bancário de R\$ 850  
429 milhões e tínhamos, na disponibilidade vinculada, R\$ 810 milhões, ou seja, na  
430 disponibilidade não vinculada R\$ 810 milhões e na vinculada R\$ 40 milhões.  
431 Como estamos agora com relação às reservas financeiras? A disponibilidade  
432 não vinculada que está nas contas acima era de R\$ 810 milhões, que é o que  
433 foi projetado para o final de 2017, todavia temos ainda de retirar os restos a  
434 pagar e o orçamento de custeios de investimentos, que somam R\$ 59,5  
435 milhões e o *déficit* que apontamos no *slide* anterior de R\$ 721 milhões,  
436 totalizando tudo isso uma conta positiva de reserva financeira para 31 de  
437 dezembro, de R\$ 29 milhões. Esse valor dentro do caixa da Universidade é  
438 praticamente nada, ou seja, estamos praticamente zerando a disponibilidade  
439 das reservas financeiras para 2018. Apenas para lembrar um dado que ilustra  
440 bastante a dificuldade que temos passado, em junho de 2011 tínhamos um  
441 comprometimento de gastos com pessoal, que todos devem estar lembrados,  
442 de 77% da arrecadação. Hoje estamos com uma previsão nesse mês de junho

443 de 2017, seis anos depois, de R\$ 102,71%, que é a informação que está nos  
444 indicadores financeiros disponíveis para a consulta no portal da transparência.  
445 Essa diferença tem arruinado nossa reserva financeira e com isso estamos  
446 chegando à exaustão daquele colchão que nos permitiu segurar a operação da  
447 Universidade ao longo desses anos de 2014, 2015, 2016 e 2017, de tal modo  
448 que a história fica muito comprometida para 2018. O que prevemos para 2018?  
449 Três coisas que devem gerar grande reflexão. Uma elevada incerteza na  
450 evolução da arrecadação do ICMC, por mais que façamos qualquer projeção  
451 para 2017 não sabemos o que acontecerá nesse segundo semestre, tendo em  
452 vista todos os problemas que ocorrem no âmbito da política e repercutem na  
453 economia, o que não nos permite ter um quadro alvissareiro para esse  
454 segundo semestre e para 2018. Segundo ponto que salientamos é que a  
455 reserva financeira de R\$ 29 milhões é praticamente zero, pois qualquer deslize  
456 para um lado ou para o outro consome essa reserva financeira, dentro de um  
457 orçamento da Universidade que é da ordem de R\$ 5 bilhões de reais, R\$ 29  
458 milhões não representa praticamente nada. Isso faz com que tenhamos uma  
459 responsabilidade, enquanto Universidade, para o ano de 2018 de zerar esse  
460 *déficit*. Sabemos que estamos com o cinto apertado, o que está praticamente  
461 nos estrangulando, mas se quisermos sobreviver a 2018, teremos de ter  
462 medidas adicionais de contenção dos gastos. A COP tem se reunido  
463 sistematicamente e, na penúltima reunião, onde sentimos esse quadro  
464 preocupante, colocamos várias ideias para serem estudadas, de modo a  
465 fazermos face para a ano que vem, uma vez que sabemos que as reservas que  
466 dispúnhamos até agora não existirão para o ano que vem. Devemos todos ter  
467 essa consciência de que 2018 será um ano de grande aperto. Muito obrigado.”

468 **M. Reitor**: “Podemos então passar a palavra aos Conselheiros, apenas uma  
469 informação. Um dos motivos pelo qual o custo dos estudantes de Lorena é  
470 significativamente melhor é que ainda o governo do Estado é responsável por  
471 50% dos custos com os docentes em Lorena e com 80% dos custos com os  
472 funcionários não-docentes, fruto desse processo de transição da FAENQUIL  
473 para a Universidade de São Paulo, de tal maneira que isso representa um  
474 balanço muito importante.” **Cons. Paulo José do Amaral Sobral**: “Vim aqui  
475 para me despedir, pois também é a minha última reunião no Conselho  
476 Universitário. Estou há 8 anos na administração, fui Vice-Diretor na gestão

477 anterior e agora, como Diretor, já está eleita a nova Diretora, que era minha  
478 Vice-diretora, tornando-se uma tradição na FZEA que o Vice-diretor se torne o  
479 Diretor – de todos os 6 ou 7, apenas um, não foi Diretor. Gostaria de agradecer  
480 à Administração Central toda a colaboração com relação à Faculdade de  
481 Zootecnia e Engenharia de Alimentos. Agradecer também aos Pró-reitores que  
482 foram muito importantes, implementamos muitos programas de Cultura e  
483 Extensão nesse segundo biênio e também de pesquisa. Nosso programa de  
484 pós-doutorados – não chegamos aos cento e tanto do ICB –, mas temos 42  
485 pós-doutorandos. Para mim foi uma honra dirigir a Faculdade de Zootecnia e  
486 Engenharia de Alimentos – cujo aluno custa 36 mil reais, mas gostaria de dizer  
487 que o retorno é muito maior do que isso, vocês podem acreditar. Oferecemos  
488 260 vagas em 4 cursos, 5 se contarmos o noturno. Sendo que, são dois de  
489 Engenharia, sendo Engenharia de Alimentos e Engenharia de Biosistemas –  
490 que é pioneiro no Brasil – e outros dois da área de saúde animal e  
491 biologia/biociências, que são os cursos de Zootecnia e Medicina Veterinária. O  
492 curso de Engenharia de Alimentos oferece 50 vagas diurnas e 50 vagas  
493 noturnas. Também temos 5 programas de pós-graduação, 4 são acadêmicos  
494 com mestrado e doutorado e um é de mestrado profissional. Isso nos dá cerca  
495 de 1.300 ou 1.400 alunos de Graduação e uns 350 ou 400 alunos de Pós-  
496 graduação. Temos cerca de 30 residentes em nosso hospital veterinário e  
497 diversos que estão se aprimorando, sendo a mão de obra que temos para  
498 trabalhar em nosso Hospital Veterinário, pois só dispomos de três médicos  
499 veterinários. Nós nos viramos! Damos um jeito! Nossos números podem ser  
500 impressionantes, modéstia parte, que tenhamos feito isso, sobretudo, com  
501 relação à internacionalização, pois apesar de sermos pequenos, somos uma  
502 das 5 Unidades que oferecem duplo diploma. Faz duas ou três semanas, eu  
503 estava recebendo a visita do Pró-reitor de Graduação, estávamos em reunião,  
504 e tive que deixá-lo, pois fui colar grau de duas alunas francesas da *ONIRIS*  
505 pelo seu diploma brasileiro. Um seletor clube nessa imensa Universidade de  
506 São Paulo e já assinamos o segundo, ou seja, estamos com dois convênios de  
507 duplo diploma. Diga-se por sinal, é o programa que dá a mão inversa em  
508 termos de convênio internacional, pois apesar de pequenos, somos o segundo  
509 nesse número, passamos o ICB com certeza. Mas quanto aos convênios  
510 internacionais normais, a mão dupla é capenga, temos muito mais brasileiros



511 no exterior do que recebemos, o que é curioso, já tivemos, na minha gestão,  
512 mais de 120 alunos no exterior, e hoje temos 60 ou 70 por causa do programa  
513 BRAFAGRI, entre outros. Quanto ao duplo diploma não, temos mais franceses  
514 conosco fazendo a parte brasileira do que brasileiros na França, fazendo a  
515 parte francesa. Recentemente colamos grau de 6 alunos franceses e apenas 3  
516 brasileiros lá na França. Tudo isso são números e quero dizer que se deve a  
517 pujança de nosso corpo docente a quem tive e tenho a honra de dirigir. Somos  
518 apenas 110 docentes, ministrando aulas do primeiro ao quinto ano. Não temos  
519 um ICB lá, não temos um Instituto de Física, não temos um Instituto de  
520 Química em Pirassununga. Somos 110 docentes distribuídos em 5  
521 Departamentos que ministram aulas do primeiro ao último ano. Desses 110  
522 docentes, o último número que tinha, apesar de formarmos 4 profissões, somos  
523 29 ou possuímos 29 diplomas diferentes - de Agronomia à Direito. Temos  
524 também um filósofo e isso é bom, mas dá a complexidade do que tenho de  
525 gerir, pois tenho que falar com o físico e com o filósofo também. Para mim isso  
526 foi uma honra e o grande legado que deixo para a Faculdade é interno, foi a  
527 pacificação da Unidade, e posso dizer para os senhores que hoje, em minha  
528 gestão, a Congregação começa e termina em paz, tomando sempre as  
529 melhores decisões para a Faculdade. Muito obrigado a todos, muito obrigado à  
530 Administração Central e meus caros colegas, vocês serão sempre bem vindos  
531 para conhecer Pirassununga, muitos não nos conhecem, muitos nos  
532 confundem com outros lugares e serão bem recebidos. Muito obrigado.” **M.**  
533 **Reitor:** “Professor Paulo Sobral, a Universidade agradece a sua dedicação e  
534 seu empenho , bem como o entusiasmo pelo *campus* de Pirassununga, pela  
535 Faculdade que, para aqueles que não conhecem, digo que devem conhecer,  
536 pois é um lugar fantástico.” **Cons.<sup>a</sup> Maria Arminda do Nascimento Arruda**  
537 **(apresentação):** “Farei rapidamente uma apresentação sobre as ações  
538 afirmativas e políticas de inclusão social na Faculdade de Filosofia, Letras e  
539 Ciências Humanas durante os anos de 2016 e 2017. São dados desses dois  
540 anos, pois é o período do SISU – logo, são os anos nos quais a USP aderiu ao  
541 SISU e também são dados sobre as chamadas cotas PPI. O que está claro  
542 aqui é que na Faculdade de Filosofia temos ações afirmativas crescentes e  
543 pedi para apresentar esses dados hoje, pois temos um assunto de pauta que  
544 reputo ser de grande relevância. Nesse sentido, queríamos dizer que nas

545 vagas da Faculdade de 2016 para 2017, passamos de 20% para 30% no SISU.  
546 Os quadros seguintes e, nesse ponto, temos os dados absolutos com relação à  
547 escola pública – no quadro, EP não é Escola Politécnica, mas sim escola  
548 pública, logo não é uma comparação – e nos dados seguintes com relação às  
549 vagas oferecidas na Faculdade. Percebemos que já em 2016 a Faculdade de  
550 Filosofia tinha atingido algo como 49%, que se somarmos as outras  
551 modalidades como 'tendo cursado parte da escola pública' ou 'parte na escola  
552 privada' temos em torno de 49% em 2016 de estudantes provenientes da  
553 escola pública. No quadro seguinte, com relação aos dados de 2015-2016 –  
554 considerando que em 2017 esses dados ainda não estão consolidados – fica  
555 claro que no total, e aqui há uma discriminação por curso, já em 2015 tínhamos  
556 todo o ensino médio na escola pública com algo em torno de 32,1% e em 2016  
557 com um ligeiro crescimento. No quadro abaixo pode-se ver a reação entre  
558 estudantes da Faculdade e as chamadas cotas PPIs. Isso quer dizer que a  
559 Faculdade hoje já possui mais de 32% provenientes das chamadas cotas PPIs.  
560 Conforme decisão da última Congregação realizada na última quinta-feira do  
561 mês passado, informo a esse Conselho Universitário que homogeneizamos as  
562 notas de corte para o SISU, pois havia um diferencial nas notas de corte entre  
563 os cursos. Aprovamos, dos 30% de escola pública, um total de dois terços para  
564 os PPIs e aprovamos, também, para 2019, uma proposta semelhante a da  
565 UNICAMP de que atingiríamos 50% de escola pública e 37,2% de PPI, que é o  
566 contingente da população do Estado de São Paulo proveniente dessa  
567 população. Apresentei esses dados, pois queria deixar exposto que essas  
568 propostas de ação afirmativa de inclusão não significaram e não tem  
569 significado uma perda de substância dos nossos estudantes. Portanto, em  
570 conclusão, isso quer dizer que tais ações afirmativas devem ser  
571 acompanhadas de duas outras. A primeira é que aqueles que estão nas faixas  
572 mais baixas de pobreza possuem cor, portanto as chamadas cotas PPI são  
573 parte dessa justiça social e, em segundo lugar, como última coisa, é que a USP  
574 deve se engajar, na visão da Faculdade, em uma campanha para a reforma da  
575 rede pública de ensino e as Instituições devem propor medidas de acolhimento  
576 desses estudantes.” Palmas. **Cons. André Vitor Singer**: “Quero dar  
577 conhecimento ao Conselho Universitário do documento preparado pela  
578 Professora Maria Helena Machado, minha antecessora na representação da

579 Congregação da Faculdade de Filosofia, sobre o tema das cotas raciais.  
580 Fazemos isso tendo em vista o fato da Faculdade de Filosofia ter um longo  
581 acúmulo de discussão, praticamente desde sua fundação – e da Universidade  
582 de São Paulo, em 1934 – sobre esse tema. Gostaria de lembrar que o  
583 Professor Florestan Fernandes foi um dos principais intelectuais a discutir a  
584 questão da integração dos negros na Sociedade Brasileira, de modo que nos  
585 pareceu relevante trazer essa contribuição da qual lerei breves trechos, uma  
586 vez que o documento está sendo distribuído para todos. Desde 2004 com a  
587 adesão da Universidade de Brasília ao sistema de cotas raciais, um grande  
588 debate se instaurou em nossa sociedade. Em 2010 um partido político entrou  
589 no STF com uma representação contra as cotas, ao final rejeitada pelo  
590 Supremo em 2012. Chamado a falar perante o STF sobre esse assunto, o  
591 historiador Luiz Felipe de Alencastro sublinhou não apenas os males da  
592 formação dos Estados e das sociedades nacionais baseados amplamente no  
593 trabalho escravo, como ressaltou a flagrante ilegalidade de nossa escravidão e  
594 suas consequências perversas em nossa história. ‘Longe de subscrever o  
595 quadro de uma escravidão íntima e adocicada pela proximidade, os  
596 argumentos do historiador ressaltavam a violência e o caráter ilegal da  
597 escravização de africanos e seus descendentes em nossa sociedade. Embora,  
598 de acordo com os tratados assinados pelo Brasil após a independência, a partir  
599 de 1831, o tráfico transatlântico de escravos estivesse banido, o Estado  
600 brasileiro tolerou, e ativamente acobertou a entrada de por volta de 1,3 milhão  
601 de africanos. Apesar dos clamores internacionais e de questionamentos legais  
602 por parte de abolicionistas, tais africanos e seus descendentes foram mantidos  
603 na escravidão até 1888. Não apenas a escravidão brasileira pós-1831 esteve  
604 baseada em um pacto de silêncio, como a pós-emancipação foi marcado por  
605 ausência de políticas públicas reparatórias. Especialmente no item educação –  
606 que nos interessa no dia de hoje –, a população afrodescendente brasileira foi  
607 particularmente prejudicada. Mas, não se trata de basear a reivindicação por  
608 cotas apenas na necessidade da adoção de políticas reparatórias. Vejamos a  
609 realidade atual. Os índices demonstram que, embora de forma paulatina, a  
610 população escolar afrodescendente venha sendo integrada ao ensino  
611 fundamental e médio, embora neste último ainda se visualize uma diferença  
612 percentual significativa em relação ao terceiro grau, a integração da população

613 afrodescendente ainda é muito baixa. Os dados de 2008 mostram que  
614 enquanto em torno de 20% da população brasileira de origem europeia era  
615 universitária, apenas 7,7% dos afrodescendentes estavam matriculados em  
616 instituições de ensino superior de qualquer espécie. Concluía Alencastro sua  
617 argumentação afirmando: 'Portanto, não se trata aqui de uma simples lógica  
618 indenizatória, destinada a quitar dívidas da história e a garantir direitos  
619 usurpados de uma comunidade específica, como foi o caso, em boa medida,  
620 nos memoráveis julgamentos desta Corte – referindo-se ao STF – sobre a  
621 demarcação das terras indígenas. No presente julgamento, trata-se, sobretudo,  
622 de inscrever a discussão sobre a política afirmativa no aperfeiçoamento da  
623 democracia, no vir a ser da nação. Tais são os desafios que as cotas raciais  
624 universitárias colocam ao nosso presente e ao nosso futuro'. Volto a lembrar  
625 que o STF decidiu então contra a representação que buscava impedir a  
626 implantação de cotas raciais. 'Em 2012, respondendo à nova percepção a  
627 respeito da legalidade e adequação do sistema de cotas étnico-raciais em  
628 nossas universidades públicas, surgiu o Decreto Presidencial 7824, que  
629 estabelecia que 50% das vagas das universidades federais deveriam ser  
630 preenchidas por alunos provenientes da escola pública e cujas famílias  
631 possuíam renda de 1,5 salários-mínimos *per capita*. Além disso, as vagas  
632 reservadas deveriam refletir o perfil étnico-racial da população de cada unidade  
633 da federação.' Uma vez que meu tempo está se esgotando lerei apenas as  
634 frases finais. 'Frente a este quadro, cabe questionarmos se, seguindo o  
635 exemplo da UNICAMP, não é hora da nossa Universidade avançar em busca  
636 da meta que ela própria se impôs, implementando a inclusão de alunos de  
637 perfil étnico-racial por meio do sistema de cotas associado ao programa já  
638 adotado de inclusão por meio de bonificação. É este o desafio que ora pesa  
639 sobre nós.' Muito obrigado." Palmas. **Cons. Marcos Nascimento Magalhães:**  
640 "Tenho vários pequenos comentários e questionamentos. O primeiro é uma  
641 informação para aqueles que não sabem, e diz respeito à ocupação da Creche  
642 Oeste que havia sido desativada pela Reitoria, gerando um movimento de  
643 ocupação que resultou em uma ação na justiça e, ao que recebi de informação,  
644 há uma decisão definitiva de que a Reitoria deve reabrir a Creche. Espero que  
645 isso possa pacificar esse assunto da Creche e minha manifestação é no  
646 sentido de saudar que essa Reitoria cesse suas ofensivas com relação a essa

647 questão. Na última reunião do Conselho Universitário solicitei que fosse  
648 esclarecido à Comunidade Universitária uma questão sobre a raia olímpica,  
649 uma vez que há uma proposta de derrubada do muro que passaria a ser  
650 alambrado, etc... Meu pedido foi que a Administração, Reitoria, desse essa  
651 informação à Universidade. Como não vi qualquer informação nesse sentido,  
652 reitero esse pedido. Outra questão, e possivelmente farei uma proposta de  
653 mudança de Regimento ou o que for necessário, pois as pautas do Conselho  
654 Universitário precisam chegar com mais antecedência a todos os seus  
655 membros. Redigirei uma proposta e solicito apoio aos Conselheiros para que  
656 em um prazo futuro possamos fazer uma dinâmica um pouco menos açodada  
657 do que temos feito nos últimos tempos, aumentando esse prazo entre o  
658 recebimento da pauta e a reunião. Com relação à questão da COP referida  
659 pelo Professor Fischmann, menciono o resultado de um GT de Previdência que  
660 foi constituído pelo CRUESP e pelo Fórum das Seis – que é um objeto de  
661 reportagem do informativo da ADUSP que possivelmente todos receberam –  
662 esse se refere ao fato de que há, pela Lei que institui a SPPREV, Lei nº 1.010  
663 de 2007, uma normativa que determina que o Estado de São Paulo é  
664 responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras. Nessa  
665 análise do GT Previdência do CRUESP e Fórum das Seis se avaliou que uma  
666 parcela significativa de recursos não havia sido endereçada às Universidades  
667 Estaduais Paulistas e minha questão com a COP é que a mesma deveria ter  
668 informações sobre isso. Deveria ter opinião sobre isso e, sobretudo,  
669 possibilidade de manifestação sobre isso, no sentido de que o Estado cumpra a  
670 Lei da SPPREV de 2007. Notem que essa é uma conclusão de um GT não do  
671 Fórum das Seis, mas sim de um GT conjunto entre o CRUESP e Fórum das  
672 Seis. Por fim, gostaria de mencionar que não discutimos a questão da inclusão  
673 na nossa última Congregação, não deliberamos, discutimos durante algum  
674 momento com alguns colegas se manifestando a favor da questão de cotas e  
675 outros contra. Fizemos também, por promoção do Diretor junto com o Centro  
676 Acadêmico, um debate com o Frei Davi e a Professora Márcia, da FFLCH.  
677 Assim sendo, coloco minha posição pessoal com relação ao assunto de cotas.  
678 Creio que 400 e tantos anos de opressão do Estado, que é visível se olharmos  
679 na vizinhança – que é visível se olharmos na mesa e quem está no auxiliar da  
680 mesa. É preciso de que a Universidade faça um gesto e sobre tal ponto já está

681 provado que não afetará a qualidade da contribuição que temos dado e  
682 continuaremos a dar, mas esse gesto poderá criar uma perspectiva efetiva de  
683 enfrentamento de uma questão que está se tornando cada vez mais crucial e  
684 que poderá resultar em um aumento de tensão e violência dentro de nossa  
685 Universidade. Portanto está na hora e a palavra de ordem que deveríamos usar  
686 agora é Cotas Já! Podemos discutir o tamanho, a medida e algum nível de  
687 escalonamento, mas a palavra de ordem é Cotas Já!” **Cons. Marcos Nogueira**  
688 **Martins**: “Pedi a palavra para me manifestar sobre o segundo item da pauta -  
689 criação de cursos. Pedi para me manifestar agora e não na discussão do  
690 próprio item, pois no fundo quero fazer uma crítica à Administração que não  
691 quero que se confunda com as propostas desse curso. Estou aqui com a pauta  
692 e em um dos cursos, que é da EACH, no caso o de Biotecnologia, a mesma foi  
693 aprovada na Congregação da EACH em 30 de novembro de 2016. Um outro  
694 curso, que é da Faculdade de Odontologia de Bauru, foi aprovado na  
695 Congregação em 23 de junho de 2017. Praticamente 10 dias atrás. Minha  
696 reclamação – e a faço olhando para o Professor Hernandez – é que o Instituto  
697 de Física e a Faculdade de Medicina da USP em São Paulo fizeram uma  
698 proposta para um curso de Física Médica e confesso a vocês que nem me  
699 lembro quando isso passou na nossa Congregação. Deve ter sido por volta de  
700 2013, talvez o Professor Renato, se estiver na reunião possa se lembrar  
701 melhor, deve ter sido na gestão dele. Essa proposta foi enviada para a Reitoria  
702 e até hoje não tivemos sequer uma resposta. Nem mesmo para dizer ‘essa  
703 proposta de vocês é uma bomba, foi mal formulada, façam direito’. Não tivemos  
704 nenhuma resposta. Não sei se as nossas Unidades não são bem conceituadas,  
705 não sei se o curso de Física Médica é desnecessário, não sei qual é o  
706 problema da nossa proposta, pois nunca tivemos um *feedback*. Minha crítica é  
707 a esse tipo de postura. Por qual motivo hoje avaliaremos essa proposta que  
708 tem no máximo 6 ou 7 meses, enquanto propostas que foram feitas há anos  
709 continuam engavetadas, não sei exatamente onde? Gostaria de ter uma  
710 resposta para isso e saber qual é o defeito da proposta que foi feita pelo  
711 Instituto de Física e pela Faculdade de Medicina. Obrigado.” **M. Reitor**:  
712 “Professor Marcos, temos conhecimento disso e não apenas do Instituto de  
713 Física. Existem diversos cursos propostos e alguns de elevado mérito. Sei que  
714 existem outros, mas me lembro, por exemplo, da ESALQ e da Escola

715 Politécnica. Temos cursos que estão em diferentes fases de análise ou que  
716 andaram pouco e etc... Uma das questões principais – que não apenas não é a  
717 única como também não é obrigatoriamente específica em relação ao curso de  
718 Física Médica – envolve o custo. Não podemos ignorar isso e se tratando de  
719 um Instituto altamente diferenciado como é o Instituto de Física, entendemos  
720 que isso poderia ser contemporizado, novos cursos e novas contratações tendo  
721 em vista que o Instituto tem uma missão muito clara de formação de Físicos  
722 altamente diferenciados e que poderia quem sabe, substituir isso por uma  
723 ampliação de suas vagas atuais. Desse modo, não demos andamento, pois  
724 não havia essa premência que surge nesses dois outros casos que serão  
725 analisados. Trata-se, essencialmente, em ambos, de uma questão de  
726 oportunidade, é algo que pode ser feito ou, em um dos casos especificamente,  
727 não temos nenhuma perspectiva sobre o que poderá ser posteriormente.” Ato  
728 contínuo o Conselheiro Marcos Nogueira Martins pergunta se essa explicação  
729 dada pelo **M. Reitor** aplica-se em ambos os casos. **M. Reitor:** “No outro caso é  
730 uma questão de acerto para o funcionamento da EACH, o qual será explicado  
731 pelo Pró-reitor. Não é que os outros não tenham mérito, mas nesses casos  
732 havia uma premência que exigia que nos manifestássemos agora. Isso não tira  
733 o mérito das outras propostas.” Ato contínuo, o Conselheiro Marcos Nogueira  
734 Martins agradece a resposta enfatizando que a mesma não lhe é suficiente.  
735 **Cons. Marcílio Alves:** “Estou aqui não apenas representando os Professores  
736 Associados, mas no momento dessa reunião, também como Presidente da  
737 Câmara de Atividades Docentes, para informar – e esse informativo também  
738 vai ser enviado aos Diretores e docentes da USP por escrito – que estamos  
739 trabalhando bastante, debruçando- nos sobre toda a legislação incorporada ao  
740 Regimento de Funcionamento, tanto o Estatuto Docente quanto o Regimento  
741 da Câmara. Também temos participado das reuniões da Câmara Permanente  
742 de Avaliação. Temos um olhar atento em contemplar todas as áreas de  
743 conhecimento da Universidade, o que é uma preocupação constante em  
744 nossas discussões. Também queremos deixar claro que não estamos apenas  
745 envolvidos no processo de avaliação, mas também no plano de trabalho dos  
746 docentes. São duas atividades importantes e, finalmente, que estaremos, a  
747 partir do segundo semestre, em contato permanente com as instituições e com  
748 as Unidades para escutar os docentes acerca desses dois aspectos do plano

749 de trabalho e dos critérios de avaliação. Para que possamos, desse modo, a  
750 partir dessa escuta, termos o melhor plano possível para a Universidade, que  
751 contemple todas essas grandes áreas do conhecimento que enriquecem tanto  
752 a Universidade.” **Cons. Diego Pereira Pandullo**: “Hoje apreciaremos uma  
753 questão urgente inerente ao ingresso e à democratização do acesso à nossa  
754 Universidade. Talvez a questão mais urgente que, como o Magnífico Reitor  
755 indicou, é considerada a melhor Universidade do país, mas também representa  
756 a vanguarda do atraso no que diz respeito a seu elitismo, lamentavelmente.  
757 Sobre isso teremos oportunidade de nos pronunciar mais tarde, mas adianto  
758 que faço coro às falas dos Professores André Singer, Marcos Magalhães e da  
759 Professora Maria Arinda, mas tratarei brevemente de outra questão nesse  
760 meu tempo. Quero comentar que no último dia 24 ocorreram as eleições para  
761 representação discente da graduação de maneira virtual, como aprovada por  
762 esse Conselho. Apesar de todo o apelo de nossa representação discente  
763 de graduação, o processo acabou ocorrendo em virtude da aprovação do  
764 Conselho para o modo virtual de escolha e, em contraposição ao que tinha sido  
765 debatido aqui – no caso que essa maneira eletrônica iria ampliar a participação  
766 e elevaria o quórum da eleição – tivemos, na prática, uma redução gigantesca  
767 do *quórum*. Apenas 1.375 alunos participaram da eleição que se deu em  
768 poucas horas, em apenas um dia e eletronicamente, sendo que, se as eleições  
769 tivessem se dado de modo tradicional, que é o voto com cédula ligado às  
770 chapas do DCE, teria sido algo como 5.000 estudantes, ou seja, esse quórum  
771 caiu quatro vezes, infelizmente deslegitimando esse espaço e esse debate.  
772 Para além disso, as eleições não possuem mais vinculação direta por chapa,  
773 então pode-se eleger alguém cujo suplente pense algo completamente oposto  
774 ao que se elege em relação ao titular. Dessa forma, lamentamos esse  
775 processo, mas, ao mesmo tempo, gostaria de parabenizar os representantes  
776 eleitos de uma chapa de Unidade, no caso Unidade Estudantil, ou seja, os  
777 representantes eleitos todos eles titulares, tanto para o Conselho Universitário  
778 quanto para o Conselho de Graduação como para o de Cultura e Extensão  
779 foram os mesmos que teriam sido eleitos caso se desse a eleição de modo  
780 tradicional. Conseguimos compor esse tipo de chapa. Felizmente os eleitos  
781 foram os mesmos, mas com uma legitimidade de votos muito menor do que se  
782 a eleição continuasse do modo como defendíamos. Parabéns aos eleitos, já



783 indico que essa é, infelizmente, minha última reunião nesse Conselho e que  
784 sempre tentei trazer minha opinião de modo respeitoso, em defesa da  
785 democratização da Universidade e em defesa da democratização dos espaços  
786 de deliberação dessa Universidade. Boa sorte aos novos representantes  
787 discentes da Graduação.” **Cons. Antônio Carlos Hernandez:** “Neste momento  
788 venho falar de um programa que é um convênio que foi firmado entre a  
789 Universidade de São Paulo e a Secretaria de Estado da Educação, que é um  
790 programa denominado "Vem para USP!". Não sei se todos sabem e quantos  
791 estão envolvidos com a divulgação científica em escolas, que vem ocorrendo  
792 desde o ano 2000, não só nas grandes cidades, mas nas pequenas cidades do  
793 Estado de São Paulo, como um todo. Neste período de mais de 16 anos, uma  
794 das perguntas que ainda aparecem para a maioria dos alunos não é apenas a  
795 questão de acesso, mas também o quanto custa para estudar na Unesp, na  
796 USP ou na Unicamp, pois as pessoas não têm essas informações. A  
797 Universidade tem feito uma série de trabalhos em relação à questão da  
798 divulgação e as unidades têm feito isto também. Minha Unidade faz isso há  
799 muitos anos com um programa específico de divulgação, mas isso não chega a  
800 todos. A dificuldade maior é que, não chegando essa informação, esses alunos  
801 não têm, também, acesso a questão do processo de ingresso. Esse programa  
802 foi criado de uma maneira que você tem várias ações. Temos mais seis meses  
803 de trabalho pela frente e resolvemos acelerar, porque demorou muito para que  
804 o convênio fosse firmado. Vamos fazer uma ação que vai envolver 5.111  
805 escolas do Estado de São Paulo como um todo, assim todas as escolas do  
806 Estado vão estar envolvidas. Para que um primeiro mecanismo de acesso aos  
807 alunos seja criado, estamos criando uma competição USP de conhecimentos,  
808 que vai ser realizada pela FUVEST e é, essencialmente, de matemática e de  
809 português, para sinalizar da necessidade e da importância de matemática e  
810 português. O canal de realização será a escola da família, que já é um  
811 programa consolidado na Secretaria de Educação e que funciona aos finais de  
812 semana. Um ponto chave em todo esse processo que já existe de maneira não  
813 institucionalizada, são as visitas às Unidades, para que os alunos conheçam a  
814 Universidade e vivenciem o dia a dia da Unidade; outro, é fazer a inscrição  
815 direta desses alunos sem custos. Além disso, já fizemos uma parceria com o  
816 cursinho popular da Poli, que já gravou as aulas de matemática preparatória e

817 temos outros grupos da Poli, do IME e da Biociências, que vão nos ajudar  
818 dentro deste processo de divulgação e treinamento desses alunos. Estamos  
819 falando de um contingente de 1,5 milhão de alunos, que estão distribuídos no  
820 primeiro, no segundo e no terceiro anos. Vamos atuar com todos os alunos de  
821 todas as escolas que participarem da competição e os melhores do primeiro,  
822 segundo e terceiro anos vão receber um prêmio, significa que estamos falando  
823 em quase 16 mil alunos. A ideia não é competição, não é uma olimpíada, mas  
824 é fazer com que os alunos que participem do processo sejam valorizados. É  
825 um desafio muito grande, porque é a primeira vez que a Fuvest vai fazer um  
826 exame que atingirá todo o Estado e que envolva no mínimo 1,2 milhão. Este foi  
827 o convênio assinado no dia 19 de junho e é uma atividade que julgo importante  
828 para esclarecimento dos alunos de uma maneira geral.” Ato seguinte, o  
829 Secretário Geral declara encerrado o Expediente e passa à **PARTE II -**  
830 **ORDEM DO DIA. 1 -PERMISSÃO DE USO DO ÓRGÃO DE TUBOS DA USP.**  
831 **PROCESSO 2017.1.10096.1.7 – ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES.**  
832 Convênio e Termo de Permissão de Uso entre a USP e a Fundação Mary  
833 Harriet Speers, visando à conjunção de esforços dos partícipes para a  
834 montagem, instalação e utilização do Órgão de Tubos Gerhard Grenzing,  
835 adquirido pela USP, na Catedral Evangélica de São Paulo. Ofício do Diretor da  
836 Escola de Comunicações e Artes, Prof. Dr. Eduardo Monteiro, ao Magnífico  
837 Reitor, Prof. Dr. Marco Antonio Zago, encaminhando, ad referendum da  
838 Congregação, a minuta do convênio entre a USP e a Fundação Mary Harriet  
839 Speers, visando à instalação e utilização do Órgão de Tubos Gerhard Grenzing  
840 na Catedral Evangélica de São Paulo (09.06.17). Termo de Permissão de Uso  
841 do Órgão de Tubos Gerhard Grenzing, objetivando regulamentar sua utilização  
842 pela Catedral Evangélica de São Paulo. Informação do Chefe de Gabinete, Dr.  
843 Thiago Rodrigues Liporaci, justificando a proposta de convênio e permissão de  
844 uso do Órgão de Tubos e encaminhando os autos para prosseguimento.  
845 **Parecer da PG:** manifesta que não há reparos a serem feitos nas minutas  
846 (13.06.17). **Parecer da CLR:** o Senhor Presidente aprova, ‘ad referendum’ da  
847 Comissão, a formalização do Termo de Permissão de Uso do Órgão de Tubos  
848 Gerhard Grenzing, modelo GG-169, de propriedade da Universidade de São  
849 Paulo, pela Fundação Mary Harriet Speers, objetivando sua instalação na  
850 Catedral Evangélica de São Paulo (14.06.17). **Parecer da COP:** nos termos do

851 parecer da PG, manifesta-se favoravelmente à formalização do Convênio e do  
852 Termo de Permissão de Uso entre a USP e a Fundação Mary Harriet Speers,  
853 visando à conjugação de esforços dos partícipes para a montagem, instalação  
854 e utilização do Órgão de Tubos Gerhard Grenzing, adquirido pela USP, na  
855 Catedral Evangélica de São Paulo, com o objetivo de apoiar, incentivar,  
856 assistir, desenvolver e promover a cultura, a educação e tornar acessível a  
857 música a parcelas maiores e mais carentes da população (20.06.17).

858 **Secretário Geral**: “Como muitos aqui se recordarão, esse é um assunto que já  
859 havia vindo para o Conselho no ano passado e que tem a ver com a questão  
860 de dar uma utilização, por parte de nossos alunos da Escola de Comunicações  
861 e Artes, a esse instrumento. É o primeiro com o qual os alunos terão contato no  
862 sentido do aprendizado e a Universidade fez várias tentativas para montar esse  
863 órgão em local suficientemente adequado, porque se trata de um instrumento  
864 muito grande. Nossa última tentativa tinha sido - e que foi tratada no Conselho -  
865 a instalação deste Órgão na Catedral da Sé, mas a Mitra Arquidiocesana  
866 desistiu do acordo e, então surgiu, agora, uma oportunidade com outra  
867 proposta, que é da instalação deste órgão na Catedral Evangélica de São  
868 Paulo. Peço ao Professor Eduardo Monteiro, Diretor da Eca, para que faça as  
869 explicações convenientes.” **Cons. Eduardo Henrique Soares Monteiro**: “O  
870 Professor Poveda já explicou que esse processo já esteve no Co outra vez. Ele  
871 se iniciou porque nós, do Departamento de Música da ECA, ficamos muito  
872 preocupados com a compra do Órgão, sobretudo, porque não há lugar para  
873 sua instalação e temos outra experiência no mesmo sentido e, de fato, nossa  
874 preocupação se mostra verdadeira porque já se passaram alguns anos desde  
875 que o órgão foi comprado e continua encaixotado. Trata-se de um equipamento  
876 extremamente complexo, estamos falando de toneladas de equipamentos.  
877 Aquela fachada tradicional que vocês veem de um órgão de tubos, atrás dali  
878 tem toneladas de equipamentos. Esse órgão está ainda em caixas e com o  
879 tempo os tubos se desformam e compromete a qualidade do instrumento. Foi  
880 um investimento altíssimo que a USP fez e que é preciso resolver a questão de  
881 sua instalação. A primeira tentativa na Catedral da Sé acabou não funcionando  
882 e agora temos uma nova oportunidade na Catedral Presbiteriana, que fica na  
883 rua Nestor Pestana, no Centro de São Paulo e temos algumas condições muito  
884 favoráveis para que isso se dê na melhor forma possível. Temos lá, nesta

885 Catedral Presbiteriana, um curso de musicalização com uma finalidade social  
886 que poderia dialogar muito com essa iniciativa. A pessoa que é a encarregada  
887 desse curso é nossa ex-aluna, o organista atualmente, que é responsável pelos  
888 serviços da Catedral, é aluno do Departamento de Música, então, temos uma  
889 série de circunstâncias favoráveis. Portanto, vale lembrar que não apenas é  
890 fundamental que esse instrumento seja utilizado para finalidade de didática, de  
891 ensino e de pesquisa, objetivo pelo qual foi comprado, como também poderá  
892 servir para a vida musical de São Paulo de maneira geral. Atualmente, é  
893 surpreendente, mas em São Paulo, há apenas um órgão dessas dimensões  
894 que está em funcionamento, que é o órgão da Catedral do Mosteiro de São  
895 Bento, é o único órgão funcionando. Assim, teríamos um outro instrumento que  
896 poderia ser usado também para concerto e faz parte do Convênio que está  
897 sendo assinado a utilização com essa finalidade. A parte de didática é  
898 fundamental, pois os alunos vão ter a oportunidade de ir lá e tocar o  
899 instrumento e participar dos serviços que é uma parte fundamental na  
900 formação dos alunos de Órgão”. Nesta oportunidade, a Conselheira Maria  
901 Arminda do Nascimento Arruda comenta que quem tinha interesse era a Sala  
902 São Paulo, e pergunta porque foi descartado. **Cons. Eduardo Henrique**  
903 **Soares Monteiro**: “Inicialmente a Sala São Paulo mostrou-se interessada  
904 sobre a instalação lá e, depois, não mais. Vale lembrar que do ponto de vista  
905 técnico esse órgão tem, aproximadamente, 3.500 tubos e sempre foi falado que  
906 esse órgão é muito grande, mas não, é um órgão de dimensões medianas e  
907 para a Sala São Paulo ele não é suficiente, teria que ser feito um aumento de  
908 tamanho para que ele fosse capaz de ter uma utilização sinfônica na sala de  
909 concertos. Para termos uma noção de comparação, o órgão da Catedral da Sé,  
910 que não funciona já há muitos anos, por manutenções inadequadas, tem  
911 12.000 tubos; o órgão da Igreja de Niterói são 12.000 tubos também, ou seja,  
912 são órgãos de dimensões muito maiores.” **M. Reitor**: “Havia outro argumento  
913 também que foi bastante explorado na época e que fez, de fato, afastar a Sala  
914 São Paulo: a Sala São Paulo tem uma agenda extremamente tomada e,  
915 portanto, não haveria oportunidade para que nossos estudantes pudessem ter  
916 horários para usá-lo.” **Cons. Eduardo Henrique Soares Monteiro**: “De fato,  
917 teve essa preocupação. O palco da Sala São Paulo é utilizado o tempo todo,  
918 então não haveria disponibilidade para os alunos estudarem e praticarem,

919 especialmente a questão de participar dos serviços, que é uma prática  
920 profissional importante da área. Lembro, ainda, que este órgão foi comprado  
921 com isenção de impostos para justamente ser empregado no ensino e na  
922 pesquisa, então sua instalação na Sala São Paulo impediria este tipo de  
923 utilização.” O **Cons. Miguel Antônio Buzzar** pergunta, fora do microfone, por  
924 que não instalar no CDI. **Cons. Eduardo Henrique Soares Monteiro**: “Na  
925 verdade são dois órgãos. Quando falei que havia uma preocupação onde  
926 esses órgãos seriam instalados é porque o Departamento de Música recebeu  
927 uma doação de um órgão de uma senhora chamada Thereza Hollnagel, ela  
928 doou em vida esse órgão na época, que era avaliado em um milhão de dólares  
929 e esse órgão foi doado por um real para a USP e há mais de 10 anos ele está  
930 encaixotado na Prefeitura do *Campus*; neste tempo todo, ficou lá se  
931 deteriorando. Agora está sendo feito um estudo e, no mesmo momento que  
932 apresentamos a preocupação em relação ao órgão novo, também  
933 apresentamos preocupação em relação a este órgão. Ele está sendo  
934 restaurado e vai ser instalado no CDI. Então trata-se de dois órgãos. Não é  
935 uma coisa simples encontrar um lugar que possa comportar, do ponto de vista  
936 material (de espaço), um órgão desse. E a instalação de um órgão desta  
937 natureza é longa e difícil, como já falei são toneladas de equipamentos, são  
938 3.500 tubos, não é uma coisa simples. Então precisamos pensar nisto, porque  
939 é utilização de dinheiro público.” Algum Conselheiro pergunta, fora do  
940 microfone sobre a possibilidade de instalação no Anfiteatro Camargo Guarnieri.  
941 **Cons. Eduardo Henrique Soares Monteiro**: “No Camargo Guarnieri não  
942 cabe. Com a nova planta do Camargo Guarnieri, fizemos novos estudos e o  
943 órgão não cabe lá dentro, nem do ponto de vista acústico.” Finalizados os  
944 esclarecimentos, o **M. Reitor** passa à votação. **Votação**. Pelo painel eletrônico,  
945 obtém-se o seguinte resultado: Sim = 90 (noventa) votos; Não = 2 (dois) votos;  
946 Abstenções = 9 (nove); Total de votantes = 101. É aprovado o Convênio e  
947 Termo de Permissão de Uso entre a USP e a Fundação Mary Harriet Speers,  
948 visando à conjunção de esforços dos partícipes para a montagem, instalação e  
949 utilização do Órgão de Tubos Gerhard Grenzing, adquirido pela USP, na  
950 Catedral Evangélica de São Paulo. A seguir, o **M. Reitor** passa ao item **2 -**  
951 **CRIAÇÃO DE CURSOS. 2.1 - PROCESSOS 2016.1.2780.86.8 e**  
952 **2016.1.2779.86.0 – ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES.**

953 Proposta de criação do curso de Bacharelado em Biotecnologia, a ser oferecido  
954 no período diurno, em decorrência da supressão da turma matutina do curso de  
955 Licenciatura em Ciências da Natureza, transferindo-se as 60 vagas deste curso  
956 para o curso a ser criado. Ofício da Diretora da Escola de Artes, Ciências e  
957 Humanidades, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Motta de Toledo, ao Pró-Reitor de  
958 Graduação, Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez, encaminhando a proposta de  
959 supressão da turma matutina do curso de Licenciatura em Ciências da  
960 Natureza, com sugestão de transferência de 60 vagas desta turma para a  
961 criação do curso de Bacharelado em Biotecnologia, a ser oferecido no período  
962 diurno. Propostas aprovadas pela Congregação em 30.11.2016 (15.12.16).  
963 Ofício da Diretora da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>  
964 Maria Cristina Motta de Toledo, ao Pró-Reitor de Graduação, Prof. Dr. Antonio  
965 Carlos Hernandez, encaminhando a proposta de criação do curso de  
966 Bacharelado em Biotecnologia (15.12.16). **Parecer da Câmara Curricular e do**  
967 **Vestibular:** retira os autos de pauta e encaminha à Unidade para  
968 esclarecimentos das questões levantadas pelo relator (04.04.17). Informação  
969 encaminhada pelo Grupo de Trabalho para criação do curso de Bacharelado  
970 em Biotecnologia, respondendo as questões levantadas pelo relator da CCV  
971 (12.04.17). **Parecer da Câmara Curricular e do Vestibular:** após ciência da  
972 manifestação da Unidade quanto aos questionamentos levantados, aprova o  
973 parecer do relator, Prof. Dr. Sérgio de Albuquerque, favorável às solicitações  
974 da Unidade (02.05.17). **Parecer do CoG:** o Pró-reitor de Graduação, Prof. Dr.  
975 Antonio Carlos Hernandez, aprova ad referendum do Conselho de Graduação  
976 (11.05.17). **Parecer da CAA:** aprova a proposta de supressão da turma  
977 matutina do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza, com sugestão de  
978 transferência das 60 vagas da referida turma para a criação do curso de  
979 Bacharelado em Biotecnologia. Tendo em vista a solicitação de contratação de  
980 docentes e de recursos para a adequação de um dos laboratórios já existentes  
981 na Unidade para a criação do novo curso, encaminha os autos à COP  
982 (12.06.17). **Manifestação da CODAGE:** ressalta que a criação do novo curso  
983 de Biotecnologia da EACH não resultará em ampliação substancial nas  
984 despesas permanentes da Universidade, uma vez que se trata apenas de uma  
985 readequação do número de vagas no vestibular oferecidas pela Unidade. Para  
986 a implantação do novo curso haverá necessidade de contratação de dois novos

987 docentes, já prevista na proposta orçamentária da USP deste ano. Quanto ao  
988 custo de R\$ 313 mil, referente à compra de novos equipamentos para o  
989 laboratório de biotecnologia, este será remanejado do orçamento anual da Pró-  
990 Reitoria de Graduação (20.06.17). **Parecer da COP:** com base na  
991 manifestação da CODAGE, aprova a proposta de supressão da turma matutina  
992 do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza, transferindo as 60 vagas da  
993 referida turma para a criação do curso de Bacharelado em Biotecnologia  
994 (20.06.17). Despacho do Conselho de Graduação, referendando a decisão do  
995 Senhor Pró-Reitor de Graduação, referente à criação do curso de Bacharelado  
996 em Biotecnologia, período diurno, suprimindo-se o período matutino dos cursos  
997 de Licenciatura em Ciências da Natureza (28.06.17). **Cons. Antônio Carlos**  
998 **Hernandes:** “Não é uma apresentação formal de todo o processo, mas historiar  
999 um pouco o início deste processo do curso de Biotecnologia, e depois ele  
1000 seguiu os tramites internos que é da aprovação nos Conselhos. No final de  
1001 2014, começo de 2015, iniciamos um estudo junto a algumas Unidades - só  
1002 para recordar, em dezembro de 2014 aprovamos, no Conselho de Graduação,  
1003 uma reformulação que dava às Unidades a autonomia administrativa e  
1004 pedagógica para refazer a reformulação dos seus currículos. Desse processo  
1005 todo, já fizemos mais de 22 reformulações substanciais, com mudanças, do  
1006 ponto de vista pedagógico, de todos esses cursos. No caso específico deste,  
1007 não temos aumento de vagas, o que surgiu é que uma turma do matutino do  
1008 curso chamado Licenciatura em Ciências da Natureza não tem o  
1009 preenchimento das 60 vagas e tem uma relação candidato por vagas na  
1010 Fuvest, em 2015, muito baixa. Já o outro turno, que é noturno, também tem 60  
1011 vagas, este tem maior procura e onde se tem o preenchimento completo das  
1012 vagas. Tivemos uma conversa com um grupo de professores da EACH, no  
1013 sentido de olharmos para esse caso específico e ver se haviam docentes  
1014 ligados a alguma área que tivesse interesse para a mudança deste curso  
1015 matutino para algum outro qualquer. O que foi feito foi que os docentes se  
1016 reuniram para buscar uma solução, mas sabendo que essa solução não  
1017 poderia ter aumento de servidores e o mínimo necessário para a questão  
1018 docente. No caso da criação do curso de Biotecnologia, vamos ter apenas o  
1019 acréscimo de dois docentes. Dentro disso, os pesquisadores se reuniram e  
1020 definiram que uma área que seria interessante, primeiro porque já tinha os

1021 pesquisadores lá e que já fazem pesquisas, que é o de Biotecnologia. O  
1022 segundo ponto é que você teria um outro curso dentro da própria EACH que  
1023 seria um curso que teria (em uma visão externa) um caráter mais tecnológico,  
1024 ou seja, com uma maior empregabilidade para esses alunos, com um outro tipo  
1025 de remuneração. Esse processo, entre essas primeiras reuniões e até chegar  
1026 na reunião da Congregação, foram dois anos, em que se definiu não apenas o  
1027 projeto pedagógico, mas também toda a discussão que ocorreu dentro da  
1028 própria EACH para chegar nisto. É um curso de Biotecnologia que tem 60  
1029 vagas, é diurno e foi aprovado em todas as Comissões dentro da própria  
1030 Escola e também dentro das Câmaras e do Conselho de Graduação. Se vocês  
1031 olharem na pauta, tem um dado momento que aparece um *ad referendum* dado  
1032 por mim, que era exatamente para poder dar andamento ao processo e para  
1033 que fizéssemos com que ele andasse em paralelo, mas na quarta-feira  
1034 passada a aprovação foi referendada, que foi quando entrou o outro curso  
1035 sobre o qual depois falo.” **Cons.<sup>a</sup> Neli Aparecida Mello-Théry:** “Queria  
1036 acrescentar alguns pontos ao que foi falado pelo Professor Hernandez. O  
1037 primeiro deles é que, de fato, é um curso que deixa vagas ociosas; o outro, é  
1038 que, desde o início de 2016, um grupo do próprio curso foi montado para ver  
1039 quais as áreas poderiam trabalhar. Esse grupo de trabalho, durante um ano  
1040 praticamente discutiu as formações internas do corpo docente para verificar  
1041 onde seria a área mais apropriada, chegando à conclusão que era a área de  
1042 Biotecnologia. Dessa forma, já temos, no curso, docentes capacitados e temos  
1043 um laboratório que precisa apenas de uma adequação. Outros dois pontos  
1044 importantes, considerando a relevância deste curso, o primeiro é sua  
1045 correspondência com uma política nacional de desenvolvimento da  
1046 biotecnologia; o segundo é a ausência de formação nessa área em São Paulo,  
1047 sendo São Paulo um dos polos da Biotecnologia no Brasil. Essa política  
1048 nacional é um rebatimento da política internacional e da USP. Temos, no  
1049 Brasil, 50 cursos que tocam, de uma maneira ou de outra, a Biotecnologia, mas  
1050 não temos a formação específica na proposta, como foi feito para o projeto  
1051 pedagógico deste curso. Assim, gostaria de ressaltar estes aspectos: a  
1052 importância nacional da formação dentro da USP e a correspondência com as  
1053 políticas nacional e internacional, de reflexo no país e do reaproveitamento de  
1054 vagas ociosas.” **Cons. Alessandro Soares Da Silva:** “Venho para



1055 complementar o que a nossa Vice-Diretora, Professora Neli Aparecida Mello-  
1056 Théry, acaba de expor, para anunciar que tivemos um amplo debate na Escola,  
1057 esse é um detalhe importante. A Escola foi criada com seus dez cursos de  
1058 graduação e este é o primeiro curso que é fruto de uma produção nossa, de um  
1059 debate que foi feito entre os docentes do curso, sobretudo, de uma  
1060 preocupação da Unidade com 60 vagas das 1.020 vagas que a Escola tem  
1061 disponível distribuídas nos 10 cursos de graduação e que estão ociosas há  
1062 muitos anos. O Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza é uma  
1063 licenciatura para o Ensino de Ciências criado inicialmente para o Ensino  
1064 Fundamental e, depois, tentando ampliar também com uma possibilidade de  
1065 exercício profissional para o Ensino Médio, mas que não tem tido a adesão,  
1066 mesmo com SISU. Essa é uma preocupação dos docentes desse curso e da  
1067 Escola como um todo, das diferentes gestões que tentaram, de maneira  
1068 incessante, ampliar a demanda pelo curso de Ciências da Natureza, mas,  
1069 mesmo assim, ficaram vagas ociosas. Como disse o Professor Hernandez, a  
1070 maior demanda é no noturno, mas não fecha turmas de 60, chegamos a ter, no  
1071 último processo de transferência interna, 63 vagas ociosas disponíveis para a  
1072 transferência para quem quisesse na USP. Então é um número bastante  
1073 significativo de possibilidades de acesso ao ensino público no nível superior e  
1074 que não temos, na Universidade e na Unidade, conseguido preencher as vagas  
1075 oferecidas. Sabemos que é uma pena fechar essas 60 vagas que estão  
1076 vinculadas a formação de professores, mas o mais grave é ter 60 vagas, que  
1077 apesar das diversas formas de esforços que temos desenvolvido, não têm sido  
1078 preenchidas. Então este curso tem como base professores que estão com suas  
1079 cargas de docências no Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza, mas  
1080 que é possível serem realocadas, bem como de professores que vêm de outros  
1081 cursos da Unidade, como Gerontologia e Obstetrícia, visto que estes cursos  
1082 têm uma fundação de biologia bastante forte e professores que têm uma  
1083 trajetória em biotecnologia. De certa medida, a Escola e a Congregação  
1084 sentiram e lamentaram bastante o fato de ter que cortar essas vagas de um  
1085 curso de formação de professores, que a Escola entende como importante,  
1086 mas, ao mesmo tempo, a Escola entendeu que era responsabilidade sua zelar  
1087 para que as ofertas de vagas disponíveis para a Escola de Artes Ciências e  
1088 Humanidades fossem completadas em sua totalidade e, para isso, buscou ver

1089 quais eram as capacidades profissionais que nosso corpo docente possuía.  
1090 Como já foi falado, dentro de LCN, conseguimos encontrar esse viés  
1091 tecnológico para fazer uma oferta importante para a Universidade e para a  
1092 Unidade e resolver esse problema da oferta ociosa, que já persistia desde a  
1093 fundação de nossa Escola, há 12 anos atrás.” **Cons. João Cyro André**: “Vou  
1094 fazer uma apreciação do pedido sobre o ponto de vista financeiro, já que do  
1095 ponto de vista acadêmico, a Escola tem toda a competência para fazê-lo. Do  
1096 ponto de vista financeiro, gostaria de chamar a atenção, dando ênfase no que o  
1097 Professor Adalberto Fischmann falou anteriormente. Para o cenário I, de  
1098 manutenção de arrecadação de maio de 2017, vamos ter um déficit de R\$ 629  
1099 milhões e um saldo de reserva financeira de R\$ 37 milhões, entretanto, se for  
1100 feito a média de arrecadação dos cinco primeiros meses do ano, o déficit vai  
1101 para R\$727 milhões, podemos ter, inclusive, uma situação de R\$ 60 milhões  
1102 negativos em reserva financeira se tivermos uma situação de baixa  
1103 arrecadação, portanto a nossa situação é extremante financeira e é sobre esta  
1104 ótica que vou analisar o pedido que está sendo apresentado. Só para reforçar  
1105 essa situação, estamos, neste mês de maio, com 94% de comprometimento da  
1106 receita do Tesouro do Estado para pessoal e de 110% de comprometimento  
1107 total de despesas em relação ao Tesouro do Estado, portanto, é uma situação  
1108 bastante delicada, que indica que teremos os próximos anos extremamente  
1109 difíceis e este ano tem que ser controlado de uma forma bastante cuidadosa,  
1110 nos próximos meses. Tendo isso em vista, trato da criação do curso de  
1111 bacharelado. A indicação do parecerista, Professor Sergio de Albuquerque, é  
1112 de necessidade embasada de um docente para a área de Engenharia de  
1113 Bioprocessos e Bioquímica e Biotecnologia, assim como está no processo. A  
1114 necessidade de um novo claro docente, conforme manifestação da própria  
1115 EACH e da PRG, virá no bojo da contratação de 150 novos docentes,  
1116 aprovados pelo Conselho Universitário. É de se esperar que a EACH receba  
1117 pelo menos um docente, portanto, estaria dentro desse conjunto o docente que  
1118 iria completar a necessidade embasada para completar o grupo de docentes.  
1119 Há também um custo de R\$ 313 mil referente à compra de novos  
1120 equipamentos, que virá de remanejamento do orçamento anual, por conta  
1121 disso, considero que essa proposta é uma proposta que otimiza os recursos  
1122 existentes na Unidade, respeita os parâmetros de sustentabilidade financeira

1123 da Universidade e é uma iniciativa que merece todo o apoio deste Conselho.  
1124 Quero dizer que, da mesma forma, a reforma curricular do curso de  
1125 Bacharelado em Relações Públicas da ECA, o aumento do número de vagas  
1126 de 40 para 50 do ICMC, o aumento do número de vagas de 15 para 20 do  
1127 Bacharelado em Biblioteconomia da ECA e a criação da ênfase em Clarone da  
1128 ECA, todas estas solicitações com seu objeto de votação adiante, encaminho  
1129 favoravelmente desde já, pois elas otimizam recursos existentes nas Unidades  
1130 e respeitam os parâmetros de sustentabilidade financeira da Universidade de  
1131 São Paulo. Essas são iniciativas que merecem todo o apoio deste Conselho,  
1132 então já encaminho favoravelmente em relação a todos esses itens para não  
1133 ter que voltar aqui novamente.” **Cons. Luis Carlos de Souza Ferreira:** “Em  
1134 relação à proposta de criação do curso de Biotecnologia na EACH, como Vice-  
1135 Diretor em exercício do ICB, embora não tenhamos analisado essa matéria em  
1136 nossa Congregação, considero a proposta muito interessante e o ICB, na  
1137 minha opinião, coloca-se às disposição para colaborar com os colegas da  
1138 EACH, viabilizar esse curso. Lembro que estamos no maior polo de  
1139 Biotecnologia do Brasil. Nós - USP e várias Unidades, entre elas o Instituto  
1140 Butantã e o IPEN - temos o curso de Pós-Graduação em Biotecnologia  
1141 interunidades, o mais antigo e um dos mais ativos no país, e colocamos nosso  
1142 apoio explícito para que nossos colegas da EACH tenham todo o sucesso  
1143 nesta empreitada, parabenizando a todos pela iniciativa.” **Cons. Maria**  
1144 **Aparecida de Andrade Moreira Machado:** “Fizemos a análise deste curso na  
1145 COP e vejo com muito bons olhos, uma vez que a FOB tem parceria com a  
1146 EACH, desenvolvemos um *band-aid* de dente que está em fase final de  
1147 patente, com já alguns interessados, inclusive do exterior, para adquirir a  
1148 patente. Nossas parceiras lá, Professoras Sílvia e Sirlene Costa, que são  
1149 Engenheiras Química, também poderão contribuir muito com isso e nós, da  
1150 FOB, também já que temos uma parceria de mais de quatro anos com a  
1151 EACH.” **M. Reitor:** “Espero que tenha ficado claro a oportunidade do  
1152 encaminhamento disto, estamos aproveitando vagas que já existiam e estavam  
1153 ociosas e não se conseguia que fossem preenchidas. Além disso, praticamente  
1154 todo o corpo docente lá está, todas as estruturas lá estão, de tal maneira que  
1155 estamos aproveitando algo para ocuparmos vagas que estão ociosas.  
1156 Também, deve ser lembrada a Resolução que trata dos parâmetros de

1157 sustentabilidade, que diz que a Assessoria de Planejamento Orçamentário da  
1158 Reitoria deverá se manifestar previamente sobre a assunção dos  
1159 compromissos referidos nos artigos 6º e 7º, que são aqueles que implicam em  
1160 impacto nas próximas gestões, de tal maneira que, além da análise formal feita  
1161 pela COP, que é uma Comissão deste Conselho, a Assessoria de  
1162 Planejamento Orçamentário examinou a questão e se manifestou  
1163 favoravelmente à criação do curso de Biotecnologia da EACH e vem assinado  
1164 pela Presidente desta Assessoria, que é a Professora Máisa de Souza Ribeiro,  
1165 da FEARP.” A seguir, o **M. Reitor** passa à votação. **Votação**. Pelo painel  
1166 eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 95 (noventa e cinco) votos;  
1167 Não = 2 (dois) votos; Abstenções = 5 (cinco); Total de votantes = 102. É  
1168 aprovado parecer da COP, favorável à proposta de criação do curso de  
1169 Bacharelado em Biotecnologia, a ser oferecido no período diurno, em  
1170 decorrência da supressão da turma matutina do curso de Licenciatura em  
1171 Ciências da Natureza, transferindo-se as 60 vagas deste curso para o curso a  
1172 ser criado. **2.2 – PROCESSO 2016.1.4811.25.6 – FACULDADE DE**  
1173 **ODONTOLOGIA DE BAURU**. Proposta de criação do curso de Medicina da  
1174 Faculdade de Odontologia de Bauru, para 2018. Ofício da Diretora da FOB ao  
1175 Pró-Reitor de Graduação, encaminhando as informações de custos e recursos  
1176 para infraestrutura e projeto pedagógico para implantação do curso de  
1177 Medicina (20.12.16). Ofício da Diretora da FOB ao Pró-Reitor de Graduação,  
1178 encaminhando a proposta de criação do curso de Medicina de Bauru associado  
1179 à Faculdade de Odontologia de Bauru e ao Hospital de Reabilitação de  
1180 Anomalias Craniofaciais, aprovada pela Congregação da FOB em 23.06.2017  
1181 (23.06.17). Despacho do Pró-Reitor de Graduação, solicitando  
1182 encaminhamento ao relator, em caráter de urgência, tendo em vista  
1183 compromissos com os governos do Estado e Municipal para uso do edifício do  
1184 Hospital que se encontra desocupado (27.06.17). **Parecer da CCV**: o  
1185 Coordenador da Câmara Curricular e do Vestibular, Prof. Dr. Edmund Chada  
1186 Baracat, aprova, ad referendum da Câmara, o parecer do relator, favorável ao  
1187 Projeto Pedagógico do curso de Medicina da Faculdade de Odontologia de  
1188 Bauru (28.06.17). **Parecer do CoG**: aprova a criação do curso de Medicina da  
1189 Faculdade de Odontologia de Bauru (28.06.17). Análise técnico-financeira feita  
1190 pela CODAGE. **Parecer da COP**: considerando que com a criação do referido

1191 curso: a USP mantém sua atividade-fim e atende questões sociais relevantes;  
1192 a USP faz a cessão do prédio (Unidades I e II) para a Secretaria de Estado da  
1193 Saúde de São Paulo, que assume as suas despesas, ficando a Universidade  
1194 responsável apenas pela gestão acadêmica; os funcionários atualmente  
1195 existentes no Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais  
1196 (Centrinho)/USP (605 servidores técnicos e administrativos e 03 docentes)  
1197 continuam na folha de pagamento da USP; as novas contratações necessárias  
1198 para o futuro pleno funcionamento do Hospital, bem como as reposições  
1199 conforme forem necessárias, serão feitas pela Secretaria de Estado da Saúde  
1200 de São Paulo, que assumirá estas despesas; as atividades de  
1201 internação/cirúrgicas atualmente executadas pelo HRAC/USP na Unidade I  
1202 serão gradativamente transferidas, o quanto antes possível, para a Unidade II,  
1203 mantendo a sua identidade e expertise de 50 anos na reabilitação de  
1204 anomalias craniofaciais, síndromes e deficientes auditivos; a Universidade  
1205 deixará progressivamente de fazer aportes orçamentários para o HRAC; a  
1206 partir da ativação plena da Unidade II, todas atividades ambulatoriais serão  
1207 realizadas na Unidade I. Salientando-se ainda que, por manifestação de seus  
1208 dirigentes, as Faculdades de Medicina de São Paulo e de Ribeirão Preto, o  
1209 ICB, o IFSC, a FEARP, a EP e a FFCLRP se comprometem a colaborar com o  
1210 novo curso. Após ampla discussão e com base na análise técnico-financeira da  
1211 CODAGE, a COP manifestou-se favorável à criação do curso de Medicina da  
1212 Faculdade de Odontologia de Bauru (29.06.17). **Parecer da CAA:** após amplos  
1213 debates, aprova a criação do curso de Medicina da Faculdade de Odontologia  
1214 de Bauru (29.06.17). **Cons. Antônio Carlos Hernandes:** “Esse curso é  
1215 diferente do curso que acabamos de aprovar, na verdade, é uma oportunidade.  
1216 A parte financeira será explicada por outras pessoas, vou falar essencialmente  
1217 da questão do curso, do ponto de vista pedagógico. Vou elencar três motivos  
1218 essenciais que demonstra essa oportunidade: 1) temos dois cursos da  
1219 Universidade de São Paulo de Medicina e são os cursos com a maior relação  
1220 em candidato/vaga; no curso de Medicina de São Paulo, no vestibular passado,  
1221 tivemos 96 candidatos por vagas e no curso de Medicina de Ribeirão Preto  
1222 tivemos 75 candidatos por vagas, assim existe uma demanda muito grande  
1223 pelo curso de Medicina, essa demanda foi levada em consideração nas  
1224 discussões que tivemos; 2) característica do curso: o curso, da forma como ele é

1225 colocado, quando se olha para o projeto pedagógico, não é similar a nenhum  
1226 dos dois outros, pois ele traz questões mais novas, a metodologia de ensino  
1227 colocada, desde o começo, é aquilo que chamamos de metodologia ativa, isso  
1228 faz com que o aluno seja a parte central desse processo de formação e isso foi  
1229 bastante valorizado por todos os Conselheiros no Conselho de Graduação de  
1230 quarta-feira passada; 3) a importância do curso para a região, que está  
1231 localizado no *campus* de Bauru; temos um *Campus* com dois cursos de  
1232 graduação, que são os de Odontologia e Fonoaudiologia e dentro do Conselho  
1233 foi discutida a importância que isso teria, não só para a USP, mas para todo o  
1234 entorno no qual ele está inserido. Teríamos quase que um triângulo entre a  
1235 Cidade de São Paulo, Ribeirão Preto e Bauru, atendendo a um contingente de  
1236 alunos de maneira diferente nesta divisão do Estado. Isso foi muito discutido e  
1237 elogiado e isso é mais ou menos a síntese do que aconteceu no Conselho de  
1238 Graduação. Tem um ponto técnico que é importante, que o curso começa com  
1239 60 vagas, é um curso integral e tem toda a infraestrutura disponível para sua  
1240 implantação, principalmente no que cabe a parte da prática, que é o Hospital.”

1241 **Cons. Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado:** “Cabe aqui um  
1242 esclarecimento porque, ao longo da semana e depois que a pauta foi  
1243 divulgada, recebi vários *e-mails*, alguns favoráveis e outros não favoráveis e  
1244 alguns questionamentos foram feitos, por isso vou colocar o porquê dessa  
1245 proposta e até mesmo responder ao Professor Marcos a sua colocação da  
1246 premência deste curso. Se os senhores estão lembrados, em 26 de agosto de  
1247 2014, aprovamos a desvinculação do HRAC e sua passagem para o gestor  
1248 estadual. Desde aquele momento começamos a procurar soluções, afinal de  
1249 contas, para quem não conhece, o HRAC, conhecido como Centrinho, fez 50  
1250 anos no último dia 24 de junho e atendeu, durante mais de 50 anos, mais de  
1251 102 mil pacientes. Hoje temos 69 mil pacientes ativos, tanto fissurados como  
1252 deficientes auditivos e sindrômicos, que recebem um atendimento de  
1253 excelência, tanto no nível nacional quanto internacional. É claro que esse é um  
1254 patrimônio da Universidade que nós não poderíamos perder. E como gestores  
1255 que somos, fomos, juntamente com os órgãos centrais, procurar soluções para  
1256 que isso pudesse ser viabilizado de alguma maneira, já que estávamos  
1257 fragilizados, uma vez que precisávamos fazer contratações destinadas a nossa  
1258 atividade fim, que é acadêmica, e as necessidades que demandava o HRAC,

1259 naquele momento, não estava diretamente relacionada à nossa atividade fim,  
1260 ou seja, era vinculada a agente de saúde pública. Então começamos uma  
1261 interlocução aos atores, no caso a Secretaria Municipal de Saúde de Bauru e,  
1262 juntamente com o Professor Zago, junto à Secretaria do Estado da Saúde. E  
1263 com isso houve um entendimento, nestas primeiras conversas, que a  
1264 contrapartida para assumir o Hospital seria que a USP assumisse sua atividade  
1265 fim. Naquele momento, faz-se o perfil de nosso *Campus* e da nossa Faculdade,  
1266 chegando à conclusão que o curso de Medicina seria a opção, já que a  
1267 estrutura que temos lá é interessante. Assim, seria feito esse convênio nos  
1268 mesmos moldes dos existentes na Faculdade de Medicina de São Paulo e  
1269 Ribeirão Preto, com os seus respectivos hospitais das clínicas. Por uma série  
1270 de fatores, em janeiro de 2016, eu também assumi a Superintendência do  
1271 Hospital e de uma maneira um pouco mais veemente, porque estava  
1272 diretamente na gestão do que precisava ser feito e verificamos que tínhamos  
1273 um grande desafio. O Centrinho hoje precisa desonerar a USP, hoje ele  
1274 funciona apenas na Unidade I e a Unidade II, que está à esquerda e que tem  
1275 22.000 m<sup>2</sup>, com 11 andares, sendo o 11º andar a casa de máquinas, sobrando  
1276 10 andares, dos quais usamos apenas 25% deles. Este prédio, a Unidade II, foi  
1277 construída ao longo de 25 anos, e está parcialmente pronta, com insumos e  
1278 equipamentos mobiliados, que foi feito na última gestão. Na realidade, o  
1279 Hospital está parcialmente ocupado e consome hoje, dos cofres da USP,  
1280 aproximadamente R\$ 190 mil por mês, sem que sequer tenhamos um único  
1281 aluno de graduação. Tem um agravante também: começamos a conviver com  
1282 a pressão do Ministério Público para que déssemos uma solução para este  
1283 caso. Bauru ainda tem uma demanda reprimida de 440 leitos de hospital. Este  
1284 hospital em plena atividade ofereceria para a cidade 220 leitos, sendo 20 leitos  
1285 de UTI, 10 de adultos e 10 de pediatria. Hoje, o Centrinho tem 91, então  
1286 haveria uma pressão do Poder Judiciário para com a nossa Unidade e para  
1287 com a Reitoria, e quando vem pressão do Judiciário, cumpre-se. Fizemos uma  
1288 interlocução com cinco promotores relacionados a esta causa lá na cidade e  
1289 pedimos que eles nos dessem um voto de confiança e que procuraríamos,  
1290 junto à Secretaria de Estado e junto à Secretaria da Saúde de Bauru, uma  
1291 solução para a ocupação do prédio. E que a USP, na contrapartida - foi uma  
1292 sugestão inclusive deles - entraria com a parte acadêmica. Esse prédio

1293 consome por ano R\$ 2.157.603,24, valor que daria hoje para contratar doze  
1294 docentes em regime de RDIDP. Então é um prédio que está parcialmente  
1295 ocupado e parcialmente equipado e que não teríamos nenhuma condição de  
1296 viabilizá-lo sob hipótese alguma. Se tivermos que usá-lo por uma ordem judicial  
1297 que determine que ele esteja em plena atividade, consumiria quase R\$ 500 mil  
1298 por mês, simplesmente para sua manutenção, onerando sobremaneira os  
1299 cofres da USP, sem contar o desgaste de uma ação judicial. Por isso que  
1300 fomos, durante este tempo, conversando com os interlocutores. Com esse  
1301 valor daria para contratar 31 docentes em RDIDP. Mostrando que fizemos a  
1302 lição de casa, como gestores e nossa comunidade também, pois temos 605  
1303 servidores do HRAC que entenderam o momento da Universidade. Fazendo  
1304 um comparativo do ano que estivemos à frente da gestão do Hospital onde, em  
1305 relação às despesas com pessoal, considerando os PIDVs I e II, que foi ação  
1306 da Reitoria, somado as demissões voluntárias, aposentadorias e despesas  
1307 gerais, deixamos de gastar R\$ 11.149.915,38 no Hospital. Isso mostra que  
1308 nossa comunidade fez a sua lição de casa e ardentemente procura uma  
1309 solução para nosso *Campus* - sobretudo para o Hospital. Então, neste sentido,  
1310 há 15 dias fizemos uma reunião na Secretaria do Estado da Saúde, que  
1311 concordou em assumir o Hospital juntamente com a Secretária Municipal de  
1312 Bauru. Com isso desoneraremos, ao longo do tempo, esses gastos da USP,  
1313 praticamente já iniciando em 2018. Dessa forma, temos a nossa proposta do  
1314 Curso de Medicina, dentro de uma metodologia ativa, resultante de conversas  
1315 que vêm acontecendo há algum tempo, portanto, não foi de ontem para hoje.  
1316 As conversas junto a esses interlocutores iniciaram-se há algum tempo,  
1317 quando houve uma mudança de prefeito na cidade, que hoje olhou de uma  
1318 maneira favorável, pois os alunos seriam inseridos na rede pública de saúde  
1319 desde o início do curso. Além do mais, isso também implicaria em mudanças  
1320 bastante positivas para os cursos de Odontologia e Fonoaudiologia e, sem  
1321 dúvida alguma, a infraestrutura que temos nos dá as condições para que  
1322 possamos receber os alunos. Hoje, o aluno do *campus* de Bauru é o mais caro  
1323 para a Universidade. A viabilização de docente para o curso seria quase que  
1324 de imediato, 18 docentes da FOB poderiam contribuir para os primeiros anos  
1325 do curso, além disso, teríamos o compartilhamento de docentes de outras  
1326 Unidades com as quais estamos conversando, que caso seja aprovado o curso



1327 pelo Co, essas conversas serão aprofundadas. Quero dizer que já recebi  
1328 alguns *e-mails* de colegas que estão se dispondo a colaborar conosco em  
1329 Bauru, também precisaríamos de 10 docentes, que em função de algumas  
1330 ações previstas naquele plano de contratação de docentes da Comissão de  
1331 Graduação, não se concretizaram. Entraremos nesta janela de oportunidade,  
1332 temos esse orçamento aprovado por este Conselho e mais os médicos e  
1333 enfermeiros não docentes do HRAC que têm titulação de Doutorado, alguns já  
1334 são docentes em escolas particulares, que se dispuseram a colaborar conosco.  
1335 Considerando essa possibilidade, o total do pessoal didático chega a 46 no  
1336 início e a 56 até 2021, sendo que os 10 docentes restantes, provavelmente,  
1337 seriam contratados em Regime de RTC, porque geralmente são médicos ou  
1338 enfermeiros que têm suas atividades, mas que poderiam ser contratados até  
1339 2021 dentro de uma proposta que acreditamos que vamos deixar de gastar o  
1340 que gastamos hoje com o prédio, para a contratação desses docentes em  
1341 RTC.” Algum Conselheiro pergunta, fora do microfone, se essa tratativa com o  
1342 Governo do Estado é oficial. **Cons. Maria Aparecida de Andrade Moreira**  
1343 **Machado:** “É oficialíssima, porque desde a última reunião, há 15 dias, eles já  
1344 estão fazendo uma avaliação do prédio para montar o plano estratégico. Sei  
1345 que quando se fala de apoio do Estado neste Conselho, por causa de outras  
1346 experiências, as pessoas ficam preocupadas, mas é uma realidade diferente, o  
1347 prédio está pronto. Tem um custo que ao longo do tempo o Estado se propôs a  
1348 pagar, pelo apelo social muito forte, pois ele precisa oferecer leitos de hospital  
1349 para a região, então é mais fácil quando se tem uma estrutura pronta em que  
1350 se investe muito menos do que ter que construir uma estrutura para poder  
1351 oferecer isso. De forma que as conversas com o Estado, em nosso entender,  
1352 estão bem encaminhadas e com o município também e, independente disso,  
1353 eles teriam pressão do mesmo jeito, e, abrindo o curso de Medicina claro que  
1354 seria maior. Além disso, já temos um convênio com cinco hospitais na cidade,  
1355 de forma que, se eventualmente o Estado não cumprir com sua parte, os  
1356 alunos não ficariam desassistidos, porque temos cinco hospitais onde eles  
1357 poderiam fazer suas atividades. Como pode ser visto na tela, a FOB tem  
1358 estruturas que perfeitamente permitiria receber esses alunos de uma maneira  
1359 bastante tranquila, com responsabilidade, já que faço parte da Comissão de  
1360 Orçamento e Patrimônio, de maneira alguma onerando a USP de forma

1361 inviável. Acho que é uma solução, principalmente para os 79 mil pacientes do  
1362 Centrinho que precisam claramente de uma estrutura melhor para serem  
1363 atendidos e, lamentavelmente, se esse Conselho não entender assim, o  
1364 Centrinho está fadado a, gradativamente, perder suas atividades, o que  
1365 estamos lutando fortemente para que não ocorra.” **Cons. Waldyr Antônio**  
1366 **Jorge**: “Quero fazer um breve testemunho para embasar minha fala. Estou  
1367 Diretor, não sou diretor; estou Superintendente do HU, mas não sou  
1368 Superintendente, nossas funções são transitórias. Em 1977, 1978 e 1979, a  
1369 Professora Maria Aparecida não era nem docente ou estava se formando e eu  
1370 já estava trabalhando no Hospital, que não era o Hospital, mas era o Centrinho  
1371 do Professor Gastão e estava sendo conduzido pelo professor J.J Barros, que  
1372 alguns aqui conhecem - e a maioria não. Sabe quem é? Só para saber quem  
1373 era o J.J Barros, ele era um indivíduo que em 1953 já estava com o Professor  
1374 McCallum, em Birmingham no Alabama, tratando, no Hospital de Sequelados  
1375 da Guerra da Coreia, os marinheiros da Força Naval dos Estados Unidos. Este  
1376 indivíduo foi meu orientador e tive a felicidade de aprender muito com ele. Sou  
1377 Cirurgião e não sou diretor, não sou superintendente, sou cirurgião Maxilo-  
1378 facial, duas vezes Titular pela Faculdade de Odontologia da USP. Isso tudo é  
1379 para embasar o que eu vou falar. Naquela época - em 1977, 1978 e 1979 - era  
1380 praticamente os barracões do Centrinho, não era o que é hoje, nem essa ala  
1381 do bloco I que vocês chamam de Unidade I, era na realidade unidade única.  
1382 Acho que o momento que estamos vivendo é o momento que não podemos  
1383 perder a oportunidade de resolver alguns problemas que a Universidade vem  
1384 encontrando ao longo dos anos. O Hospital cresceu de uma maneira, na minha  
1385 leitura, desproporcional nas suas proposituras iniciais. Ele cumpriu com a sua  
1386 finalidade de tratar fissurados com muita qualidade, formando indivíduos e, de  
1387 repente, quando estive recentemente em Bauru - fazia alguns anos que não ia  
1388 para lá - dei de encontro com um prédio de 11 andares, completamente  
1389 instalado, pronto, com macas, centros cirúrgicos, salas de UTI, pronto para a  
1390 atividade que não dá para se colocar se não tiver recursos humanos e atender  
1391 a comunidade da região, principalmente. Na minha leitura, o tamanho do  
1392 Hospital – de especialidade principalmente dos fissurados - daria para ser um  
1393 hospital regional da cidade, para atender uma demanda médica muito maior. O  
1394 HRAC se inviabilizou economicamente, por uma questão inclusive de uma

1395 programação. Possivelmente ninguém daqui é responsável, porque ninguém  
1396 estava, naquele momento, decidindo os destinos, só que o Hospital se tornou  
1397 um problema para a USP. Acho que essa oportunidade que a Universidade  
1398 está encontrando e está tendo é a conjunção dos astros. No Rio Grande se  
1399 fala: 'o cavalo passou encilhado tem que montar nele'. Por que razão? Vamos  
1400 ter, praticamente, cinco pontos que vão nos convencer dessa oportunidade ser  
1401 positiva: 1) atender a população e a comunidade; 2) atender a necessidade da  
1402 região, possivelmente tornando parte daquele Hospital em um hospital regional;  
1403 3) dar continuidade à vocação na qual ele foi criado, e essa vocação não vai se  
1404 extinguir, pelo contrário, vai se manter e vai se aprimorar, inclusive, com a  
1405 formação do que é mais importante, que é a criação da terceira Faculdade de  
1406 Medicina na USP: São Paulo, Bauru e Ribeirão Preto. Parabens as  
1407 Professoras que estão aqui, porque é o melhor curso do mundo o de  
1408 Odontologia da Universidade de São Paulo. Tenho certeza que juntando  
1409 Ribeirão Preto, São Paulo e Bauru, daqui a alguns anos teremos também a  
1410 melhor Faculdade de Medicina. Acho que não podemos perder a excelente  
1411 qualidade que se tem dentro da USP, e temos que aproveitar esse momento,  
1412 porque ele vai resolver um problema, porque como está é inviável resolver os  
1413 problemas de nossos funcionários que estão no HRAC e que continuarão pela  
1414 USP até terminar sua carreira; e cumprimos com a nossa finalidade de  
1415 ensino, de criar uma faculdade com qualidade e a custo tecnicamente muito  
1416 pequeno ou quase nada, a não ser terminar o tempo de serviço do pessoal que  
1417 lá trabalha." **Cons. José Otávio Costa Auler Júnior:** "O que me motivou a  
1418 apoiar este projeto é uma questão que vivenciamos sempre e que veio muito  
1419 forte neste Conselho, que é a questão do Hospital Universitário. Qual a função  
1420 da Universidade? Ela deve ter hospitais e clínicas, que são atividades que se  
1421 relacionam com o Sistema de Saúde do país, que deve ser realizada pelo  
1422 Estado e município? Um exemplo é o caso do Hospital das Clínicas de São  
1423 Paulo e do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto. Então aí vem um  
1424 instrumento jurídico, a USP tem que ceder esse hospital para o Estado, uma  
1425 cessão de uso, como aconteceu recentemente com o Instituto do Câncer, que  
1426 ela cedeu para o HC, mas quem paga o custeio é o Estado, nós simplesmente  
1427 fazemos o uso acadêmico no espaço. Esse fato do interesse do poder público  
1428 municipal e estadual em adquirir um próprio e operar esse próprio a um custo

1429 que hoje está estimado em R\$ 10 milhões/R\$ 12 milhões por ano; mas isso vai  
1430 crescer à medida que o hospital for se instalando. E tem que ter uma  
1431 contrapartida para a comunidade de Bauru, o sistema operacional político lá é  
1432 ter uma faculdade de medicina para a formação de recursos públicos para a  
1433 área de Saúde. Pode-se questionar a questão de que se tem milhões de  
1434 faculdades de medicina abertas no país e que os médicos sempre se  
1435 posicionaram contra, porque são faculdades, muitas vezes, com interesses  
1436 comerciais, criadas por grupos que se estabelecem e que cobram quantidades  
1437 extorsivas dos alunos, sem ter um hospital, uma clínica ou uma atenção  
1438 primária, que é o caso das prefeituras que oferecerem uma formação para o  
1439 estudante. Acho que isso justifica essa proposta, estamos tirando uma despesa  
1440 da Universidade, que já está no limite, ou melhor, acima do limite prudencial, e  
1441 com isso acredito que também voltamos com o princípio básico da  
1442 Universidade, que é ensinar. Então, vamos montar um curso que, a princípio,  
1443 suscitam algumas preocupações quanto ao número de docentes, mas é um  
1444 curso que não é departamentalizado, de forma que o número de docentes é  
1445 menor, pois a departamentalização aumenta a quantidade de docentes. Já  
1446 conversei com a Professora Margaret e vamos dar apoio. No momento, temos  
1447 dois professores que fazem parte de um período lá, na área de Otorrino e  
1448 Cirurgia de Cabeça, Pescoço e Face, com certeza isso deve aumentar a  
1449 cooperação. Assim, quero registrar que estamos discutimos muito isso, mas o  
1450 fato de passarmos essa despesa para o Estado, que se dispõe, em um  
1451 momento de crise, a assumir este instrumento jurídico, tem que ser assinado.  
1452 Acho que é importante para a Universidade.” **Cons.<sup>a</sup> Margaret de Castro:**  
1453 “Acho que o Prof. José Otavio já fez um grande resumo, que talvez fosse  
1454 também meu papel aqui. Em primeiro lugar, a demanda dos cursos de  
1455 Medicina, como o professor Hernandes colocou, é muito alta. Estamos  
1456 formando uma escola pública e é nisso que temos que pensar, pois são vagas  
1457 públicas, não é mais uma das 330 escolas particulares que se criam  
1458 simplesmente para efeito mercadológico. Temos condições de fazer um grande  
1459 curso de medicina, utilizando recursos que nós praticamente já temos. O  
1460 projeto pedagógico, inicialmente formado, traz um curriculum orientado para as  
1461 políticas públicas de educação, saúde, ciências e tecnologia nacionais. O outro  
1462 aspecto, também levantado, é que Bauru está abaixo da média do Estado de

1463 São Paulo de médicos para a população e já foi dito aqui que existe uma  
1464 necessidade de mais de 440 leitos para a população da região de Bauru. Com  
1465 esse hospital estaríamos, já de início, em pouco tempo, oferecendo pelo menos  
1466 metade dessa demanda necessária de leitos SUS. Já me perguntaram o  
1467 porquê de não passar o hospital para a Secretaria de Saúde simplesmente, e  
1468 acho que nesse aspecto o Professor José Otávio já foi muito feliz. É uma  
1469 negociação, é político. E nós estaremos, do ponto de vista econômico, levando  
1470 a vantagem que nos cabe. Vamos formar médicos de qualidade, que é a  
1471 atividade fim da Universidade de São Paulo. Por outro lado, a Secretaria de  
1472 Saúde do Estado de São Paulo arcará com a assistência à saúde, que é uma  
1473 função do Estado e não da Universidade de São Paulo. Nesse ponto, quem  
1474 trabalha com hospital tem a noção exata e, talvez, quem não trabalhe não tem  
1475 a noção do valor que a saúde custa. Para se ter ideia, o Hospital das Clínicas  
1476 da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto tem um orçamento que é quase  
1477 metade da cidade de Ribeirão Preto, que tem quase 700 mil habitantes. Uma  
1478 cidade que é como a Califórnia brasileira. Portanto, é muito grande a  
1479 necessidade. O preço da saúde é muito alto e a USP não consegue arcar com  
1480 os hospitais. Esse é um problema do Governo do Estado de São Paulo. Então,  
1481 estaríamos formando médicos de qualidade, que é nossa função, um dos  
1482 nossos objetivos-fim. Portanto, vejo esse projeto pedagógico como moderno, é  
1483 pós Constituição de 1988, é completamente integrado ao SUS, às  
1484 necessidades do SUS e da população. E a Faculdade de Medicina, como já  
1485 disse o Professor José Otávio, se coloca à disposição para trabalhar junto à  
1486 FOB e à Professora Maria Aparecida, para fazermos nossa terceira Faculdade  
1487 de Medicina tão boa e com tanta qualidade quanto as duas que já existem.”

1488 **Cons. João Cyro André:** “Conforme disse anteriormente, vou analisar essa  
1489 questão do ponto de vista financeiro. O HRAC é um hospital modelo, que  
1490 somente poderia despertar na USP respeito e orgulho. Quem conhece a obra  
1491 clínica e social realizada no HRAC sabe de sua importância - HRAC pode ser  
1492 substituído pelo Centrinho. Quem o visitou pode mencionar suas emoções.  
1493 Tive a felicidade de trabalhar com tio Gastão, Professor José Alberto, durante a  
1494 gestão da Professora Suely Vilela, quando foram feitas as obras de  
1495 recuperação do HRAC 2, com recursos financeiros da Secretaria Estadual de  
1496 Saúde de São Paulo. Só há observações altamente positivas a respeito do

1497 trabalho do HRAC. Em relação ao curso de Medicina da FOB, em um país  
1498 como o nosso, seria muito bem-vindo um novo curso de Medicina da USP, que  
1499 estivesse associado ao HRAC. A FOB apresenta motivos para a sua  
1500 implantação na região de Bauru, e são muitas as carências do nosso Estado e  
1501 do nosso país. Agora, o que está em discussão? Há três aspectos importantes:  
1502 a criação do curso de Medicina da FOB, a vinculação da Unidade 2 do HRAC à  
1503 Secretaria Estadual de Saúde e a estruturação da rede de atenção à saúde  
1504 com o gestor municipal. São três coisas distintas – vinculadas, mas distintas.  
1505 Sobre a tramitação do processo dentro da USP, conforme já foi observado  
1506 anteriormente de forma independente, essa preparação dos custos e recursos  
1507 foi feita em dezembro de 2016, apresentada à Pró-Reitoria de Graduação, e  
1508 teve uma tramitação em caráter urgentíssimo de 22 de junho a 29 de junho de  
1509 2017 - durante uma semana passou por todos os órgãos dentro da Reitoria. Os  
1510 recursos humanos indicados *versus* os projetados: a FOB indica a necessidade  
1511 de 48 docentes para apresentar o curso quando eles tiverem regime, portanto,  
1512 em 2023, para 100 vagas. Fiz duas simulações, uma comparando o número de  
1513 docentes - sei que essa comparação não é direta, mas tanto São Paulo quanto  
1514 Ribeirão Preto, cerca de 300 docentes contra 48 que estariam na FOB no curso  
1515 de Medicina -, mas o que é mais importante é que para uma carga total de  
1516 7.395 horas, uma carga horária média de 616 horas por semestre, imaginando  
1517 duas turmas de 50 alunos, o que é conservador, e os professores atuando 8  
1518 horas por semana, conforme está no Estatuto do Docente, os docentes  
1519 necessários seriam, não 48, mas sim 154. Foi o critério que adotei, é claro que  
1520 deve haver outros os quais gostaria também de ouvir. Portanto, parece-me que  
1521 está subestimado o número de docentes necessários para o curso. É razoável  
1522 considerar que os recursos humanos, físicos e de infraestrutura apresentados  
1523 sejam insuficientes para a implantação do curso de Medicina da FOB. A  
1524 provável criação da Faculdade de Medicina de Bauru ampliará essas  
1525 necessidades, isso será natural. As previsões orçamentárias apresentadas  
1526 indicam uma redução de custo que está em R\$ 93,5 milhões do orçamento do  
1527 HRAC mais curso de Medicina, reduzido a R\$ 89,7 milhões. Na minha  
1528 impressão, pelos dados que tive oportunidade de ver, pelo tempo dedicado,  
1529 entendo que esses valores estão um pouco subestimados. Então, penso que  
1530 um planejamento mais aprofundado no âmbito da Reitoria é mandatório. A

1531 possibilidade dos recursos humanos físicos e financeiros estarem  
1532 subestimados é real, a situação financeira da USP permanece desequilibrada,  
1533 a implantação do projeto como um todo amplia o risco de desequilíbrio  
1534 financeiro da Universidade de São Paulo. Portanto, o que gostaria de sugerir é  
1535 uma estratégia no tratamento dessa questão, desenvolvendo esse projeto em 3  
1536 etapas. Primeira etapa: estabelecimento dos convênios previstos com a  
1537 Secretaria Estadual de Saúde e com o órgão municipal nos moldes que estão  
1538 sendo propostos no projeto. Segunda: reelaborar o projeto de implantação do  
1539 curso de Medicina da FOB, considerando detalhadamente os recursos físicos,  
1540 financeiros, de pessoal, de equipamentos e de tempo, que permita uma  
1541 avaliação aderente aos parâmetros de sustentabilidade financeira. Finalmente,  
1542 terceira etapa: se viabilizado estratégica e financeiramente o novo projeto,  
1543 submeter ao Conselho Universitário, uma vez aprovado, executar o projeto  
1544 após a implantação dos convênios. É muito importante que esse projeto venha  
1545 após o 'de acordo', para implantação dos convênios, que me parece  
1546 extremamente importante para a Universidade.” **Cons. Marcos Nogueira**  
1547 **Martins**: “Foi ótimo ficar depois do Professor João Cyro, porque que eu  
1548 também tenho muitas dúvidas com relação à questão financeira, da forma  
1549 como é colocada. Quero só levantar dois aspectos rápidos, que me parecem  
1550 relevantes, só para citar exemplos de coisas que tenho dificuldade de entender.  
1551 Por exemplo, no quadro 2 - evolução do quadro de pessoal ativo - às fls. 27,  
1552 aparecem que 105 funcionários serão transferidos para o curso de Medicina no  
1553 primeiro ano, daqueles 605 funcionários do HRAC. No quadro que a Professora  
1554 Maria Aparecida mostrou aparecem 10 funcionários, então não sei. A outra  
1555 coisa que me chama a atenção, na tabela seguinte - a tabela 3, às fls.27 - o  
1556 número de funcionários que sobra vai decaindo ano a ano, de 500 funcionários  
1557 no primeiro ano para 450 no sexto ano, no entanto, dos 105 que vão para a  
1558 Faculdade de Medicina, ninguém se aposenta, eles continuam sendo 105 ao  
1559 longo dos seis anos. Então, não sei se vão escolher só os funcionários jovens  
1560 ou vão convencê-los a não se aposentar para continuar trabalhando na  
1561 Faculdade de Medicina. Esses 105 constantes estão no quadro 5, às fls. 28.  
1562 Isso é só para colocar que não consegui entender essa conta de que realmente  
1563 a USP vai economizar dinheiro com esse procedimento todo. E minha  
1564 preocupação vem pelo fato de que acho que a negociação com o Governo do

1565 Estado não foi feita adequadamente. Aqui estamos bem escaldados em termos  
1566 de acordos com o Governo do Estado, com relação à incorporação, criação e  
1567 mudanças de cursos. Nesse caso em particular, o Governo do Estado está  
1568 recebendo um prédio novo, equipado, pronto para fazer funcionar o Hospital.  
1569 De graça! E a gente, além de dar o prédio novo, pronto e equipado, ainda  
1570 temos que dar uma contrapartida, que é a criação de um curso de Medicina.  
1571 Ou seja, o cavalo encilhado que está passando, está passando para o Governo  
1572 do Estado, porque ele, em um ano eleitoral, terá um hospital novo e um curso  
1573 de Medicina para colocar na propaganda eleitoral. Não tenho nada contra as  
1574 pessoas terem boas notícias para botar em propaganda eleitoral, mas acho  
1575 que a Universidade deveria ter algo em troca. Não acho que não devamos  
1576 oferecer isso ao Governo do Estado, mas os 600 funcionários que ficarão lá,  
1577 pagos pela USP. Será que a Secretaria da Saúde não poderia fazer a conta de  
1578 quanto aqueles funcionários custariam com os salários da Secretaria da Saúde  
1579 e repassar esse dinheiro para a Universidade? Será que não há um acordo um  
1580 pouco melhor do que esse que está sendo colocado? Acho que do ponto de  
1581 vista do Governo do Estado é claro que o poder dele é muito maior que o da  
1582 Universidade e o ano eleitoral é muito mais relevante para eles do que para  
1583 nós. Portanto, quem tem pressa em fechar esse negócio é o Governo do  
1584 Estado, que tem que mostrar serviço no ano que vem. Então, penso que  
1585 deveríamos melhorar a negociação.” **Cons. Oswaldo Yoshimi Tanaka:** “Quero  
1586 fazer duas abordagens, uma delas quanto à preocupação em relação à  
1587 formação médica. O Centrinho é considerado, no sistema de saúde, um  
1588 hospital de terciário ou quaternário, super especializado. Do ponto de vista  
1589 formal, não é necessariamente - talvez no relatório flex de 1910 fosse  
1590 suficiente, mas acho que para as nossas atividades e universalidades,  
1591 integralidades da atenção para a população do SUS, a base é o Hospital Geral.  
1592 Então, estamos partindo de uma base que me preocupa muito. Ele é  
1593 importante, digo isso porque trabalhei na Secretaria durante muito tempo, ele é  
1594 uma referência internacional e não é do Estado de São Paulo. O Centrinho  
1595 atende pacientes do SUS de todo o país, através do sistema de regulação.  
1596 Outra coisa que me preocupa muito é que é um hospital novo, em que nós, no  
1597 teto do SUS, não temos mais condições de ter aumento de teto para  
1598 hospitalização no Estado de São Paulo - o Estado de São Paulo, dos 60



1599 hospitais que possui, 45 são OS's - Organizações de Saúde, cujo contrato de  
1600 gestão é por prestação de serviço por meta e por teto financeiro, na qual está  
1601 sendo contestado pela Assembleia Legislativa essa forma de trabalhar, porque  
1602 ele não tem condições de contratar mais gente, tem que ser por OS, porque  
1603 entra como serviço de terceiro e não como recurso de pessoal. Portanto, tem o  
1604 mesmo problema que nós temos de colocar essa questão. Qualquer hospital  
1605 no Estado de São Paulo ou no país tem que ser autorizado pelo teto do Estado,  
1606 de poder internar mais gente dentro do seu limite financeiro do SUS. Quero  
1607 informar que não teve nenhuma autorização de teto financeiro para o Estado  
1608 de São Paulo, para aumentar sua capacidade de gasto. O Hospital das  
1609 Clínicas, o Hospital de Ribeirão Preto recebem também pelo SUS. Por mais  
1610 que o Estado de São Paulo tenha a Fundação Faculdade de Medicina - o  
1611 Diretor pode confirmar - ele recebe um grande financiamento através da  
1612 Fundação que é sistema SUS. Então, ele custa muito mais caro, mas possui  
1613 apoio. Qualquer hospital hoje do Estado de São Paulo precisa ter aprovação do  
1614 Ministério da Saúde e um teto financeiro para poder funcionar, mesmo que  
1615 coloque todo pessoal, não poderá receber dinheiro com o SUS se não tiver no  
1616 teto do Estado. E a outra coisa básica é que a Secretaria de Estado tem um  
1617 limite de responsabilidade fiscal exatamente como nós temos. Ele não tem  
1618 nenhuma condição de contratar gente. Ele tem que fazer uma OS, isso é outro  
1619 contrato que tem que ser feito. Tenho essa preocupação financeira básica e de  
1620 sustentabilidade. Acho muito bom sermos mais avançados em trabalhar com  
1621 PDL, atividade física etc, mas o que me preocupa é: qual é o perfil? Bauru tem  
1622 um hospital regional, do Estado, por uma OS – são 220 leitos. Então, fico  
1623 pensando qual jogo que teremos nesses dois hospitais trabalhando no mesmo  
1624 teto. Tem pelo SUS 15% de recursos do município e 12% do Estado para o  
1625 Sistema Único, tanto Bauru como o Estado já cumprem esse limite da Emenda  
1626 Constitucional 29, do ano 2000. Fico muito preocupado. Nessa crise, se vocês  
1627 virem, saiu uma publicação do CONASEMS flexibilizando os médicos de  
1628 família - agora você pode contratar médicos por 8 ou 12 horas, porque os  
1629 municípios não estão mais sustentando médicos de 40 horas semanais. Existe  
1630 uma proposta do CONASEMS de diminuir agente comunitário de saúde do  
1631 município, porque não tem dinheiro para pagar. Temos uma crise muito séria  
1632 na saúde. Fico preocupado com qual será a capacidade que teremos dessa

1633 negociação realmente resultar no hospital geral para formar médicos  
1634 adequados para o SUS, que não é médico com perfil de Centrinho, médicos  
1635 com essa especialidade são superespecialistas, esse é um hospital de terceiro  
1636 nível. Para formar esse médico, vamos ter esse hospital funcionando, acho que  
1637 não temos condições de afirmar que esse hospital será colocado em  
1638 funcionamento, mesmo que seja em ano eleitoral. Volto à proposta do meu  
1639 colega e acho que precisamos negociar melhor esse processo, pois me lembro  
1640 que no começo da gestão do Professor Zago, ele levantou o mesmo problema,  
1641 éramos uma Universidade e não uma instituição assistencial e levantou o  
1642 problema do Centrinho. Não tenho certeza sobre isso. Volto a dizer que  
1643 precisamos ter garantias financeiras de que isso seja sustentável e que  
1644 tenhamos um hospital geral para fazer uma formação médica adequada para o  
1645 que precisamos.” **Cons. José Roberto Castilho Piqueira**: “Na POLI não  
1646 temos o departamento de jograis e nem de candidaturas, por isso a minha  
1647 opinião é totalmente diferente da opinião do Professor João Cyro. Respeito  
1648 muito a opinião do Professor João Cyro, acho que os pontos levantados por  
1649 ele, pelo Professor Marcos e pelo Professor Tanaka são muito importantes,  
1650 devem ser consideramos na implantação da Escola, mas acho que é um  
1651 momento importante da nossa Universidade. Essa história de só ficarmos  
1652 chorando porque não tem dinheiro e não fazemos nada é muito triste.  
1653 Implantar uma Faculdade de Medicina em Bauru é muito importante para nós e  
1654 cobrar o Governo do Estado de assumir os custos disso também é muito  
1655 importante. Portanto, gostaria de encaminhar favoravelmente à demanda da  
1656 Faculdade de Odontologia de Bauru e gostaria que os trabalhos que o  
1657 Professor João Cyro fez, as observações que o Professor Marcos e que o  
1658 Professor Tanaka fizeram fossem levadas em consideração na elaboração do  
1659 programa. Não imagino que alguém sai com uma faculdade funcionando  
1660 perfeitamente amanhã, acho que haverá uma porção de problemas que serão  
1661 resolvidos ao longo do tempo. Se vocês tivessem ido à POLI, em Santos, há  
1662 cinco anos, vocês diriam que aquilo não tinha futuro. Pois hoje temos um curso  
1663 de Engenharia de Petróleo funcionando super bem lá e temos até projetos,  
1664 arrecadamos dinheiro, trouxemos dinheiro da FINEP, da FAPESP e nosso  
1665 curso funciona perfeitamente bem em Santos. Não funciona como aqui, mas  
1666 está próximo disso. Então, acho que devemos ter coragem de colocar essa

1667 Universidade para frente e ter mais cursos e mais vagas.” **Cons. Vinícius Curti**  
1668 **Cícero**: “Quanto a essa questão, vendo a pauta, fiquei bastante curioso por  
1669 não ter sido informado anteriormente e, como representante discente, tenho  
1670 que passar o que recebemos dos centros acadêmicos, tanto da Faculdade de  
1671 Medicina de São Paulo, quanto da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto -  
1672 Centro Acadêmico Rocha Lima e Centro Acadêmico Oswaldo Cruz.  
1673 Recebemos agora a pouco um *e-mail*, com os alunos comentando o assunto e  
1674 passando uma opinião que converge com a minha nesse sentido. É muito mais  
1675 fácil falar depois que os Professores João Cyro, Marcos e Tanaka falaram,  
1676 acho que, de fato, a questão orçamentária é fundamental, é importante  
1677 entendermos que os custos de longo prazo são maiores do que estão  
1678 colocados no projeto hoje. Parece muito simples, parece que a contratação de  
1679 10 docentes vai funcionar, talvez a desvinculação do HRAC vai conseguir  
1680 segurar e com a verba que teremos será possível sustentar um curso nesse  
1681 curto prazo, mas acho que devemos pensar no futuro. Não dá para pensar na  
1682 Faculdade de Medicina só agora. Essa Faculdade vai ter que manter sua  
1683 excelência e estar à altura das outras duas Faculdades por muitos anos. Acho  
1684 que é relativamente problemático. O Centrinho é de fato uma referência  
1685 mundial, como foi colocado, em um ponto específico, que está relacionado a  
1686 uma área extremamente específica da Medicina, e claro, da área de cirurgias  
1687 dentro do curso de Odontologia - há essa convergência que gera algo positivo  
1688 para a Faculdade, mas para a formação do médico em âmbito geral, resta  
1689 saber se a estrutura está pronta para isso. Será que estamos prontos para  
1690 daqui quatro ou cinco anos termos internos da Faculdade de Medicina em um  
1691 hospital que talvez não seja tão generalizado, que não possa fazer atendimento  
1692 do SUS de maneira plena, desde a saúde da família até infectologia ou coisa  
1693 do tipo? Fiquei com esse questionamento. Talvez seja uma bobagem, mas de  
1694 fato, para mim fez pouco sentido. Outra questão que achei importante e que  
1695 também está nas cartas dos alunos, é quanto à permanência estudantil. O  
1696 Reitor, na sua fala inicial, mostrou os dados de quantos alunos estão sendo  
1697 abrigados por moradia estudantil e no *campus* de Bauru, com 330 alunos,  
1698 temos 12 alunos que estão alojados nas instalações do *campus*. Resta saber  
1699 se estamos preparados.” Neste momento, o M. Reitor explica algumas  
1700 questões fora do microfone. **Cons. Vinícius Curti Cícero**: “Tudo bem. Então,

1701 de 330 alunos que temos hoje, 12 recebem auxílio-moradia, há outros, tudo  
1702 bem. Vamos trazer mais 60 alunos para o curso de Medicina. Aí vemos a  
1703 questão orçamentária da Universidade, digamos que consigamos instalar o  
1704 curso, consigamos contratar docentes, o curso possa funcionar nesse primeiro  
1705 momento, sem pensar no longo prazo agora. Será possível ampliar as bolsas  
1706 de permanência? Será possível fazer com que esse aluno que virá para a  
1707 Universidade, que irá para Bauru, uma cidade do interior, tenha acesso a  
1708 moradia, a auxílio-alimentação e coisas necessárias para que ele consiga  
1709 permanecer? Também fiquei com esse questionamento. Dessa maneira, por  
1710 mais que eu ache importantíssimo que ampliemos as vagas da Medicina na  
1711 Universidade e que formemos médicos de qualidade no nosso país, questiono  
1712 se estamos preparados para fazer isso neste momento. Questiono se a USP  
1713 está pronta para isso agora, se é o momento exato para isso. Portanto,  
1714 abstenho-me da votação nesse momento, não consigo decidir se voto sim ou  
1715 não. Apesar de querer muito, talvez não seja o momento propício para isso.”

1716 **Cons. Alexandre Nogueira Martins:** “Não sou estudante da área da saúde,  
1717 mas acho muito importante ouvirmos o que os estudantes dessa área têm a  
1718 dizer sobre esse novo curso de Medicina. Então, vou ler a nota escrita em  
1719 conjunto pelo Centro Acadêmico Rocha Lima, que representa os estudantes de  
1720 Medicina de Ribeirão Preto, e pelo Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, que  
1721 representa os estudantes da Faculdade de Medicina de São Paulo, para  
1722 externar suas preocupações acerca da criação desse novo curso de Medicina  
1723 da Universidade de São Paulo no *campus* de Bauru. ‘Reconhecemos a  
1724 importância da ampliação das vagas de ensino público e a relevância da  
1725 interiorização da Medicina, atendendo a população e fortalecendo a formação  
1726 de profissionais da saúde - o que reflete o princípio da Universidade de ensino  
1727 e a interação com a comunidade. Entendemos a necessidade de mais vagas  
1728 para universidades públicas de medicina e, nesse sentido, a criação de mais  
1729 um curso seria, a princípio, muito positivo. Entretanto, para que isso ocorra,  
1730 muitos pontos precisam ser avaliados e ponderados. Atualmente, a USP  
1731 vivencia uma crise financeira sem precedentes, que reflete no corte de verbas  
1732 para as Unidades, na estagnação do repasse aos programas de Permanência  
1733 Estudantil, na dificuldade de reposição do quadro de docentes e na  
1734 necessidade de buscar novas formas de financiamento - pontos que afetam

1735 fortemente os cursos de Medicina de São Paulo e de Ribeirão Preto e que  
1736 comprometem a qualidade do ensino e assistência à comunidade.  
1737 Especificamente sobre a Permanência Estudantil, este ano, centenas de alunos  
1738 classificados como categoria Perfil 1 (P1) não foram contemplados com os  
1739 auxílios de moradia e de alimentação. Alia-se a esta questão o fato de as  
1740 recentes aprovações de cotas nas diversas unidades da USP alertarem sobre a  
1741 necessidade de recrudescimento dos programas de auxílios e bolsas. Surge  
1742 daí o questionamento: ao se criar um novo curso, com mais 60 alunos, qual o  
1743 comprometimento da instituição em garantir inclusão aos já matriculados e aos  
1744 que virão? Essa crise atinge também diversos outros cursos, tendo como  
1745 exemplo dramático o curso de Obstetrícia da USP Leste que, atualmente, corre  
1746 o risco de fechar por não poder oferecer estágios, devido à necessidade de  
1747 contratação de 24 docentes definitivos ou 10 docentes especialistas. A  
1748 proposta de criação do curso de Medicina em Bauru coloca que não haverá  
1749 aumento da folha orçamentária da Universidade devido aos repasses que  
1750 serão direcionados ao Hospital pela Secretaria do Estado de São Paulo. No  
1751 entanto, é certo que a longo prazo a infraestrutura precisará de ampliação, o  
1752 quadro de docentes necessitará de renovação e gastos de diversas naturezas  
1753 surgirão para que haja o crescimento natural do curso, de modo a se  
1754 concretizar uma formação de qualidade. Dessa maneira, acreditamos que a  
1755 atual conjuntura não favorece e não é oportuna para a ampliação de gastos  
1756 pela Universidade, tendo em vista a necessidade de atender com urgência as  
1757 demandas que já estão colocadas. Além disso, a criação do novo curso se  
1758 torna ainda mais incoerente se analisarmos posicionamentos recentes do  
1759 Reitor Zago no que diz respeito ao Hospital Universitário da USP. Este é uma  
1760 unidade fundamental de ensino para o curso de Medicina de São Paulo e vem  
1761 sendo desmontado pela Reitoria, alvo de cada vez mais cortes e PIDVs  
1762 (Programa de Incentivo à Demissão Voluntária) - medida que sobrecarrega os  
1763 profissionais que lá continuam e causa demissões por exaustão e fechamento  
1764 de portas e leitos por falta de recursos humanos. Tudo isso é aplicado,  
1765 segundo o Reitor, em busca de diminuir os gastos. O desmonte do HU tem  
1766 prejudicado enormemente a formação dos diversos cursos que lá estagiam,  
1767 dentre eles os alunos de Medicina. Nesse cenário, qual o sentido de criar um  
1768 novo curso enquanto um dos que já existe sofre cada vez mais pela falta de

1769 investimento nas infraestruturas e na contratação de mais profissionais? Para  
1770 além da questão orçamentária, existe também o debate do currículo, que já  
1771 permeia os cursos atualmente existentes. Ambos os Centros Acadêmicos que  
1772 assinam esta nota foram surpreendidos pela criação desse novo curso - e, se  
1773 os órgãos de representação dos alunos não foram consultados, quais alunos  
1774 participaram da discussão e da criação do currículo a ser implementado em  
1775 Bauru? Sabemos, inclusive pela experiência atual de troca de currículo que  
1776 ocorre na FMUSP e pelas mudanças colocadas continuamente na FMRP, que  
1777 a participação dos alunos é de enorme importância para que tudo seja  
1778 planejado e posto em prática da melhor forma possível. Portanto, acreditamos  
1779 ser problemático que um novo curso seja criado sem consulta dos estudantes.  
1780 Diante disso, reforçamos a importância de que seja feito um debate mais  
1781 aprofundado sobre a viabilidade da criação do novo curso de Medicina em  
1782 Bauru - considerando, sobretudo, a questão orçamentária, que hoje afeta  
1783 diretamente as unidades e que certamente será um impasse para a  
1784 consolidação de um curso de qualidade e que atenda às expectativas e  
1785 demandas dos novos estudantes.” **Cons. Carlos Gilberto Carlotti Júnior:**  
1786 “Vou pedir licença ao Reitor para tirar um pouco meu chapéu de Pró-reitor de  
1787 Pós-Graduação, e falar um pouco da experiência que tenho como médico,  
1788 como ex-Diretor da Faculdade de Medicina, como ex-Diretor clínico do Hospital  
1789 das Clínicas, Presidente da Fundação, Presidente do Conselho Diretor do  
1790 Hospital das Clínicas. Li todo esse documento e gostaria de fazer algumas  
1791 observações e esclarecimentos sobre o que foi dito, à luz do meu entendimento  
1792 a respeito do texto. Se existe, na literatura, alguma dúvida se o Brasil deve ou  
1793 não ter mais médicos, não existe nenhuma dúvida que precisamos de bons  
1794 médicos. Acho que esse entendimento é uniforme e tenho certeza que a USP,  
1795 nessa nova Faculdade, pode formar esses bons médicos, com a mesma  
1796 qualidade das duas Medicinas que já temos. O plano pedagógico do curso,  
1797 apesar de conter poucas folhas, está muito bem fundamentado, certamente  
1798 pessoas com conhecimento da área escreveram esse plano. Não é um plano  
1799 que surgiu de literatura, está muito bem escrito. Então, o que resta de tudo isso  
1800 é a parte financeira, ou seja, esse curso terá equilíbrio financeiro? Terá  
1801 sustentabilidade financeira? Acho que esse é o grande ponto que devemos  
1802 tratar. Vou dar o número apenas da Medicina de Ribeirão Preto - para ter o

1803 número de São Paulo vocês multiplicam por três. O custeio da Faculdade de  
1804 Medicina gira em torno de R\$ 4 milhões. Então, é uma Unidade extremamente  
1805 barata. O Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, R\$ 900 milhões. Portanto, é  
1806 muito bom ter uma Faculdade de Medicina, desde que você tenha alguém para  
1807 sustentar os seus cenários de ensino, na tensão primária, na tensão  
1808 secundária e na tensão terciária. O custo Medicina não é a Faculdade e sim o  
1809 Hospital que você precisa ter para poder administrar esse curso. E dentro  
1810 dessa proposta, o que enxerguei é que teremos do Centrinho e todo custo de  
1811 custeio vai desaparecer das Unidades 1 e 2 e isso vai passar para o Estado.  
1812 Então, a USP vai deixar de gastar todo custeio que ela coloca no Centrinho,  
1813 para gastar 3 ou 4 milhões de reais, que é o que ela vai fazer de custeio da  
1814 Faculdade. Aí já temos uma economia razoável, vai-se de cerca de R\$ 100  
1815 milhões para R\$ 4 milhões. Em relação ao pessoal, o que entendi é que essas  
1816 105 pessoas que vão ficar e a USP vai ter que continuar colocando para  
1817 manter a Faculdade com relação ao pessoal, e todo restante que for  
1818 desaparecendo da conta da USP será transformado em servidores e,  
1819 principalmente, professores para essa Faculdade, chegando a um número de  
1820 50 a 60 professores - somados com os 10 que estão sendo pedidos - que  
1821 formarão o corpo clínico. Lembrando que todo curso básico já existe em Bauru.  
1822 Então, não vamos criar um ICB lá, já existe um ICB dentro da Faculdade de  
1823 Bauru. Por isso, vejo sustentabilidade financeira nessa proposta. Quanto a  
1824 custeio, vamos sair de pouco mais de R\$ 100 milhões e chegar a R\$ 4 milhões,  
1825 e quanto a pessoal, será transformado de pessoal que faz atenção à saúde, em  
1826 corpo docente e corpo técnico-administrativo, com o passar do tempo, para dar  
1827 suporte a essa Faculdade. Se você fizer todas essas contas, acho que há lucro  
1828 - entre aspas -, daí a razão de se fazer agora. A USP está nessa situação e  
1829 tenho impressão que o *campus* de Bauru tem aquele valor elevado de custo  
1830 por aluno por causa do Centrinho, que deve ter sido colocado dentro dessa  
1831 conta. Mais de R\$ 100 milhões de custeio, 600 funcionários - e como a  
1832 Professora Maria Aparecida falou, sem muito contato com a graduação -  
1833 aparece aquele número que assusta qualquer um. Então, tirando esse custeio  
1834 do Hospital, o aluno de Bauru custará muito mais barato, mesmo se  
1835 implantando uma Faculdade de Medicina, não só pelo aumento do número de  
1836 alunos, mas pela diminuição do custo também. Em relação à implantação de

1837 um hospital, como foi colocado por um colega da Saúde Pública, o HC de  
1838 Ribeirão está inaugurando 300 leitos, em julho inaugurará o HC Criança, então  
1839 ainda tem oportunidade de expansão do serviço de saúde pelo Estado. O SUS  
1840 hoje, nos nossos Hospitais das Clínicas, paga 25% do custeio. Todo o restante  
1841 é pago pelo Governo do Estado. O dinheiro que vem do Governo Federal, pelo  
1842 SUS, para os nossos dois HC's é muito menor do que o dinheiro que aplica o  
1843 Estado. Portanto, se dentro desse contexto for acordado com a Secretaria da  
1844 Saúde, que ela assuma o Centrinho 1 e 2. E o Centrinho 2 não será um  
1845 hospital apenas para tratar defeitos faciais - entendi que será um hospital geral,  
1846 com ginecologia, clínica médica, cirurgia -, então não vai se fazer uma  
1847 Faculdade de Medicina dentro do Centrinho. O Centrinho vai continuar do jeito  
1848 que é, e de 8 a 10 andares serão de hospital geral. Se tiver essa sinalização do  
1849 Governo do Estado por escrito, acordado, assinado, de que ele aceita esse  
1850 hospital, não tenho dúvidas de que essa iniciativa será muito boa para a  
1851 Universidade de São Paulo e vamos nos orgulhar dos médicos formados na  
1852 Faculdade de Bauru.” **Cons. José Roberto Pereira Lauris:** “Sou  
1853 representante da Congregação da FOB e, atualmente, sou Prefeito do *Campus*  
1854 de Bauru. Vim apenas para dar um depoimento sobre uma das questões que  
1855 foram comentadas, a respeito da infraestrutura do *Campus*, alguém até citou  
1856 em termos de moradia, de capacidade. Temos nossa moradia estudantil,  
1857 atendemos a todos os estudantes, são atendidos todos os P1, nossa estrutura  
1858 de fornecimento de alimentação, o nosso restaurante é mantido pela USP - são  
1859 todos funcionários USP -, já chegamos a oferecer 700 refeições/dia, depois do  
1860 advento do cartão refeição houve uma diminuição, mas nós mantivemos a  
1861 mesma estrutura para servir 350 refeições. Ou seja, temos total estrutura para  
1862 dar todo o suporte a esses novos alunos que chegarem. Quanto à questão da  
1863 celeridade com a qual esse processo aconteceu, parecendo que foi algo que se  
1864 resolveu no mês passado para estar sendo apresentado aqui, esse processo,  
1865 na verdade, vem sendo discutido desde 2014 mais veementemente, esse  
1866 assunto sempre rondou a Faculdade de Odontologia de Bauru. Bauru é o único  
1867 *campus* da USP que nos últimos 30 anos não teve crescimento com relação a  
1868 cursos, todos os outros *campi* tiveram a oportunidade de crescimento e Bauru  
1869 ficou parado. O reflexo disso acaba sendo esse alto custo por uma estrutura  
1870 daquela para manter um pequeno número de alunos de graduação. Portanto,



1871 em nome da Congregação da nossa Faculdade, quero dar meu depoimento,  
1872 colocar minhas considerações e dizer o quão importante isso será, não só para  
1873 USP - para a Faculdade, no nosso *Campus* -, mas para toda a cidade de  
1874 Bauru.” **Cons. Severino Toscano Do Rego Melo**: “Vejo com muita simpatia a  
1875 proposta da USP se engajar no projeto de tanta relevância social,  
1876 aparentemente a custos baixos, mas pedi a palavra para manifestar uma  
1877 preocupação e fazer uma sugestão bem específica. A preocupação já foi  
1878 expressada por muitos outros Conselheiros e vou reformular com uma  
1879 pergunta, talvez um pouco ingênua. Se o Conselho Universitário aprovar a  
1880 criação desse curso e se depois a Secretaria de Saúde do Município e do  
1881 Estado recuarem de suas promessas, a USP vai poder recuar de seu  
1882 compromisso ou vai estar com o compromisso de manter um hospital caríssimo  
1883 que, obviamente, não tem condições de manter? Gostaria de formular minha  
1884 preocupação com essa pergunta bem específica. E a sugestão, já pensando na  
1885 eventualidade do curso ser aprovado, é um detalhe talvez menor nessa  
1886 discussão, mas acho que tem relevância social, acho que é do interesse dos  
1887 candidatos ao vestibular da USP: que as carreiras do vestibular não sejam tão  
1888 fragmentadas. Portanto, minha sugestão é que esse novo curso de Medicina  
1889 seja parte da carreira de outros cursos de Medicina da USP. Já existe uma  
1890 dificuldade atualmente porque o curso de Medicina de São Paulo faz prova de  
1891 Física na segunda fase, e o curso de Medicina de Ribeirão Preto faz prova de  
1892 Geografia na segunda fase. Enquanto isso não mudar, não se pode unificar as  
1893 duas carreiras - São Paulo e Ribeirão -, mas dependendo de qual prova os  
1894 candidatos de Bauru vão fazer na segunda fase, talvez se pudesse por na  
1895 mesma carreira e acho que isso seria do interesse dos candidatos, para ter  
1896 mais liberdade de opção. Apenas um adendo a mais: já faz mais de cinco anos  
1897 que os bacharelados do IME e do ICMC estão na mesma carreira.” **M. Reitor**:  
1898 “Vou deixar para me manifestar no final e tentar resumir o que ouvi, mas o  
1899 Professor Severino tem uma questão muito objetiva. Vi que o Professor Tucci  
1900 também estava preocupado, assim como muitos outros. Portanto, para que  
1901 possamos nos centrar naquilo que é mais relevante e não ficarmos  
1902 preocupados com uma questão que, neste caso, a meu ver, é secundária -  
1903 embora possa parecer algo mais importante para todos os conselheiros -, acho  
1904 conveniente responder a isso, para que a discussão possa caminhar para

1905 outros tópicos que estejam preocupando os conselheiros. É a questão da  
1906 negociação com o Estado, especificamente com a Secretaria de Estado. Essa  
1907 negociação começou em 2014 e, desde aquela época, a Universidade de São  
1908 Paulo vem fazendo tratativas com a Secretaria de Estado no sentido de  
1909 transferir os encargos financeiros de dois hospitais, com os quais não podemos  
1910 arcar. Não podemos! Isso depois podemos discutir melhor, mas não há  
1911 condições, é ilusório, particularmente em um hospital como o de Bauru, onde  
1912 não há nenhum aluno de graduação. É um luxo da assistência médica, de  
1913 altíssima qualidade, que a Universidade paga para fornecer. E aí, muitos se  
1914 surpreendem com a 'pressa' para resolver isso. A questão é que, ou fazemos  
1915 agora ou não fazemos mais, porque o Reitor não terá mais condições de dar  
1916 continuidade a esse tipo de negociação - este Reitor, que desde 2014 vem  
1917 fazendo essas tratativas. Agora a Secretaria se dispõe a fazer isso. Bem, o  
1918 convênio para ser assinado, precisará da nossa concordância. E não cabe aqui  
1919 a analogia sobre quem vem primeiro, se é o ovo ou a galinha. Neste caso,  
1920 temos que fazer as duas coisas ao mesmo tempo, isto é, tenho que ter uma  
1921 aprovação do Conselho Universitário para me credenciar junto ao Secretário da  
1922 Saúde para assinar o convênio e transferir o Hospital. Se isso não se realiza,  
1923 não há curso, obviamente. Portanto, temos que aprovar ou não aprovar isso  
1924 hoje, definitivamente, porque assim poderemos abrir o vestibular em 2018, isso  
1925 nos dá tempo, mas temos ainda pelo menos um mês para que o convênio se  
1926 concretize, se não se concretizar, acabou a conversa. Certamente, ela é  
1927 obrigatoriamente condicionada, e não temos nenhuma dificuldade em colocar  
1928 em votação dessa maneira. É condicionada porque o Reitor pode ser meio  
1929 louco, mas não é um maluco completo. Não tenho nenhuma restrição a me  
1930 submeter a uma restrição do Conselho. Estamos cientes dos riscos com o  
1931 Ministério Público, depois vou conversar. Mas essa questão é crítica, para que  
1932 ela não perturbe o bom andamento das discussões, que acho que estão sendo  
1933 muito proveitosas, há muitas dúvidas que foram levantadas e que me cabem  
1934 ainda responder, mas essa era essencial, para que isso não fique voltando  
1935 continuamente.” **Cons. Bruno Sperb Rocha**: “Esse intermédio, esse  
1936 esclarecimento do Reitor ao Conselho, vinculando e condicionando as duas  
1937 coisas, ainda que contraditoriamente pelo caráter do Conselho Universitário  
1938 gere segurança para maioria de seus membros, ele mostra claramente o

1939 caráter do que está se votando, que não é a criação de nada. Quem não ficaria  
1940 feliz com a criação de um novo curso? Ainda mais um curso de Medicina,  
1941 qualquer um ficaria contente com isso, em qualquer cidade. A questão é que  
1942 não está se criando nada, porque não está se construindo nada, não está se  
1943 instalando novos equipamentos e não está se contratando ninguém. Então, não  
1944 tem nada sendo realmente criado, ao contrário, tem algo sendo destruído, que  
1945 é o Centrinho, com 50 anos de tradição, atendendo 70 mil pacientes ativos, e  
1946 diga-se de passagem, em um tema extremamente sensível. Não é à toa que o  
1947 Centrinho é um hospital referência para o tratamento de problemas tão  
1948 sensíveis e não só para o Brasil, mas para vários países da América do Sul. É  
1949 porque ele vem sendo mantido - ou vinha sendo até 2014 - pela Universidade,  
1950 que não é o que vai acontecer nas mãos do Estado. Chega a ser perverso  
1951 dizer que os milhares de pacientes do Centrinho precisam de uma estrutura  
1952 melhor e que é a isso que está se respondendo com essa medida, porque é  
1953 óbvio que é exatamente o oposto. Como disse o Professor Tanaka, o Estado  
1954 não vai investir para manter o Centrinho com essa qualidade, para manter -  
1955 como disse o Reitor - o luxo da assistência à saúde, que não é luxo nenhum, e  
1956 sim um direito. Que seja de altíssima qualidade, é um direito da população, e a  
1957 Secretaria de Estado não vai garantir essa qualidade. Inclusive, não precisava  
1958 estar escrito isso na minuta em discussão, mas já está escrito que será  
1959 entregue para uma OS ou para uma fundação privada, e é assim que será  
1960 administrado, gerido e mantido. O que está se votando, insisto, não é a criação  
1961 de um curso, e sim a destruição do Centrinho. E não é a criação de um curso  
1962 porque não faz sentido criar um curso com o argumento de economizar  
1963 dinheiro, como é o caso dessa minuta que estamos discutindo. É evidente que  
1964 não está se criando um curso, a não ser de forma muito, mas muito precária. É  
1965 raro eu concordar com o Professor João Cyro - e não concordo com toda a fala  
1966 dele -, mas não à toa ele manifestou preocupação com o significado do impacto  
1967 financeiro de contratar os professores necessários para manter um curso como  
1968 esse. A questão é que não estou preocupado com isso, porque estou seguro  
1969 de que a Reitoria não vai contratar os professores necessários para manter um  
1970 curso como esse. Essa é a questão. Não à toa está criando um curso dizendo  
1971 que vai contratar 10 professores. Como se cria um curso dizendo que vai  
1972 contratar 10 professores? E com o apoio da Faculdade de Medicina de São

1973 Paulo, de Ribeirão Preto. Bom, primeiro é preciso mostrar a lista de  
1974 professores que estão aceitando viajar toda semana para Bauru para dar aula,  
1975 depois explicar como funciona a questão de, nessas Faculdades, não haver  
1976 reposição de professores - e está faltando professores. Esses professores, se  
1977 aceitarem, vão cobrir um novo curso em uma nova faculdade. Aliás, diga-se de  
1978 passagem, está se criando uma faculdade para não ter que cumprir o  
1979 Regimento, o *quorum* mínimo de votação para se criar uma faculdade, então  
1980 cria-se o curso e depois, com ele já criado, daqui uns anos se vota e formaliza  
1981 a criação da faculdade. Há esse pequeno elemento de golpe em como  
1982 encaminhar a questão. Tudo isso para a Universidade patrocinar uma jogada  
1983 eleitoral do Alckmin. Só isso, nada além disso. Um acordo em que um governo  
1984 ajuda a destruir o HRAC, coisa que não topou fazer pelo impacto eleitoral que  
1985 teria para ele em 2014, agora ele topa em troca da USP patrocinar uma jogada  
1986 de marketing eleitoral para o Alckmin, quero dizer, em um ano eleitoral, 'estou  
1987 criando um novo curso de medicina em Bauru, expandindo a Universidade e o  
1988 ensino público'. E para quê? Segundo a apresentação da Professora Maria  
1989 Aparecida, para economizar o custo de manutenção do Hospital que ao longo  
1990 do ano é de terríveis R\$ 6 milhões. Quando estamos discutindo orçamento, R\$  
1991 29 milhões é nada, R\$ 6 milhões é 0,1% do orçamento da Universidade, mas  
1992 para economizar isso vai se destruir um hospital e criar um curso, que na  
1993 verdade não está sendo criado, será de fachada e extremamente precário,  
1994 como inclusive os Centros Acadêmicos da Medicina perceberam claramente.”

1995 **Cons. Aluísio Augusto Cotrim Segurado:** “Serei bastante breve em minha  
1996 apresentação, porque vários aspectos que dominaram a discussão que tivemos  
1997 na última sexta-feira, na reunião da Congregação da Faculdade de Medicina, já  
1998 foram trazidos pelos colegas que me antecederam. Um aspecto que nos  
1999 pareceu muito relevante foi, na verdade, a necessidade de resolução de um  
2000 problema que a Universidade vive, que é a manutenção do HRAC e a  
2001 oportunidade que se cria agora, na negociação com a Secretaria de Estado da  
2002 Saúde, de dar uma solução a esse problema. No entanto, nossa discussão foi  
2003 permeada pela necessidade de ampliar essa negociação com o Governo do  
2004 Estado de São Paulo, de modo a dar também solução ao Hospital Universitário.  
2005 E isso gostaria de ouvir um pouco do nosso Reitor, se no caminho dessa  
2006 negociação vislumbra-se a possibilidade de estendê-la para também trazer

2007 solução ao Hospital Universitário, que é algo extremamente importante, não só  
2008 para a Faculdade de Medicina, mas para todas as unidades as quais se  
2009 utilizam daquele cenário de prática, para as atividades de ensino e  
2010 aprendizagem. Um segundo ponto que ficou bastante premente na nossa  
2011 discussão foi a questão da insegurança, com a efetivação do cumprimento do  
2012 acordo previsto na negociação. Acho que esse aspecto foi mais esclarecido  
2013 agora, ao final, da possibilidade de uma aprovação condicionada ao  
2014 cumprimento das cláusulas do termo de convênio. Certamente esse termo de  
2015 convênio deve conter cláusulas que permitem a rescisão do convênio, caso as  
2016 responsabilidades compartilhadas entre as partes não sejam assumidas na sua  
2017 integralidade. Nesse aspecto, caminhamos um pouco mais ao longo da  
2018 discussão. Outro aspecto que apareceu na nossa Congregação foi a  
2019 observação do relato da colaboração da Faculdade de Medicina de São Paulo  
2020 e da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto para construção desse novo  
2021 curso de Medicina da USP, que certamente pretende ter a mesma qualidade  
2022 dos outros dois cursos que a USP já oferece na área médica. É importante que  
2023 trabalhemos essa construção em colaboração, não houve tempo algum para  
2024 que isso fosse discutido, como já foi mencionado anteriormente, a tramitação  
2025 desse processo foi extremamente rápida, a própria Congregação da Faculdade  
2026 de Medicina não teve oportunidade de discutir de que maneiras poderia apoiar  
2027 a construção desse curso. A USP hoje disponibiliza o expediente da vinculação  
2028 subsidiária, que poderia ser um mecanismo a ser utilizado para  
2029 compartilhamento de recursos humanos na área docente, em diferentes áreas,  
2030 a medida em que o currículo fosse se desenvolvendo em diferentes etapas, -  
2031 se nossa Congregação entendeu corretamente, para o ciclo básico, que seria o  
2032 ciclo imediatamente a ser colocado em prática, as condições já estariam dadas  
2033 pelas próprias características da Faculdade de Odontologia de Bauru, no  
2034 entanto, já seria o momento de começar a discutir o planejamento da  
2035 estruturação do ciclo clínico e de um ciclo mais tarde posterior, de estágios  
2036 hospitalares. Então, nesse sentido, a Faculdade de Medicina da USP se coloca  
2037 à disposição, porém, faz questão de trazer a esse Conselho, para consideração  
2038 de todos, algumas preocupações, e gostaria que essas preocupações fossem  
2039 levadas em conta. Particularmente, gostaríamos de ouvir do M. Reitor, em que  
2040 medida esse passo que estamos dando agora, com a Secretaria de Estado da

2041 Saúde de São Paulo, permite perceber uma possibilidade de avanço em  
2042 relação ao Hospital Universitário também.” **Cons. Paulo Inácio Prado:**  
2043 “Gostaria de começar lembrando que acho que um contexto que permeia  
2044 qualquer discussão nesse Conselho Universitário há muito tempo é o grave  
2045 desequilíbrio financeiro no qual a Universidade de São Paulo se encontra. E há  
2046 mais de um ano um grupo de trabalho liderado pelo Professor Jacques  
2047 Marcovitch, ex-Reitor dessa Universidade, do qual participou o Professor  
2048 Vahan, se encarregou de analisar as causas desse desequilíbrio para que nós,  
2049 aprendendo com o passado, não repitamos os mesmos erros no futuro. E a  
2050 conclusão desse grupo é um livro muito completo. Para o lançamento desse  
2051 livro foram convidados muitos Conselheiros, é uma obra de conhecimento de  
2052 muitos, está disponível gratuitamente no Portal de Livros da USP. Em resumo,  
2053 a conclusão é que o desequilíbrio financeiro se deve à adoção de despesas de  
2054 difícil reversão no passado, sem o devido cuidado de avaliar seu impacto no  
2055 médio e no longo prazo. Essas despesas, no caso, foram basicamente  
2056 despesas com folha de pagamento. Mas há uma despesa de reversão muito  
2057 mais difícil, que é a criação de um curso. Acho que pesa sobre esse Conselho  
2058 uma decisão de imensa responsabilidade. Os salários são uma despesa de  
2059 difícil reversão, mas é só não provermos reajustes que a inflação se encarrega  
2060 de equilibrar a folha de pagamento. Mas não temos inflação de vagas, não  
2061 temos inflação de demanda por moradia, por salas de aula, por infraestrutura.  
2062 Elas continuam, e em geral crescem. Portanto, gostaria de dizer antes de tudo,  
2063 que me desculpo pelos colegas que evidentemente investiram um esforço  
2064 enorme nessa proposta, isso está evidente, não estou questionando seu mérito  
2065 acadêmico que é, da minha posição de leigo, muito grande, também me  
2066 desculpo ao Reitor que há tempos está envolvido em tratativas, que imagino  
2067 serem extremamente trabalhosas para fazer essa negociação com o Estado,  
2068 mas vou me alinhar às outras pessoas que demonstraram algum ceticismo,  
2069 pois acho que, no papel de Conselheiro, é importante que esse ceticismo se  
2070 manifeste aqui, tanto pela minha pessoa como por outras, para que tomemos  
2071 uma posição realmente fundamentada. E a origem do meu ceticismo é bem  
2072 parecida com o que o Professor João Cyro já mostrou, gostaria de acrescentar  
2073 alguns dados que consegui depreender dessa proposta e desde já me coloco  
2074 como uma pessoa que não acompanhou, em absoluto, esse processo, e só tive

2075 acesso agora, com muito pouco tempo, aos dados que estão disponíveis nessa  
2076 proposta e no Portal de Transparência da USP. Então, talvez haja respostas  
2077 simples para elas, mas acho que cumpro meu papel de Conselheiro levantando  
2078 as perguntas. (inicia projeção) O que se propõe nos documentos - se entendi  
2079 bem - é um aumento de 167% no número de estudantes ao final do processo,  
2080 em 2023, quando o curso estiver completo com todas as vagas, no entanto, um  
2081 aumento de apenas 54% nas verbas de custeio da Faculdade. Então esses  
2082 não são os números do Hospital, e sim da Faculdade apenas e do impacto  
2083 disso com a criação do novo curso. E um aumento de apenas 16% em horas  
2084 de contrato docente lotadas na Unidade. Entendo que haverá a colaboração de  
2085 professores de outras unidades, mas devemos entender que isso não tem um  
2086 impacto tão grande, isso não representa talvez 12 horas semanais por docente.  
2087 Então, o que se prevê é um aumento bastante expressivo no número de  
2088 estudantes em uma Unidade, e esses elementos me fazem perguntar se não  
2089 está sendo subestimada a quantidade de recursos humanos e financeiros para  
2090 dar conta desse aumento. Aí me perguntei 'pode ser que seja essa a situação  
2091 de todos os cursos da área de saúde da nossa Universidade, talvez essas  
2092 sejam as razões, então é preciso comparar isso com números de outros cursos  
2093 da área de saúde'. Essa comparação está aí. Estou comparando recurso de  
2094 custeio e investimento, folha dos ativos e horas semanais de contrato docente  
2095 com o aluno. Os números são os previstos no projeto e a média das quatro  
2096 grandes escolas da área de saúde. Em todos os casos, custeio e  
2097 investimentos, desse projeto prevê um gasto que é 81% do gasto médio das  
2098 outras escolas da área; gastos com folhas de ativos por aluno, 72% do que é  
2099 gasto pelas outras escolas; e horas semanais de contrato docente por aluno,  
2100 58% do que é gasto nas outras escolas da área. Então, talvez haja uma  
2101 explicação para isso, mas acho importante que esses pontos sejam levantados  
2102 e endosso a proposta do Professor João Cyro de que é preciso mais tempo  
2103 para pensar em uma proposta que, escalonadamente, avalie todas as  
2104 consequências e aprobe passo a passo, uma vez que constatemos que essas  
2105 consequências estão sendo adequadamente contempladas. Quero, por fim, dar  
2106 voz ao meu colega da EACH que não conseguiu se inscrever, lendo o seguinte  
2107 texto. 'O curso de Obstetrícia tem 19 professores temporários para atuar na  
2108 sala de parto, pois a legislação limita quatro estudantes por docente. Há 10

2109 anos, a EACH demanda a contratação de 89 vagas ao todo para atender ao  
2110 mínimo do ensino de Graduação. Dar 20 claros a este curso, com tantos cursos  
2111 com problemas de falta de professores na EACH e em outros cursos é, no  
2112 mínimo, preocupante.” É anunciado o fim das falas, e alguns conselheiros se  
2113 manifestam contrariamente, pois não conseguiram se inscrever. Cons. Marcos  
2114 Magalhães sugere que seja informada a quantidade de inscrições que serão  
2115 feitas, para que todos saibam se estão inscritos ou não. **M. Reitor:** “Temos que  
2116 tocar esse assunto e o próximo. São assuntos extensos, que exigem dedicação  
2117 do Conselho, há argumentos que se repetem continuamente e não há  
2118 nenhuma vantagem em repetir argumentos. Portanto, entendo que já foram  
2119 apresentados aspectos suficientes, o Reitor vai fazer um sumário e colocar em  
2120 votação. Respondendo inicialmente a pergunta do representante da Faculdade  
2121 de Medicina, essa questão que neste momento é trazida e que associa a  
2122 solução de um problema que a Universidade não tem mais condições de  
2123 administrar, do ponto de vista financeiro, que é o Hospital do Centrinho ou  
2124 HRAC, tem alguma relação com a solução do problema do HU. Tem e não tem.  
2125 Um não está amarrado ao outro. Estamos nesse momento apresentando a  
2126 solução que foi possível construir neste período. É claro que uma negociação  
2127 bem sucedida, que leve a uma confiança dos dois lados, poderá facilitar a  
2128 solução do outro grande problema, que é muito maior em termos financeiros. A  
2129 situação da Universidade já foi apresentada à exaustão. Quando se faz  
2130 aquelas projeções, você pode mudar a curva um pouco mais para cá, um  
2131 pouco mais para lá, sobra um pouco mais de dinheiro, um pouco menos,  
2132 projeção é projeção, ninguém sabe exatamente o que vai acontecer no  
2133 segundo semestre, mas o fato é que não temos mais dinheiro sobrando. E não  
2134 temos mais os R\$ 2 bilhões que tínhamos quando essa gestão se iniciou, com  
2135 125% de comprometimento do seu orçamento com gastos da Universidade.  
2136 São medidas corajosas que nos trouxeram a 94% agora, com  
2137 comprometimento de pessoal. Se não tivéssemos tomado essas medidas  
2138 corajosas, já não teríamos recursos para pagar folha de pagamento, como está  
2139 acontecendo na UNESP - quero alertar -, e como também há uma ameaça  
2140 clara na UNICAMP. Então, foram essas medidas duras, tomadas ao longo  
2141 desses anos, que nos trouxeram a uma situação próxima do equilíbrio  
2142 financeiro. Serão medidas corajosas, que vão terminar de resolver o problema.



2143 Não é corte de gasto de cafezinho, isso não resolve. Hoje, as duas grandes  
2144 despesas que temos, uma delas maior do que qualquer Unidade, maior do que  
2145 a Faculdade de Filosofia, maior que a Escola Politécnica, que são duas  
2146 unidades que juntas possuem quase 20 mil estudantes, maior do que todas  
2147 elas é o nosso gasto com o HU. Temos que caminhar para uma solução desse  
2148 tipo para a sobrevivência da Universidade. Agora, não é esta a solução. Terá  
2149 que ser outra negociação. Mas o fato de negociarmos uma abre caminho, abre  
2150 confiança, tanto do lado do Governo, onde havia enorme desconfiança com  
2151 relação à incapacidade da Universidade de conter seus próprios custos, quanto  
2152 do lado do próprio Conselho Universitário, de saber que nós precisamos  
2153 negociar, mas podemos fazer isso sem prejuízo para as nossas atividades  
2154 acadêmicas, sem destruir o Centrinho ou destruir um hospital, vamos manter a  
2155 qualidade de um Centro de referência na cirurgia buco-maxilo-facial, mas, ao  
2156 mesmo tempo, mudar as características desse Hospital, porque não é aceitável  
2157 um hospital de 11 andares que tem apenas 3 andares ocupados e que não  
2158 temos condição de ocupar o restante. Não temos condição de contratar mais  
2159 600 funcionários para colocar lá, nem agora, nem no ano que vem e nem no  
2160 outro ano. E esse Hospital vai ficar fechado? Ele foi construído com recursos  
2161 públicos, somos responsáveis por isso, e todos seremos responsáveis se  
2162 deixarmos esse Hospital fechado; e ele não vai abrir porque a USP não tem  
2163 dinheiro. Quem pode administrá-lo? A Secretaria da Saúde, como espera-se  
2164 faça. Gastar recursos para atendimento de saúde, é essa a função da  
2165 Secretaria da Saúde. E onde temos as unidades de ensino de saúde  
2166 funcionando muito bem, a sua maioria funciona em Unidades conveniadas.  
2167 Como já disse, no complexo hospitalar do Hospital das Clínicas de Ribeirão  
2168 Preto, a USP gasta zero reais. No complexo hospitalar do Hospital das Clínicas  
2169 de São Paulo gastamos zero reais. Mas no HU gastamos uma fortuna, mais do  
2170 que na Faculdade de Filosofia ou na Escola Politécnica. Essa solução tem que  
2171 ser resolvida, poderá ser hoje ou nos próximos anos. Mas agora surge uma  
2172 oportunidade de resolvê-la. Não há preocupação de que no convênio se diga  
2173 ou se ressalve o compromisso da Universidade de eventualmente não criar o  
2174 curso. Criar o curso é uma decisão nossa. Não vai constar do convênio que  
2175 temos que fazer o curso em contrapartida. É claro que é perfeitamente correto  
2176 que o Conselho Universitário diga que se não ocorrer o Convênio

2177 adequadamente, não fazemos o curso. Agora, essa é uma decisão  
2178 politicamente necessária, e quando digo isso, não falo dessa política miúda que  
2179 foi aqui apontada, de eleger governador. A Universidade de São Paulo nunca  
2180 esteve a favor ou contra a eleição de qualquer governador. Mas a Universidade  
2181 de São Paulo tem que prestar contas à sociedade, tem que prestar contas à  
2182 Assembleia Legislativa e cabe a nós demonstrarmos que os recursos que  
2183 estávamos colocando neste Hospital progressivamente vão sendo retirados e  
2184 colocados em uma atividade, que é a atividade fim da Universidade. Nisso  
2185 temos obrigação, caso contrário, como as senhoras e senhores esperam que a  
2186 Assembleia Legislativa continue apoiando a Universidade de São Paulo? Não  
2187 se esqueçam - já lembrei mais de uma vez - que nossa autonomia financeira é  
2188 sustentada pelo mais frágil diploma legal que existe, um Decreto do  
2189 Governador. O Governador não tem coragem de mudar? Não sei. Seria bom  
2190 que qualquer governador, não apenas esse, se sentisse inseguro de fazer  
2191 qualquer mudança, principalmente se a Assembleia Legislativa maciçamente  
2192 apoiar a Universidade de São Paulo e esse sistema de autonomia. Por isso, e  
2193 também pela resposta que somos obrigados a dar à sociedade, temos que  
2194 demonstrar que sim, deixamos de gastar recursos com o Hospital, e as contas  
2195 são impressionantes. Temos um prédio de 11 andares dos quais apenas 3  
2196 estão ocupados; 604 servidores estão nas nossas contas; e com nenhum aluno  
2197 de graduação lá dentro. Isso não é aceitável. O gasto anual de custeio é de R\$  
2198 19 milhões, e é isso que imediatamente começa a se aliviar. Agora, há o gasto  
2199 de pessoal, não há outra saída a não ser deixar esse pessoal lá. Eles serão  
2200 servidores da USP até o dia em que se aposentarem ou morrerem. Isso precisa  
2201 ficar muito claro. Sim, à medida que forem se aposentando - espero que se  
2202 aposentem e não morram - e à medida que essas vagas forem surgindo, o  
2203 Estado vai substituindo e, portanto, esses recursos vão ficando para a  
2204 Universidade, que poderá utilizá-los eventualmente na contratação de novos  
2205 docentes. Mas no momento, o que teremos de imediato é um alívio de, pelo  
2206 menos, R\$ 19 milhões anuais que gastamos com o custeio. E, claro,  
2207 reservamos um lote desses servidores para atuarem no curso de medicina.  
2208 Para muitos, são médicos que podem atuar como preceptores do curso de  
2209 Medicina, além de outros que podem fazer as funções de secretário e assim  
2210 por diante. Então, esta é uma oportunidade única, ou fazemos agora ou não

2211 fazemos. Continuamos com o Hospital apenas parcialmente ocupado,  
2212 certamente o Ministério Público e toda a região de Bauru estão preparados  
2213 para nos cobrar sobre este mau uso de recursos públicos, de colocar lá com a  
2214 melhor das boas intenções, como fez o Professor José Alberto de Freitas, o Tio  
2215 Gastão, de drenar todos esses recursos para a construção desse prédio de  
2216 qualidade para a instalação de uma atividade que já ocorria, como é o caso do  
2217 Centrinho, mas que excede e muito a necessidade para esta atividade  
2218 especializada. Então, é um prédio que pode e deve ser colocado a serviço da  
2219 população. A maneira de fazer é essa. Agora, quanto à gestão desse hospital,  
2220 este é um problema do Governo do Estado. Ele está assumindo e se  
2221 responsabilizará pela gestão. O que nos importa é se teremos a qualidade em  
2222 toda a rede pública de Bauru e não apenas neste Hospital, para  
2223 desenvolvermos um curso de Medicina. Um curso de Medicina que já começa  
2224 diferente dos outros que temos, que já não é um curso em uma faculdade de  
2225 medicina, como acontece com a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto,  
2226 onde existe um curso básico, com uma quantidade grande de docentes - e aí  
2227 que as contas não fecham, porque lá existe uma grande quantidade de  
2228 docentes na fisiologia, na farmacologia, na bioquímica, e na imunologia, os  
2229 quais não precisamos contratar e que começam, de saída, fazendo atividades  
2230 já na comunidade, porque essa é a nova visão. Portanto, esses professores de  
2231 Medicina que serão contratados agora, ao mesmo tempo que os professores  
2232 do curso básico que lá já estão e que podem desenvolver os cursos de  
2233 fisiologia, biologia celular, biologia molecular etc, podemos ter os professores  
2234 do curso de Medicina trabalhando na rede pública com esses estudantes. Não  
2235 vamos criar um curso que reproduza o que já existe em São Paulo ou em  
2236 Ribeirão Preto, vamos criar um curso novo para ser o melhor curso de  
2237 Medicina do Brasil, me desculpem os Professores José Otávio e Margareth. É  
2238 essa ambição que temos, é para isso que a Universidade de São Paulo existe,  
2239 ela existe para ter audácia, para fazer o que ainda não está sendo feito, e não  
2240 para repetir *ad nauseam* o que está sendo feito. O que se espera de nós é isso.  
2241 E, certamente, teremos sim que estabelecer um comissão de instalação do  
2242 curso, que terá que negociar com as diferentes Congregações da Faculdade de  
2243 Medicina de Ribeirão Preto, da Faculdade de Medicina de São Paulo, do ICB,  
2244 para constituir as colaborações necessárias para este curso, mas que não será

2245 uma reprodução dos que já existem, será certamente um novo e audacioso  
2246 curso daquilo que estamos esperando, porque há muitos anos que não se  
2247 abrem números significativos de vagas públicas para o ensino de Medicina no  
2248 Estado de São Paulo, e temos essa responsabilidade. Então, isso não é uma  
2249 contrapartida que o Governo nos exigiu, essa é uma contrapartida que temos  
2250 que nos sentir obrigados a fazer, se o Governo nos desonera dos gastos com  
2251 este Hospital que não temos condições de continuar tocando. Portanto, a  
2252 alternativa é a seguinte: 'não fazemos', o Hospital fica como está. E vai  
2253 melhorar? Não vai, porque não há recursos futuros para serem colocados lá.  
2254 De forma que é, sim, um bom negócio. A COP e a Assessoria de Planejamento  
2255 Orçamentário examinaram e entendem que o impacto financeiro não é  
2256 significativo para nos fazer fugir disso. Há uma economia prevista óbvia e há,  
2257 principalmente, um ganho de imagem para a Universidade de São Paulo. Não  
2258 é para o Governo Alckmin, é para a Universidade de São Paulo. Sim, eu quero  
2259 ir lá representando a Universidade de São Paulo e dizer que a Universidade  
2260 não está fechando o Centrinho, mas está ampliando enormemente aquilo que  
2261 foi a semente do Centrinho. Vamos criar um 'Centrão', na melhor expressão da  
2262 palavra, não nessa que tem sido usada atualmente. Um grande centro de  
2263 formação de saúde. É isso que vamos fazer, é isso que eu convoco esse  
2264 Conselho a me apoiar, apoiar Bauru, apoiar a USP, a nossa imagem, é disso  
2265 que precisamos. E vamos votar, porque é no voto que se decide. Estará em  
2266 votação o parecer da CAA pela aprovação do curso de Medicina na Faculdade  
2267 de Odontologia de Bauru." **Cons. Marcílio Alves (Questão de Ordem):**  
2268 "Gostaria de saber se há um meio de não ser 'sim ou não', e se há a chance de  
2269 condicionamento à aprovação do convênio." **M. Reitor:** "Perfeitamente de  
2270 acordo. Colocaremos em votação o parecer que foi aprovado na CAA e no  
2271 CoG, mas com esse condicionamento, de que o convênio entre a Universidade  
2272 de São Paulo e a Secretaria de Saúde se realize para que a Secretaria de  
2273 Saúde do Estado assuma as responsabilidades deste Hospital. Caso contrário,  
2274 é responsabilidade do Reitor recuar dessa proposta. Está bem assim? Está  
2275 bem formulado? Então, estamos em votação, os favoráveis votam sim." A  
2276 seguir, o **M. Reitor** passa à votação. **Votação.** Pelo painel eletrônico obtém-se  
2277 o seguinte resultado: Sim = 67 (sessenta e sete) votos; Não = 18 (dezoito)  
2278 votos; Abstenções = 13 (treze) votos; Total de votantes = 98 (noventa e oito). É

2279 aprovado o parecer da CAA, favorável à aprovação da criação do curso de  
2280 Medicina na Faculdade de Odontologia de Bauru, com a ressalva explicitada  
2281 pelo M. Reitor. Palmas. **M. Reitor:** “Nos próximos dias tomarei a medida de  
2282 nomear uma comissão para instalação do curso e, ao mesmo tempo, manterei  
2283 a Universidade informada a respeito da evolução das tratativas com a  
2284 Secretaria de Estado da Saúde.” **Cons. José Otávio Auler Junior:** “Permita-  
2285 me sugerir, Professor Zago, que nessa comissão haja membros, além da FOB,  
2286 membros da Faculdade de Medicina de São Paulo e de Ribeirão Preto e,  
2287 eventualmente, da Faculdade de Saúde Pública e do ICB.” **M. Reitor:** “Isso é  
2288 essencial. Entendemos isso e concordamos perfeitamente.” (comentário fora  
2289 do microfone) **M. Reitor:** “Na elaboração ... sim, estou de acordo”. Ato  
2290 seguinte, o **M. Reitor** sugere que sejam colocados em votação, em bloco, os  
2291 itens 3, 4.1, 4.2 e 5 da pauta. **ITEM 3 - REESTRUTURAÇÃO DE CURSO.**  
2292 **PROCESSO 2016.1.1097.27.7 – ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES.**  
2293 Proposta de reformulação curricular do Curso de Bacharelado em Relações  
2294 Públicas, as quais implicarão em alterações no Concurso Vestibular para o ano  
2295 de 2018, com desvinculação da habilitação em Relações Públicas do curso de  
2296 Comunicação Social e a alteração do nome da habilitação para Curso de  
2297 Bacharelado em Relações Públicas. Ofício da Diretora da Escola de  
2298 Comunicações e Artes, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Margarida Maria Krohling Kunsch, ao Pró-  
2299 Reitor de Graduação, Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandes, encaminhando a  
2300 proposta de reformulação curricular do curso de Bacharelado em Relações  
2301 Públicas do Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo, as  
2302 quais implicarão em alteração do Concurso Vestibular, para o ano de 2018,  
2303 aprovada “ad referendum” da Congregação (16.09.16). **Parecer da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>**  
2304 **Déborah de Oliveira pela CCV:** solicita que seja incluído nos autos um  
2305 relatório síntese, além de especificar a estrutura dos laboratórios e quais são  
2306 estes, bem como quais são as formas de avaliação (10.10.16). Ofício da  
2307 Coordenadora do curso de Relações Públicas, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Valéria de Siqueira  
2308 Castro Lopes, encaminhando o relatório síntese do processo de reformulação  
2309 curricular e informações adicionais a respeito das formas de avaliação a serem  
2310 adotadas pelas disciplinas do curso e atual estrutura de laboratórios do  
2311 departamento (07.11.16). **Parecer da Câmara Curricular e do Vestibular:**  
2312 aprova o parecer favorável da relatora (02.03.17). **Parecer do CoG:** o Senhor

2313 Presidente aprova, “ad referendum” do Conselho de Graduação, alertando para  
2314 a inexistência de solicitação de recursos financeiros adicionais (11.05.17).  
2315 **Parecer da CAA:** aprova a reformulação curricular do curso de Bacharelado  
2316 em Relações Públicas para o ano de 2018, com a desvinculação da Habilitação  
2317 em Relações Públicas do curso de Comunicação Social, bem como a alteração  
2318 do nome da Habilitação para curso de Bacharelado em Relações Públicas,  
2319 conforme proposto nos autos (12.06.17). **Parecer da COP:** tendo em vista a  
2320 inexistência de custos adicionais, aprova a reformulação curricular do curso de  
2321 Bacharelado em Relações Públicas para o ano de 2018, com a desvinculação  
2322 da habilitação em Relações Públicas do curso de Comunicação Social, bem  
2323 como a alteração do nome da habilitação para curso de Bacharelado em  
2324 Relações Públicas, conforme proposto nos autos (20.06.17). Despacho do  
2325 Conselho de Graduação, referendando a decisão do Senhor Pró-Reitor de  
2326 Graduação, favorável à reformulação curricular do curso de Comunicação  
2327 Social – Habilitação em Relações Públicas, observando que será incluído  
2328 gradativamente no sistema Júpiter, sendo que para 2018 serão incluídos os 1º  
2329 e 2º semestres, e que haverá desvinculação da Habilitação do curso de  
2330 Comunicação Social e alteração do nome para curso de Bacharelado em  
2331 Relações Públicas (28.06.17). **ITEM 4 - AMPLIAÇÃO DE VAGAS 4.1. -**  
2332 **PROCESSO 2016.1.978.55.5 – INSTITUTO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E**  
2333 **DE COMPUTAÇÃO.** Proposta de aumento de número de vagas, de 40 para  
2334 50, no curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do Instituto de  
2335 Ciências Matemáticas e de Computação, a partir de 2018. Ofício da Vice-  
2336 Diretora no exercício da Diretoria do ICMC, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Ferreira  
2337 de Oliveira, ao Pró-Reitor de Graduação, Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandes,  
2338 encaminhando a proposta de aumento do número de vagas, de 40 para 50, do  
2339 curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, a partir de 2018, aprovado  
2340 pela Congregação em 26.08.2016 (30.08.16). **Parecer da CCV:** aprova o  
2341 parecer favorável do relator, Prof. Dr. Renato Sanches Freire (04.04.17).  
2342 **Parecer do CoG:** aprova a manifestação favorável da Câmara Curricular e do  
2343 Vestibular (CCV) (08.06.17). **Parecer da CAA:** o Senhor Suplente da  
2344 Presidência aprova, “ad referendum” da Comissão, o aumento, de 40 para 50,  
2345 do número de vagas oferecidas para os ingressantes no curso de Bacharelado  
2346 em Sistemas de Informação do Instituto de Ciências Matemáticas e de

2347 Computação, a partir de 2018 (14.06.17). **Parecer da COP:** tendo em vista a  
2348 inexistência de custos adicionais, aprova a proposta de ampliação do número  
2349 de vagas, de 40 para 50, no curso de Bacharelado em Sistemas de  
2350 Informação, a partir de 2018, conforme proposto nos autos (20.06.17). **4.2. -**  
2351 **PROCESSO 2016.1.1169.27.8 – ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES.**  
2352 Proposta de aumento de número de vagas, de 15 para 20, no curso de  
2353 Bacharelado em Biblioteconomia da Escola de Comunicações e Artes, período  
2354 matutino, a partir de 2018. Ofício da Diretora da Escola de Comunicações e  
2355 Artes, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Margarida Maria Krohling Kunsch, ao Pró-Reitor de  
2356 Graduação, Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez, encaminhando a proposta de  
2357 aumento do número de vagas, de 15 para 20, do curso de Bacharelado em  
2358 Biblioteconomia, período matutino, para 2018, aprovado pela Congregação em  
2359 29.09.2016 (30.09.16). **Parecer da CCV:** aprova o parecer favorável da  
2360 relatora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Déborah de Oliveira (02.05.17). **Parecer do CoG:** aprova a  
2361 manifestação favorável da Câmara Curricular e do Vestibular (CCV) (08.06.17).  
2362 **Parecer da CAA:** o Senhor Presidente aprova, “ad referendum” da Comissão,  
2363 o aumento, de 15 para 20, do número de vagas oferecidas para os  
2364 ingressantes no curso de Bacharelado em Biblioteconomia, período matutino,  
2365 da Escola de Comunicação e Artes, a partir de 2018 (14.06.17). **Parecer da**  
2366 **COP:** tendo em vista a inexistência de custos adicionais, aprova a proposta de  
2367 ampliação do número de vagas, de 15 para 20, no curso de Bacharelado em  
2368 Biblioteconomia, no período matutino, a partir de 2018, conforme proposto nos  
2369 autos (20.06.17). **ITEM 5 - CRIAÇÃO DE ÊNFASE PROCESSO**  
2370 **2016.1.992.27.2 – ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES.** Proposta de  
2371 criação da Ênfase em Clarone no curso de Bacharelado em Música com  
2372 Habilitação em Instrumento de Sopro do Departamento de Música da ECA,  
2373 para 2018. Ofício da Diretora da Escola de Comunicações e Artes, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>  
2374 Margarida Maria Krohling Kunsch, ao Pró-Reitor de Graduação, Prof. Dr.  
2375 Antonio Carlos Hernandez, encaminhando a proposta de criação da Ênfase em  
2376 Clarone no curso de Bacharelado em Música com Habilitação em Instrumento  
2377 de Sopro do Departamento de Música, aprovado pela Comissão de Graduação  
2378 em 1º.08.2016 e pela Congregação em 24.08.2016 (25.08.16). **Parecer da**  
2379 **CCV:** aprova o parecer do relator, favorável à proposta de criação da Ênfase  
2380 em Clarone no curso de Bacharelado em Música com Habilitação em

2381 Instrumento de Sopro do Departamento de Música, para 2018, salientando que  
2382 a sua aprovação está embasada na inexistência de pedido de contratação de  
2383 professor para a nova ênfase (08.11.16). **Parecer do CoG:** aprova a  
2384 manifestação da Câmara Curricular e do Vestibular, favorável à criação da  
2385 Ênfase em Clarone do curso de Bacharelado em Música com Habilitação em  
2386 Instrumento de Sopro (27.04.17). **Parecer da CAA:** aprova a criação da Ênfase  
2387 em Clarone no curso de Bacharelado em Música com Habilitação em  
2388 Instrumento de Sopro para 2018, conforme proposto nos autos (12.06.17).  
2389 **Parecer da COP:** tendo em vista a inexistência de custos adicionais, aprova a  
2390 criação da Ênfase em Clarone no curso de Bacharelado em Música com  
2391 Habilitação em Instrumento de Sopro, para 2018, conforme proposto nos autos  
2392 (20.06.17). Não havendo objeções e ninguém desejando fazer uso da palavra,  
2393 o **M. Reitor** passa-se à votação, em bloco, dos referidos itens. **Votação.** Pelo  
2394 painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 86 (oitenta e seis) votos;  
2395 Não = 0 (zero) votos; Abstenções = 5 (cinco) votos; Total de votantes = 91  
2396 (noventa e um). São aprovados, em bloco, os pareceres da COP referentes  
2397 aos itens 3, 4.1, 4.2 e 5. A seguir, o **M. Reitor** passa ao item **6 - MINUTA DE**  
2398 **RESOLUÇÃO. PROCESSO 2017.1.11713.1.0 – PRÓ-REITORIA DE**  
2399 **GRADUAÇÃO.** Minuta de Resolução que dispõe sobre formas de ingresso nos  
2400 cursos de graduação da Universidade de São Paulo. Ofício do Pró-Reitor de  
2401 Graduação, Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez, à Procuradora Acadêmica da  
2402 PG, Dr.<sup>a</sup> Adriana Fragalle Moreira, encaminhando a exposição de motivos,  
2403 acompanhada da minuta de Resolução que dispõe sobre formas de ingresso  
2404 nos cursos de graduação da USP, para análise, em caráter de urgência  
2405 (27.06.17). **Parecer da PG:** esclarece que, ao que se depreende da proposta  
2406 em análise, propõe-se a manutenção das duas vias de ingresso na graduação  
2407 da USP (Fuvest + SISU), com mecanismos de incentivo à inclusão em ambas  
2408 as vias. Com relação ao artigo 4º, manifesta que embora o expediente  
2409 provavelmente demande as adaptações cabíveis no regramento do vestibular a  
2410 ser baixado pelo CoG (uma vez que eventual “complementação” para fins de  
2411 atingimento do percentual de 50% será via priorização de candidatos oriundos  
2412 da escola pública na Fuvest), não há óbices jurídico-formais à proposta, que  
2413 envolve eminentemente questões de mérito acadêmico, estranhos ao escopo  
2414 da presente análise. Diz o mesmo com relação ao artigo 5º da minuta, que



2415 institui a Comissão de Acompanhamento da Política de Inclusão da USP,  
2416 regulada nos parágrafos ali inscritos – não vislumbra óbices jurídico-formais  
2417 que, ao revés, parece guardar consonância com os princípios constitucionais  
2418 da publicidade e da eficiência na Administração Pública (27.06.17). **Parecer da**  
2419 **CCV:** o Coordenador da Câmara Curricular e do Vestibular, Prof. Dr. Edmund  
2420 Chada Baracat, aprova, ad referendum da Câmara, o parecer do relator, Prof.  
2421 Dr. Luis Gustavo Marcassa, favorável à aprovação da minuta de Resolução  
2422 proposta (28.06.17). **Parecer do CoG:** aprova a minuta de Resolução que  
2423 dispõe sobre formas de ingresso nos cursos de graduação da Universidade de  
2424 São Paulo, com alterações nos incisos III e IV do § 1º do artigo 5º, conforme  
2425 minuta anexa (29.06.17). **Parecer da CLR:** o Senhor Presidente aprova, ad  
2426 referendum do Colegiado, a minuta de Resolução que dispõe sobre formas de  
2427 ingresso nos cursos de graduação da Universidade de São Paulo, nos termos  
2428 propostos pelo CoG (29.06.17). **Parecer da CAA:** após amplos debates,  
2429 aprova a minuta de Resolução que dispõe sobre formas de ingresso nos cursos  
2430 de graduação da Universidade de São Paulo, com a abstenção do Conselheiro  
2431 Lucas Caprio dos Santos, representante discente (29.06.17). **M. Reitor:** “Vou  
2432 pedir ao Pró-reitor de Graduação que se manifeste. Essa é uma questão que  
2433 anualmente se manifesta de formas diversas, mas neste ano fizemos amplas  
2434 consultas em diferentes comissões de graduação, em diferentes Unidades, e  
2435 ouvimos contribuições que já vieram inclusive na última reunião do Conselho  
2436 Universitário, e finalmente, então, existe uma proposta que tenta organizar tudo  
2437 isso. E essa proposta vem encaminhada com aprovação do Conselho de  
2438 Graduação, da CLR e da CAA. O Pró-reitor vai explicar qual é a proposta.”  
2439 **Cons. Antonio Carlos Hernandez (apresentação):** “Vou fazer uma  
2440 apresentação similar a que fiz no Conselho de Graduação, agora já  
2441 consolidado, portanto haverá alguns dados sobre a questão do ingresso como  
2442 um todo e, no final, aparece a proposta em si, sinteticamente. Aí temos a  
2443 evolução das vagas em 2006, 2017 e 2018. Começamos com 11.057 e  
2444 estamos em 2018 - com a aprovação dessas vagas e mais o curso de Medicina  
2445 - com 11.147 vagas, separadas entre Fuvest e Sisu. Nós começamos o Sisu  
2446 em 2016, com 1.489 vagas e estamos agora em 2018, com 2.745 vagas, um  
2447 acréscimo de 407 vagas em relação ao ano passado. Naturalmente, a essência  
2448 dessa discussão desde 2016 é que no Sisu há a autonomia das Unidades para

2449 decidir sobre as vagas, e lembro que no Sisu temos três modalidades. A de  
2450 ampla concorrência, que é uma modalidade universal, similar ao que temos na  
2451 Fuvest e quando se olha para o pacote, esse número tem caído a favor de dois  
2452 outros pontos que são essenciais no Sisu. No Sisu temos duas cotas: a cota  
2453 para alunos de escola pública e a cota para os alunos autodeclarados pretos,  
2454 pardos ou indígenas. Esse número é limitado a até 30%, de forma que todas as  
2455 Unidades têm a opção de colocar vagas nessas três categorias; e temos  
2456 trabalhado esse tempo todo para que aumentasse o número de alunos  
2457 oriundos de escola pública e de PPI nas Unidades como um todo. Esse é o  
2458 número que se tem, vou detalhar um pouco mais. Aí está a distribuição por  
2459 modalidade. AC - ampla concorrência; EP - alunos oriundos de escola pública;  
2460 e PPI - os auto declarados pretos, pardos ou indígenas. Se vocês olharem em  
2461 2016, tínhamos somente 123 vagas destinadas a PPI e hoje, 2018, temos  
2462 1.010 vagas, ou seja, tivemos um crescimento de quase oito vezes e meia do  
2463 número de vagas desde quando começamos. Isso significa o estabelecimento  
2464 das cotas definido pelas Unidades. Há outro ponto essencial que está por trás  
2465 dessas 2.745 vagas em 2018. Começamos, em 2016, com a entrada no Sisu e  
2466 lembro que usei uma figura de linguagem, onde tínhamos um grande muro e  
2467 era preciso fazer um pequeno furo nesse muro para que todos, depois,  
2468 pudessem começar a olhar atrás dele. Nós começamos com um número  
2469 pequeno e a partir daí tem sido crescente a participação das Unidades. Agora,  
2470 em 2018, diferentemente do ano passado, todas as Unidades da Universidade  
2471 de São Paulo colocaram vagas no Sistema de Seleção Unificado. Portanto,  
2472 uma dificuldade que tínhamos em 2016, de convencer as Unidades a participar,  
2473 que fosse uma coisa mais institucional, isso veio progressivamente. Todo o  
2474 processo de mudança vem tentando contemplar a diversidade dessa  
2475 Universidade, o que não é muito simples. Então, é necessário tempo. E esse  
2476 tempo está aí, de 2016 a 2018, e agora com todas as Unidades participando  
2477 com essa distribuição de vagas, 1.312 vagas para alunos oriundos de escola  
2478 pública, 1.010 vagas para alunos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas.  
2479 Isso é quase 10% das vagas de todos os ingressantes da Universidade. Com  
2480 isso, o que temos do ponto de vista do compromisso que tanto se comenta? O  
2481 compromisso é baseado na Lei federal - 50% dos alunos de ampla  
2482 concorrência e 50% dos alunos oriundos de escola pública, desses 50%,

2483 37,5% autodeclarados PPI. O que é a USP em 2017? 36,9% de alunos  
2484 oriundos de escola pública, desse número, 32% são alunos PPI. Com relação  
2485 ao total de ingressantes que algumas pessoas gostam de colocar, temos  
2486 19,3%, que nada mais é do que o resultado de 37,5% de 50%, estamos dentro  
2487 desse patamar. Outro ponto que já tive oportunidade de falar é sobre o nosso  
2488 Programa de Inclusão Social, que é focado nos alunos oriundos de escola  
2489 pública desde 2006, quando foi criado, 2007 implantado e até hoje todo  
2490 processo está baseado no aluno de escola pública. Esses são os dados que  
2491 retirei do relatório de estudos do SARESP, que é da Secretaria de Educação  
2492 do Estado de São Paulo. Quando você olha para os alunos de escola pública e  
2493 olha para aqueles que são os potenciais a realizarem o ensino médio, que  
2494 estão na rede estadual, que estão terminando o ensino médio e teriam  
2495 potencial para ingressar na Universidade via Sisu ou via Fuvest, vemos que  
2496 59% desses alunos possuem renda familiar média abaixo de R\$ 1.391,00, que  
2497 segundo o Critério Brasil 2013, representa aquelas classes sociais. Então, você  
2498 tem C2 ou inferior 25,6%; e o C1 36,7%. Se você considerar inclusive B2 dá  
2499 89,9%. Esse é um dado do relatório do SARESP, disponível no *site* da  
2500 Secretaria. Quando se olha por cor autodeclarada, temos 46,6%  
2501 autodeclarados PPI. Isso para dizer que a política adotada pela Universidade,  
2502 de trazer o aluno da escola pública, além de valorizar a instituição escola  
2503 pública, o que você faz é trazer exatamente esses alunos, que é o que tem  
2504 aparecido no dia a dia da Universidade, com os números que já mostrei de  
2505 ingressantes e também com a demanda, que é a demanda de permanência  
2506 que tem aumentado sistematicamente. É por essa razão que isso tem  
2507 acontecido. O que é a proposta? Essa proposta não começou a ser discutida  
2508 na semana passada, ela vem caminhando dentro de um processo de melhorar  
2509 o processo de inclusão social na Universidade, ou seja, a partir do momento  
2510 em que você estabelece o Sisu e começa a discutir a questão do Sisu e deixa  
2511 para as Unidades discutirem sobre isso e decidir quanto de vagas ela vai abrir  
2512 para cotas de escola pública e cotas para PPI, você faz uma coisa que é  
2513 fundamental e foi o que ocorreu nos últimos três anos na USP, você permite  
2514 que a Universidade obrigue, de certo modo, que todas as congregações  
2515 discutam o ingresso dos alunos na Universidade como um todo, além de  
2516 discutir o ensino de graduação. Nunca se fez isso com tanto tempo, tantas

2517 vezes, sendo que alguns diretores me informaram que precisaram fazer mais  
2518 de uma reunião, inclusive reuniões extraordinárias. Dentro disso, conversando  
2519 com todos e falando o que é possível se fazer para atingir a meta, chegamos a  
2520 essa reserva de vagas que apareceu nessa Resolução. A reserva de vagas  
2521 mantém as duas modalidades de ingresso - Fuvest e Sisu, com o Sisu tendo  
2522 uma limitação, nesse início, de até 30%. É um processo escalonado (2018 até  
2523 2021), e por que é escalonado, como vamos fazer isso? Poderíamos ter feito  
2524 uma proposta de fazer estudos para o futuro e aí dizer que lá no futuro  
2525 veríamos. Não temos feito isso, não fizemos isso com o Sisu, a ideia é fazer as  
2526 coisas acontecerem para se poder começar a medir aquilo que você está  
2527 fazendo. Então, a ideia é que em 2018 tomemos por parâmetro o quanto a  
2528 Universidade de São Paulo tem de inclusão, que é 37%. Qual o problema que  
2529 temos? O problema é que há Unidades com 50%, 51%, 20%, 13%, ou seja, é  
2530 preciso fazer com que todas as Unidades, com todos os seus cursos,  
2531 participem ativamente desse processo de inclusão. Não basta um conjunto de  
2532 Unidades participar. É preciso que todas, institucionalmente, participem. Para  
2533 isso estabelecemos o número que já existe na Universidade - de maneira que  
2534 não seja necessário discutir o número, pois ele já está aí -, isso significa que  
2535 quem já está acima de 37%, se permanecer o mesmo percentual, não vai  
2536 mudar absolutamente nada, aqueles que estão abaixo, esses sim fariam com  
2537 que todo o processo se alterasse. Portanto, a lógica é anual, primeiramente a  
2538 Unidade e todos os seus cursos; posteriormente, por cursos - mesmo para  
2539 quem tem apenas um curso, se já for acima de 37% já está um passo adiante e  
2540 a ideia é manter, pois temos que caminhar até 2021. Logo, em 2018 são 37%  
2541 por Unidade; 2019 são 40% por curso; 2020 são 45% considerando curso e  
2542 turno; e em 2021 são 50% curso e turno, que é o compromisso da  
2543 Universidade. Então, você vai escalonando primeiro os cursos, depois os  
2544 turnos - considerando que cursos noturnos são diferentes dos diurnos, de  
2545 maneira que haja tempo para que as Unidades e a Universidade discutam e  
2546 definam políticas, propondo mudanças para todo esse processo. Para isso é  
2547 fundamental que você tenha uma comissão de acompanhamento da política de  
2548 inclusão. Selecionei dois tópicos de dez, que penso ser cruciais. Um deles é  
2549 essa comissão de acompanhamento que está definida na Resolução, propor  
2550 medidas que permitam atingir o estabelecido na Resolução e ao mesmo tempo

2551 amplia a proporção correspondente de autodeclarados pretos, pardos ou  
2552 indígenas entre os ingressantes. Vejam que estamos falando de um processo  
2553 que começa com Unidade, depois curso, depois curso e turno, e é necessário  
2554 olhar para todas essas etapas, precisa dar tempo para fazer tudo acontecer. O  
2555 outro ponto crucial tem a ver com a sustentabilidade orçamentária do programa  
2556 de apoio à permanência estudantil, em decorrência da reserva de vagas. Sem  
2557 recurso não adianta. É preciso recurso, portanto, é preciso se estudar. Quando  
2558 vocês olham os itens estabelecidos por essa comissão, vemos ali vários  
2559 relatórios, uma série de informações que esse grupo tem que trabalhar.  
2560 Fundamentalmente, uma vez isso sendo aprovado - espero que assim  
2561 caminhe, pois no Conselho de Graduação nós discutimos todas as propostas,  
2562 votamos todas e essa venceu majoritariamente, com grande quantidade de  
2563 votos -, essa Comissão tem que trabalhar agora, em 2018. Tem um processo  
2564 que acontece que as pessoas não se dão conta, o próximo junho/julho já está  
2565 chegando. Vota-se hoje, o processo corre, fevereiro está se fazendo matrícula,  
2566 março já é preciso discutir novamente o processo. Então, essa comissão tem  
2567 que começar antes para trazer informações a todos, pois vou voltar a frisar, o  
2568 processo não é mais a Universidade, agora é a Unidade, depois o curso,  
2569 depois curso e turno. Portanto, pensem na Unidade de vocês, pois isso é o que  
2570 será preciso fazer. É necessário tempo, com isso vamos ter informações de  
2571 tudo que se precisa para se fazer e manter a política de inclusão, como tem  
2572 acontecido nessa Universidade. Essencialmente é isso.” **Secretário Geral:**  
2573 “Professor Zago, gostaria de informar - seguindo a sugestão do Professor  
2574 Marcos Magalhães - que já temos nesse momento 16 inscritos. Se as pessoas  
2575 ficaram apenas no tempo, temos 80 minutos apenas de debates. Estaria,  
2576 assim, encerrando as inscrições.” **M. Reitor:** “Sem qualquer censura, mas  
2577 estamos encerrando as inscrições, porque são mais uma hora e vinte minutos  
2578 de debates, tendo em vista o que já foi falado, distribuído, material que já foi  
2579 visto, tudo isso é suficiente para esclarecer esse plenário dos diferentes  
2580 aspectos envolvidos e, portanto, em seguida, teremos que votar, porque  
2581 precisamos sair daqui com uma solução tomada. Então, estão encerradas as  
2582 inscrições. Peço também - sei que todos temos compromissos - que façamos  
2583 um esforço para darmos *quorum* para essa votação.” O Senhor Secretário  
2584 Geral lê a lista dos inscritos, a Conselheira Maria Arminda do Nascimento

2585 Arruda retira sua inscrição e o Conselheiro Diego Pereira Pandullo é inscrito no  
2586 seu lugar, a pedido do M. Reitor. O Conselheiro Oswaldo Yoshimi Tanaka pede  
2587 para se inscrever, mas sua solicitação é indeferida. **Cons. Alessandro Soares**  
2588 **da Silva**: “Parece-me que esse é um tema bastante importante e relevante, e é  
2589 com alegria que vemos a Universidade procurando garantir, de maneira mais  
2590 eficaz e efetiva, políticas de inclusão. Entretanto, como não sou um  
2591 frequentador assíduo deste Conselho, visto que sempre venho na condição de  
2592 suplente da representação da Congregação da Escola e Artes, Ciências e  
2593 Humanidades, curiosamente, quando estive aqui pela última vez, o tema  
2594 também era a aprovação das vagas e também a discussão de cotas.  
2595 Casualmente aconteceu que hoje também temos esse tema no debate.  
2596 Gostaria de destacar o que a Professora Maria Arminda e o Professor André  
2597 Singer já colocaram, sobre a relevância de pensarmos que em processo de  
2598 inclusão social não podemos simplesmente nos reduzir a fazer via escola  
2599 pública, visto que as disparidades de ingresso da população preta, parda e  
2600 indígena é absolutamente grave. Se observarmos, por exemplo, não apenas a  
2601 inclusão de estudantes, vemos que nossa Universidade tem apenas 2,3% de  
2602 professores pretos e pardos. Apenas 2,3%. Isso é revelador daquilo que vemos  
2603 nos corredores e nas salas de aula. Vemos uma Universidade branca, com  
2604 uma diversidade fechada à inclusão real da população mais pobre. Segundo  
2605 dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 74% da pobreza no  
2606 Brasil tem cor. São pretos, são pardos. Parece-me que ter um sistema onde via  
2607 Sisu, PPIs são incluídos e a Fuvest não fazer o mesmo, inclusive gera uma  
2608 disparidade no sistema. Um sistema que aceita, como é previsto no âmbito  
2609 federal, a inclusão de pretos e pardos como uma estratégia de reparação de  
2610 400 anos de exclusão da população negra no país e não fazermos dentro do  
2611 nosso próprio sistema - a Fuvest - me parece efetivamente uma decisão  
2612 gravíssima que este Conselho tomaria. Portanto, gostaria de solicitar a cada  
2613 um de vocês, e também ao M. Reitor, que considerassem que deveríamos ter  
2614 pelo menos uma parcela dessas vagas na Fuvest decididamente reservadas a  
2615 PPIs. Se olharmos os dados da população negra do Estado de São Paulo,  
2616 apenas 7,7% tem acesso efetivo à Universidade. Precisamos, como a principal  
2617 Universidade do país, efetivamente dar o exemplo, ou pelo menos nos  
2618 adequarmos àquilo que a Federação ou a União tem feito no âmbito das

2619 Universidades Federais. Não é possível que continuemos ainda deixando a  
2620 política de inclusão no âmbito da decisão das Unidades. Precisamos, como  
2621 Universidade, ter uma clara política de inclusão social, que leve em  
2622 consideração a desigualdade social vivida pela população de pretos, pardos e  
2623 indígenas. Não fazê-lo sob o manto de que incluimos via escola pública, é  
2624 fechar os olhos para a história do nosso país. Uma Universidade como a  
2625 nossa, que tem um curso de História, um curso de Ciências Sociais, um curso  
2626 de Políticas Públicas, que claramente têm marcado, tem anunciado, tem  
2627 denunciado essas disparidades, é fazer um Conselho conivente com esses  
2628 processos de exclusão que marcam a história nacional. Certamente, temos que  
2629 ter um compromisso com a Escola Pública, mas temos que saber que a parcela  
2630 que mais utiliza a escola pública, muitas vezes, é a população negra. E muitas  
2631 vezes essa população que está sim na escola pública é a população que tem  
2632 mais carência e dificuldade, em função da questão econômica, de ter um  
2633 aproveitamento que pudesse permiti-la usufruir da Universidade de São Paulo via  
2634 cotas de escola pública. Ou seja, a escola pública também pode mascarar a  
2635 desigualdade no processo de inclusão. Portanto, precisamos ter claro que sim,  
2636 alguns negros vão ingressar via escola pública, mas muitas vezes, em função  
2637 da forma com que se estabelece o sistema de ensino no âmbito do Ensino  
2638 Fundamental, ainda não é necessário. É necessário fazermos esse ajuste,  
2639 esse espaço de superação das desigualdades, reconhecendo a necessidade  
2640 de incluir PPIs como parte das cotas na Fuvest.” **Cons. João Cyro André**  
2641 **(apresentação)**: “Está na Constituição, no artigo 208, o dever de Estado, que  
2642 fala em acesso aos níveis elevados do ensino, segundo a capacidade de cada  
2643 um. Obviamente, essa questão de 'segundo a capacidade de cada um' é uma  
2644 questão a ser discutida e devidamente interpretada, exatamente por conta das  
2645 disparidades de oportunidades que existem nas várias camadas sociais do  
2646 país. Vou apresentar reflexões que se contrapõem, eventualmente. Essa é uma  
2647 manifestação de um sociólogo da USP, Demétrio Magnoli: 'o princípio do mérito  
2648 não produz, magicamente, a igualdade de oportunidades, mas registra com  
2649 eficiência as injustiças sociais.' Isso é exatamente o que está acontecendo. 'Os  
2650 vestibulares e o Enem revelam as intoleráveis disparidades de qualidade entre  
2651 escolas privadas e públicas. Entretanto, também revelam que em todos os  
2652 Estados existem escolas públicas com desempenho similar ao das melhores

2653 escolas particulares', em número muito pequeno. Há uma diferença entre o que  
2654 havia na escola pública na época em que eu nela estudei e a que existe agora,  
2655 que é uma pasteurização da escola pública, infelizmente, para um patamar  
2656 inferior. 'A constatação deveria ser ponto de partida para uma revolução do  
2657 ensino, destinada a equalizar por cima a qualidade da educação oferecida aos  
2658 jovens. No lugar disso, a lei de cotas oculta o fracasso do ensino público,  
2659 evitando o cotejo entre escolas públicas e privadas. Os 'amigos do povo'  
2660 asseguram, pela abolição do mérito, a continuidade do apartheid educacional  
2661 brasileiro.' A USP tomou, no seu artigo primeiro, que trata da preservação do  
2662 que existe atualmente, há uma coisa que é bastante importante de ser  
2663 preservada. 'A USP faculta às Unidades optar, exclusivamente, pelas hipóteses  
2664 de ampla concorrência, egressos do ensino médio das escolas públicas e  
2665 candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas.' Parece-me que  
2666 declinar essa autoridade a que cada Unidade, de acordo com suas convicções,  
2667 possa fazer essa opção, entendo ser importante ser considerado, levando-se  
2668 em conta que a Universidade é a diversidade na Unidade. Temos diversas  
2669 Unidades com perfis muito diferentes, com ideologias diferentes e isso deve ser  
2670 respeitado e não se impor uma pasteurização de comportamento para a  
2671 Universidade. No artigo 4º, que é artigo que realmente está sendo relevante na  
2672 discussão de hoje, o que se propõe é a cota para escola pública ou a reserva  
2673 de vagas para a escola pública, o que de certa forma é uma redundância e  
2674 números progressivos que cheguem a até 50%. É um assunto extremamente  
2675 complicado, como podemos perceber, mas entre cota e bonificação, acho que  
2676 a preferência por bonificação para mim é uma coisa bastante importante e é  
2677 algo que a USP vem tomando. Entre escola pública e condição social, não  
2678 tenho a menor dúvida de que condição social é o que deveria nortear as  
2679 reservas de vagas na Universidade de São Paulo. Vimos os dois colegas que  
2680 estiveram conosco na última reunião do Conselho Universitário, se não entendi  
2681 errado, eles criticaram a escolha por escola pública e defenderam a escolha  
2682 pela condição social. Em vez de determinação pela Universidade, Diretriz pela  
2683 Universidade, com opção das Unidades definirem suas direções. E solução  
2684 única para USP contra uma solução por opção de Unidade, sem dúvida  
2685 nenhuma a solução por Unidade seria mais fácil de ser aplicada e evitaria  
2686 conflitos que se colocam de forma intensa. A última coisa que gostaria de falar



2687 é que o acompanhamento que se faz na Universidade de São Paulo é tímido.  
2688 Tive oportunidade de verificar o acompanhamento que se faz na UNIFESP e é  
2689 extremamente detalhado, com uma riqueza de informações que permitem  
2690 tomada de decisões bastante elaboradas. Então, mais do que uma comissão,  
2691 creio que deveria haver um grupo de trabalho, de técnicos e administrativos  
2692 que fizessem isso diligentemente, 24 horas por dia, para subsidiar este  
2693 Conselho a tomar suas medidas de concerto ao longo do tempo - concerto com  
2694 'C' e não com 'S'. Obrigado.” **Cons. Lucas Caprio dos Santos**  
2695 **(apresentação)**: “O foco da minha apresentação é discutir, assim como o  
2696 Professor Alessandro, a falta de um critério étnico-racial na reserva de vagas  
2697 proposta por essa Resolução. É importante relembrar esse compromisso  
2698 assumido pela USP, expresso na Resolução de 2013, bem como destacar que  
2699 sequer essas metas são suficientes para atender as reivindicações do  
2700 movimento negro e do movimento indígena, que se dão em torno de uma  
2701 reparação histórica e que transcende uma reserva de vagas dentro da reserva  
2702 de vagas para alunos de escola pública, envolve também o atendimento à  
2703 população negra que, eventualmente, tenha tido acesso a uma escola  
2704 particular, e demanda uma reserva de vagas proporcional à população do  
2705 Estado de São Paulo; e também é insuficiente para garantir as especificidades  
2706 da questão indígena, que demandam outros métodos de seleção como o que  
2707 se aplica atualmente na UFSCar. Vale lembrar que as três universidades  
2708 estaduais paulistas assumiram esse compromisso. A UNESP já implementou, a  
2709 UNICAMP está em vias de implementação, enquanto que a resolução discutida  
2710 aqui se limita à reserva de vagas para alunos de escola pública. Não tinha  
2711 pensado em falar isso, mas depois de um longo discurso sobre a necessidade  
2712 de se manter boas relações com o Estado e com a Assembleia Legislativa, no  
2713 sentido de manter a autonomia universitária, cabe destacar se os Conselheiros  
2714 pretendem descumprir uma meta que a USP se comprometeu com o Governo  
2715 do Estado, e que inclusive é de deliberação do Plano Estadual de Educação,  
2716 explicitamente a política de cotas sociais e raciais. Como apresentado pela  
2717 própria Pró-Reitoria de Graduação, 47% dos estudantes da rede de ensino  
2718 pública do Estado de São Paulo são pretos, pardos ou indígenas, entretanto - e  
2719 o que entendo ser a correta interpretação desse dado -, esse percentual não se  
2720 reflete na Universidade de São Paulo, que é de somente 32%. Cabe destacar

2721 também que esses 32% são uma média, então, há cursos com potencial  
2722 inferior, e 32% não é 37,5%, que é a meta estabelecida pela USP. Portanto,  
2723 isso só evidencia novamente a necessidade de uma política específica, que  
2724 possa garantir o percentual mínimo em todos os cursos. Esses dados que  
2725 coloquei nessa tabela se referem à tabela de vagas do Sisu em 2017, nas  
2726 quais podemos ver que 25 das 42 Unidades de Ensino da USP já adotam o  
2727 critério étnico-racial em todos os cursos, mais 9 Unidades adotam o critério  
2728 étnico-racial em parte dos cursos - há um curso aí que é interunidades, então  
2729 acaba contando algumas unidades a mais -, então vemos que é de  
2730 entendimento majoritário das congregações a importância de uma política com  
2731 recorte étnico-racial e das cotas enquanto método para concretizar essa  
2732 necessidade. Essas vagas, naturalmente, são garantidas exclusivamente via  
2733 Sisu, que por sua vez só garante 30% das vagas de cada curso. A Faculdade  
2734 de Educação acho que é o único exemplo que destinou todas as vagas para  
2735 PPI de escola pública, então, faz-se necessário expandir essa política também  
2736 para Fuvest. Isso é um ponto. Estamos discutindo a inclusão étnico-racial no  
2737 vestibular da Fuvest nos cursos, por isso é importante que o posicionamento  
2738 dos Conselheiros reflita isso e reflita também a prerrogativa desse Conselho  
2739 Universitário, que é estabelecer uma política geral para a Universidade, que  
2740 seja baseada em um princípio de Universidade democrática no seu acesso.”

2741 **Cons. Severino Toscano do Rego Melo:** "Sei que esta é uma questão muito  
2742 complexa e que desperta muitas paixões, tem muitas implicações e raízes, mas  
2743 não gostaria de discutir nada disso, queria propor um enfoque para o problema  
2744 meio burocrático. E minha ideia é centrar a discussão em como cumprir a  
2745 Resolução que foi aprovada pelo Conselho Universitário em julho de 2013 -  
2746 cumprir as metas, que eram para 2018. Nesse sentido, tendo em vista como  
2747 cumprir as metas que o Conselho Universitário assumiu, atendendo as  
2748 pressões da sociedade, acho que se esse é o objetivo, a proposta que foi  
2749 aprovada no CoG é insuficiente, porque adia para 2021 o cumprimento de  
2750 apenas uma parte dessa meta, que é 50% dos alunos matriculados em cada  
2751 curso e em cada turno, tendo cursado integralmente o ensino médio em escola  
2752 pública. Então, além de adiar por três anos o cumprimento da meta, a proposta  
2753 do CoG ignora a questão dos PPIs. Pelo que entendi dos *slides* do Prof.  
2754 Hernandez, a medida que se inclui escola pública, inclui-se PPI. Então entendi

2755 de um dos *slides* que os que são beneficiados por cota de escola pública, já  
2756 inclui, aproximadamente, o percentual prometido de PPI. Isso seria um  
2757 argumento para dizer que não precisa falar explicitamente de PPI, porque eles  
2758 vêm naturalmente. Por outro lado, é um argumento para dizer 'já que não faz  
2759 muita diferença, vamos tratar do assunto diretamente e não deixar só  
2760 esperando naturalmente a carona da escola pública'. Um outro tema que tem  
2761 sido falado aqui - e este eu tenho uma posição forte - estou adotando essa  
2762 posição burocrática sobre as cotas porque não tenho uma opinião forte sobre  
2763 isso. Eu vejo os argumentos dos dois lados, compreendo e vejo que muitas  
2764 soluções são possíveis, mas tenho uma opinião forte sobre uma coisa: acho  
2765 que esta decisão não deveria ser descentralizada pelas Unidades. O Conselho  
2766 Universitário deveria assumir a responsabilidade e assumir a posição da USP;  
2767 não só porque isso é algo que a Universidade nos cobra, mas porque não  
2768 assumir essa posição é transferir para as Congregações o debate e o conflito  
2769 político. O argumento usado agora pouco por um Conselheiro foi que as  
2770 Unidades são diferentes. Vamos respeitar, porque isso pressupõe que as  
2771 Unidades são homogêneas, e não são. O que vai acontecer é que uma decisão  
2772 política que deveria ser centralizada vai ser descentralizada e cada  
2773 Congregação vai ter a sua briga sujeita às suas pressões. Penso que o  
2774 Conselho Universitário deveria assumir essa responsabilidade de tomar uma  
2775 posição para a USP toda. É isso que a Universidade nos cobra, para não  
2776 terceirizar o conflito político para as Congregações. Não entendo também a  
2777 razão da proposta do CoG ser tão gradual, porque se é cota não tem por que  
2778 ser gradual. Quando surgiu esta Resolução há cinco anos atrás eu fui  
2779 favorável, achava uma ideia ótima, melhor do que cotas, mas os bônus não  
2780 foram suficientes para cumprir a meta. Então está na hora de assumir cotas ou  
2781 reserva de vagas - o eufemismo que queiram adotar. E acho que poderíamos,  
2782 simplesmente, adotar cotas para 2018. E tem outro detalhe: como distribuir  
2783 essas cotas entre SISU e FUVEST. Acho que deveriam ser idênticas, sou  
2784 favorável em manter as duas entradas - 30% SISU e 70% FUVEST - mesmo  
2785 que os dados pareçam indicar, acho que há uma correlação muito forte entre  
2786 os alunos selecionados por um processo e por outro. Mas acho que a USP,  
2787 como está previsto na LDB, tem uma responsabilidade de sinalizar para o  
2788 ensino médio o que ela considera importante para os alunos que vão ingressar

2789 nela. Este é o papel do vestibular, não é só selecionar. De forma que sou  
2790 favorável em manter a FUVEST com 70%, SISU com 30% e cotas para cumprir  
2791 a meta de 2013." **Cons. Marcos Nascimento Magalhães**: "Informo que o  
2792 Cons. Oswaldo Tanaka ocupará parte do meu tempo. Faço um destaque no  
2793 artigo 4º, onde os 37% que aparece se torne 50% e o escalonamento se dá por  
2794 Unidade, depois curso e depois curso e turno, ou seja, o escalonamento é três  
2795 etapas: 50%, 50%, 50%; e supressão do inciso IV. Sou a favor de que se  
2796 estabelecer as cotas, há uma Resolução de 2013, conforme mencionado,  
2797 portanto não vou mencionar outros destaques de outros colegas que tiveram  
2798 essa aprovação nas suas Congregações. Vou para um outro destaque que é  
2799 no artigo 5º: acrescentar um inciso V no § 1º, sobre a composição da comissão,  
2800 que faça parte também um especialista do movimento social, da mesma  
2801 maneira que a Unicamp colocou na sua proposta. Tenho um destaque que é:  
2802 se nada mudar no artigo 4º, que no § 2º, inciso III, onde consta '... e ao mesmo  
2803 tempo ampliem a proporção', acho que a comissão poderia propor qual  
2804 percentual deve ser feito anualmente nesse acréscimo na fração de PPI. E, por  
2805 fim, um destaque no artigo 6º: que o sistema de reserva de vagas que  
2806 aprovamos aqui seja revisto em dois anos e não dez anos. Penso que dois  
2807 anos é um tempo razoável." **Cons. Oswaldo Yoshimi Tanaka**: "Gostaria de  
2808 fazer uma proposta. Acho que é extremamente importante este Conselho  
2809 aprovar um sistema de cotas para PPI. Politicamente é muito importante para a  
2810 Universidade de São Paulo dizermos que apesar de estarmos fazendo isso de  
2811 uma outra maneira, responder para a sociedade que sim, temos uma  
2812 preocupação, apesar de já estarmos com 32%. Acho que politicamente é  
2813 importante para nós, nesse momento, mas minha proposta é que possa ser  
2814 progressivo. Não estou defendendo que seja 37% de cara. Também sou  
2815 favorável, em parte, que seja descentralizado para as Congregações. Li na  
2816 Folha de São Paulo que a Faculdade de Medicina fez uma proposta de 8%  
2817 para PPI e proponho que aprovemos, pelo Conselho, que se a Universidade de  
2818 São Paulo vai adotar a proposta de cotas para PPI, que cada Congregação  
2819 defina, mantida a proposta da escola pública - porque isso é crucial, porque ela  
2820 nos defende, dizendo que estamos nos preocupando com isso - mas acho que  
2821 é importante o Conselho Universitário USP dizer 'sim, nós teremos cotas para  
2822 PPI.'" **Cons. André Vitor Singer**: "Vou dividir minha fala em duas partes,

2823 porque na primeira quero apresentar o que foi aprovado na minha  
2824 Congregação e, em seguida, fazer uma proposta que é fruto da Resolução do  
2825 CoG, que se deu após a reunião da minha Congregação. A nossa  
2826 Congregação decidiu propor que a Universidade de São Paulo adotasse  
2827 imediatamente 50% das vagas para escola pública para cada curso e turno,  
2828 uma vez que a nossa Faculdade já está com este percentual, nós estamos com  
2829 49% dos ingressantes em escola pública, portanto já atingimos a meta  
2830 proposta pelo Governo Federal, pelo Governo Estadual e achávamos que já  
2831 era hora da USP assumir isso para todos os seus cursos e turnos. Além disso,  
2832 entendemos que era conveniente que a USP seguisse a postura da UNICAMP,  
2833 que aprovou que no Vestibular de 2019 - portanto não imediatamente, mas  
2834 gradualmente - houvesse, no conjunto de ingressantes, o equivalente à  
2835 população autodeclarada preta, parda e indígena no Estado de São Paulo,  
2836 conforme diz a Lei, que é de 37,2%. Propusemos que a USP seguisse essa  
2837 conduta. Agora termino esta parte da minha fala e vou propor um destaque  
2838 específico ao artigo 4º da Resolução do CoG - que foi posterior à reunião da  
2839 nossa Congregação - e é fruto, também, de uma conversa com diversos  
2840 conselheiros deste Conselho. A nossa proposta é que se acrescente um  
2841 parágrafo 3º ao artigo 4º, entendendo que esta não é a proposta da minha  
2842 Congregação, porque a proposta do CoG é escalonar chegando a 50% em  
2843 2021. Mas queremos apresentar um destaque que pode ser apoiado por todas  
2844 as Unidades que já incluem porcentagens para PPIs, como é o caso da FM e  
2845 da FMRP, recentemente mencionadas aqui. Segundo informações que recebi  
2846 ontem, das 42 Unidades que têm vestibular na USP, 31 já se auto incluíram no  
2847 critério de PPI. Portanto, a proposta que faço poderia ser apoiada por todas  
2848 essas Unidades e acredito que facilmente. A proposta é que acrescentássemos  
2849 um parágrafo 3º ao artigo 4º da proposta do CoG, dizendo o seguinte: 'Na  
2850 reserva de vagas para egressos da escola pública incidirá percentual de  
2851 reserva de vagas para estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas,  
2852 equivalente à proporção desses grupos no Estado de São Paulo, verificado  
2853 pelo IBGE'; isto é, 37,2%. Apenas para esclarecer, porque esse monte de  
2854 números se torna confuso, e agora o CoG está propondo que para este ano  
2855 seja 37% de egressos da escola pública e estamos propondo que sobre esses  
2856 37%, a USP reserve 37,2% para pretos, pardos e indígenas, e assim

2857 sucessivamente para os próximos anos. De tal forma que, neste momento,  
2858 teríamos apenas uma proporção pequena, mas que iria crescendo na medida  
2859 em que crescesse também os egressos da escola pública. Espero que esteja  
2860 claro o que estou propondo, na forma de um destaque a ser votado depois. Isto  
2861 não atende à proposta da minha Congregação, está muito aquém da proposta  
2862 dela, que era em 2019 termos, como a UNICAMP, 37,2% de pretos, pardos e  
2863 indígenas sobre o conjunto de egressos, mas é uma proposta que permite  
2864 ampliar este gesto da USP, que a minha Congregação considera  
2865 absolutamente necessário, para que a USP não fique inteiramente defasada  
2866 em relação à UNESP, que já destina 35% das vagas para PPI, e em relação à  
2867 UNICAMP, que tomou a decisão de destiná-las a partir de 2019. Ou seja, a  
2868 USP, pela sua importância no Brasil, tem que fazer um gesto a favor da  
2869 integração étnico-racial também, no sentido da democratização da  
2870 Universidade e do país. Haverá uma proposta feita por um colega que é  
2871 complementar a esta, no sentido que as vagas restantes - ou seja, as que não  
2872 estão incluídas nas escolas públicas - também possam ter uma parcela  
2873 destinada a PPIs, de tal forma que, no final, quem quiser votar na proposta,  
2874 que é a mais próxima do que minha Congregação aprovou, poderá fazê-lo  
2875 também. Espero ter sido claro." **Cons.<sup>a</sup> Marilene Proença Rebello de Souza:**  
2876 "Começo parabenizando a Pró-Reitoria de Graduação da Universidade de São  
2877 Paulo pela gestão realizada durante todos esses anos na direção desse  
2878 processo de democratização da USP. Sempre somos chamados de uma  
2879 universidade elitista e outro dia tivemos uma estudante de mobilidade dizendo  
2880 que o Reitor da Universidade dela via a USP desta forma, de forma que acho  
2881 que esse movimento da Universidade de São Paulo na direção de estarmos  
2882 mudando o processo de ingresso na Universidade é um passo esperado pela  
2883 sociedade e pela comunidade e que estamos tendo a coragem de dar neste  
2884 Conselho neste momento. Considero este um momento histórico, necessário e  
2885 fundamental para este processo de democratização. Realizamos, na segunda-  
2886 feira, uma reunião extraordinária da Congregação do IP e esta fez uma  
2887 proposta de destaque ao artigo 5º, no item 3, que se refere a esse processo da  
2888 comissão de acompanhamento desta política de inclusão na USP, definindo as  
2889 atribuições desta comissão. Consideramos que neste item a Universidade está  
2890 propondo que esta comissão de acompanhamento proponha medidas que

2891 permitam atingir o estabelecido no artigo 4º, § 2º, e ao mesmo tempo amplia a  
2892 proporção correspondente de auto declarados pretos, pardos ou indígenas  
2893 entre os ingressantes. E a nossa proposta é um acréscimo a este item, que diz  
2894 que além desta afirmação, visando assegurar que a proporção de ingressantes  
2895 de PPI seja, pelo menos, equivalente à proporção desta população no Estado  
2896 de São Paulo. Consideramos que seria importante ter algum parâmetro de  
2897 avaliação desta proporção, quero dizer, uma ampliação é muito bem vinda,  
2898 mas sobre que parâmetros? Os parâmetros que a Universidade está sugerindo  
2899 é que sejam os parâmetros proporcionais minimamente à população de pretos,  
2900 pardos e indígenas do Estado de São Paulo. Esta é a sugestão e contribuição  
2901 do Instituto de Psicologia." **Cons. Bruno Sperb Rocha:** "Começo minha fala  
2902 registrando, como representante dos trabalhadores da USP neste Conselho  
2903 Universitário, a minha profunda indignação com o desprezo e o cinismo que a  
2904 Reitoria da USP e a Administração Central estão tratando, nesta proposta, o  
2905 tema das cotas raciais, ao fingir que não é isso que está em questão, ao não  
2906 falar disso. Porque desta forma estão se negando, se recusando a falar e a  
2907 reconhecer que nesse país, que é o país com maior quantidade de negros fora  
2908 do Continente Africano. Milhões de homens e mulheres foram sequestrados e  
2909 trazidos para cá a força, em condições subumanas, no que foi uma das  
2910 maiores atrocidades que a humanidade já assistiu, que foi a escravidão, com  
2911 esses milhões de homens e mulheres sendo torturados, estuprados e  
2912 assassinados. E o que a Reitoria e a Administração da Universidade fazem, ao  
2913 não tratarem o tema das cotas é se negar a reconhecer isso e o quanto isso  
2914 ainda pesa hoje. Assim como outra atrocidade, que é o massacre das  
2915 populações indígenas desse país, que segue cotidianamente acontecendo; o  
2916 quanto isso ainda pesa e prejudica as pessoas negras e indígenas no país  
2917 hoje. Nesses séculos de atrocidades em um país onde os negros ainda têm os  
2918 piores salários, as piores taxas de desemprego, as piores condições em termos  
2919 de precarização de trabalho, as piores condições de moradia, são a  
2920 esmagadora maioria do encarceramento estatal em um país que tem a terceira  
2921 maior população carcerária do mundo e 40% dos presos não foram julgados; é  
2922 a esmagadora maioria dos alvos dos assassinatos policiais. Em uma palavra, o  
2923 racismo. É isso que essa proposta se recusa a reconhecer abertamente. E é  
2924 porque esse racismo não está só fora da Universidade, mas no país inteiro, ele

2925 está dentro da Universidade; ele está, em primeiro lugar, dentro deste  
2926 Conselho Universitário, não só pela composição dele - porque se descontar os  
2927 funcionários presentes nesta sala, não sobra praticamente nenhuma pessoa  
2928 negra -, está presente neste Conselho na resistência dele em debater isso.  
2929 Envergonho-me de ser representante dos trabalhadores de uma Universidade  
2930 que dentro do país onde 54% da população se autodeclara negra, não 32%,  
2931 mas 10% dos alunos são negros. Estão dizendo que 32% dos alunos da USP  
2932 são negros, mas não, esses são os que vêm de escola pública. Não há no  
2933 anuário estatístico da USP o número de alunos negros na graduação da USP -  
2934 passei o dia procurando esta informação. A última informação que achei de  
2935 uma fonte oficial da USP é de 2015, e é de 9% de negros. Entre os  
2936 professores, segundo os dados do RH central, são 27 professores entre 6 mil -  
2937 meio por cento dos professores dessa Universidade - é aqui que está o racismo  
2938 -, enquanto que entre os trabalhadores terceirizados, que são 5 mil, segundo  
2939 informações extra oficiais, são a esmagadora maioria; morrendo de acidente de  
2940 trabalho dentro da Universidade e trabalhando por um salário mínimo, nas  
2941 condições mais precárias. É esse racismo que está dentro da Universidade que  
2942 essa Resolução se recusa a reconhecer, e que se reproduz, inclusive, quando  
2943 a Polícia Militar - que a Reitoria colocou aqui dentro - fica enquadrando e  
2944 revistando cada jovem negro que entra pela portaria da San Remo. Há duas  
2945 semanas atrás, um companheiro nosso, trabalhador desta Universidade,  
2946 uniformizado, estava voltando do almoço para o seu local de trabalho, ex-  
2947 diretor do Sindicato, ativista da Secretaria de Negros do SINTUSP, foi preso  
2948 pela PM, sem nenhum motivo, porque questionou o policial quando, para entrar  
2949 no seu local de trabalho, o policial disse para ir para a parede, dar documento e  
2950 se identificar. A PM que a Reitoria colocou na USP, com os protocolos da USP,  
2951 está fazendo isso. E conheço vários trabalhadores negros da USP que dizem  
2952 que pelo menos três vezes por semana são enquadrados pela PM aqui dentro.  
2953 É aqui dentro que está o racismo e esta Resolução está toda escrita, ao se  
2954 recusar a reconhecer, ao se recusar a colocar aí cotas raciais e reservas de  
2955 vagas para pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas dentro da  
2956 Universidade. E não adianta dizer que está fazendo isto com escola pública,  
2957 porque não só entre as mesmas faixas de renda e dentro das mesmas escolas  
2958 públicas, a evasão escolar é maior entre os negros, e por causa de todos esses



2959 determinantes sociais são obrigados a sair e começar a trabalhar mais cedo,  
2960 mas também há desigualdade entre as escolas públicas. Essas vagas serão  
2961 ocupadas pelos alunos das melhores escolas públicas, como por exemplo, as  
2962 ETECs, onde o percentual de negros é menor do que na USP. Por isso, estou  
2963 aqui para defender, em nome do conjunto dos trabalhadores da USP, cotas  
2964 raciais e sociais com critério de renda, e já!" **Cons.<sup>a</sup> Luana dos Santos Alves**  
2965 **Silva**: "Começo retomando algo que disse na reunião passada. Acho que  
2966 temos que ter sempre em mente quando falamos sobre cotas na Universidade  
2967 de São Paulo: estamos fazendo um debate que passa por questões morais,  
2968 ideológicas, questões muito particulares e muitas vezes espinhosas de cada  
2969 um aqui, que é o reconhecimento de racismo e da desigualdade social. Porém,  
2970 apesar desse debate estar vindo para uma adesão do Conselho agora, ela está  
2971 chegando nesta Universidade com dez anos de atraso. O debate sobre a  
2972 pertinência de cotas sociais e raciais, o debate filosófico sobre a existência do  
2973 racismo para acesso à Universidade já foi feito em âmbito nacional e já foi  
2974 superado. Por isso é importante colocar que muito me surpreende que o  
2975 primeiro avanço real dentro desse tema esconda a questão racial. É indignante.  
2976 Eu compreendo que para alguns, principalmente os que não tiveram a vivência  
2977 de uma pessoa negra, a exclusão social e a exclusão racial possam parecer  
2978 conjuntas, intrincadas entre si. Se formos em um bairro pobre, a maioria são  
2979 negros; pode ser se entenda que a exclusão racial faz parte da exclusão social  
2980 e que as duas andam juntas, mas isso não é verdade. Elas andam juntas na  
2981 prática, mas são coisas diferentes. O racismo, a exclusão racial não é sinônimo  
2982 da exclusão social no Brasil. Isso não é um debate complicado. Há que se  
2983 entender que racismo é uma questão que embora na prática se confunda com  
2984 a exclusão social, é uma questão específica do Brasil, porque tem razões  
2985 históricas do povo negro ser historicamente oprimido e negado de direitos. São  
2986 questões tão óbvias e é muito indignante e decepcionante que o Conselho de  
2987 Graduação, que está fazendo um debate há anos sobre isso, apareça no Co  
2988 com uma proposta que esconde o critério racial. Acho que o que pode existir, o  
2989 único debate que se faz, a única polêmica que se tem em torno disso é se o  
2990 critério racial vai estar dentro do social ou se vai estar fora. Quando as  
2991 universidades federais discutiram a adoção de cotas, a polêmica era se a  
2992 reserva de vagas raciais seria dentro da reserva social ou se seria fora. E aqui

2993 a discussão é se vai ter cota racial ou não? Isso é de um atraso tão grande. Foi  
2994 colocado pelo Professor que talvez aconteça automaticamente, mas eu não  
2995 acho que vá acontecer automaticamente, porque não é assim que o sistema de  
2996 educação funciona, porque não é assim que o racismo opera na escola. Tenho  
2997 certeza de que muitos aqui entraram em contato com escolas de nível  
2998 fundamental, de nível médio e não é possível que não enxerguem que o  
2999 racismo opera de forma independente, mesmo dentro de colégios públicos.  
3000 Isso é uma realidade que não pode ser negada. Como este Conselho quer  
3001 negar uma realidade? Acho que só é possível isso em um Conselho tão  
3002 excludente quanto este. Vou reiterar a necessidade de alteração no artigo -  
3003 acho que o Conselho tem o papel de fazer isso nesse momento. Estou no  
3004 último ano de graduação e esta é minha última participação neste Conselho, e  
3005 desde que entrei aqui todo ano tem a discussão sobre cotas raciais e cotas  
3006 sociais, e algum subterfúgio é apresentado pela Reitoria ou às vezes, pelo  
3007 Governo do Estado - é a postergação eterna de prazo, era 2018, agora é 2021,  
3008 já foi para o IMESP, já houve uma série de coisas que é para tentar postergar  
3009 esta questão. Quero pedir, muito encarecidamente, para os gestores da  
3010 Universidade, para o gestor do Conselho de Graduação, que coloque  
3011 abertamente qual é a questão. Porque se o argumento é que de qualquer  
3012 forma vai entrar PPI, queria que colocasse a própria ideologia que se for contra  
3013 cotas, que fale. Não poderia ter uma posição mais oposta ao Prof. João Cyro,  
3014 mas ele foi o único que colocou aqui a sua opinião sobre esta questão. Porque  
3015 o que vejo há muitos anos neste Conselho são falas de professores que são a  
3016 favor de cotas e na votação aparece uma abstenção, aparece a questão racial  
3017 colocada por baixo. Então queria que os conselheiros aqui tivessem a coragem  
3018 de chegar no microfone e expor sua posição sobre isso - que o próprio Reitor  
3019 colocasse sua posição sobre isso -, porque não adianta mais enrolar o  
3020 movimento negro e o movimento indígena, nós não vamos aceitar mais."  
3021 **Cons.<sup>a</sup> Gabriela Soares Schmidt:** "Começo dizendo que existe entre nós uma  
3022 compreensão, mesmo que superficial, de que a Universidade tem como  
3023 objetivo produzir conhecimento para a sociedade, tem uma função social de  
3024 devolver para a sociedade aquilo que ela investiu em nós. Isso não é possível  
3025 sem a democratização do acesso e, conseqüentemente, a democratização do  
3026 próprio conhecimento que produzimos aqui dentro. Mas acho também que hoje

3027 é o dia de levarmos a sério o que assumimos como responsabilidade em 2013,  
3028 que é cumprir com a meta de ter 35% da população negra aqui dentro. Penso  
3029 que em qualquer ângulo que vemos este tema, seja político, seja burocrático,  
3030 seja de eficiência, temos a necessidade de assumir essa responsabilidade. E  
3031 não existe argumento bom o suficiente para que nos sintamos permitidos a  
3032 descumprir com isso. A não ser um racismo profundo dentro desse Conselho  
3033 Universitário. Hoje é um dia muito importante, desse Conselho se posicionar  
3034 favoravelmente a isso. Todos sabemos que a população pobre brasileira é  
3035 majoritariamente negra, e não só isso, sabemos, também, vendo os dados do  
3036 IBGE, que entre a população branca e negra da mesma classe social, existe  
3037 ainda uma diferença muito grande de escolaridade. Então não podemos aceitar  
3038 a afirmação de que as cotas sociais levam automaticamente a uma maior  
3039 entrada da população negra dentro da universidade. De forma que se  
3040 queremos trabalhar com os dados que temos acesso, precisamos dar um  
3041 passo adiante; precisamos ter critérios étnicos raciais e socioeconômicos na  
3042 Universidade. Há um dado que diz que dentre os 20% mais pobres, a taxa de  
3043 escolaridade dos brancos é de 25%, de pardos é 8% e de pretos é de 8,5%.  
3044 Então, não podemos permitir que uma proposta como a do CoG, que não inclui  
3045 critérios étnico-raciais, seja aprovada por esse Conselho hoje. Por último,  
3046 acho que é muito importante - e em um certo sentido, muito feliz - que tenham  
3047 tantas manifestações favoráveis à inclusão desse critério. Vários conselheiros  
3048 vieram se manifestar favoravelmente a isso, muitas Congregações, inclusive,  
3049 manifestaram-se favoravelmente a esse critério, então se o Reitor definiu que o  
3050 melhor caminho para isso seria a partir das Congregações, já está  
3051 suficientemente demonstrado que grande parte delas acham que o critério  
3052 étnico-racial é importante. Então hoje temos que ter uma decisão corajosa de  
3053 aprovar um critério étnico-racial para o vestibular de 2018. Tem inclusive um  
3054 abaixo-assinado, assinado por 300 professores da USP, além de grande  
3055 maioria dos estudantes serem favoráveis à inclusão do critério étnico-racial e  
3056 dos diversos espectros políticos inclusive. Isso tem avançado cada vez mais na  
3057 sociedade e penso que dentro da USP precisamos dar esse passo definitivo  
3058 hoje. A real é que estamos exaustos de travar esse debate, essa batalha,  
3059 principalmente por a USP ser a última a fazer isso, mas temos mais uma vez a  
3060 oportunidade de, finalmente, dar um passo adiante da Universidade, em uma

3061 postura corajosa, fundamental para democratizar o acesso e o conhecimento  
3062 da Universidade e fazer - como o Cons. Andre Singer disse - um gesto de que  
3063 nós nos preocupamos com isso, que nós temos sensibilidade com este tema  
3064 que é tão categórico e fundamental." **Cons. Cristiano Buoniconti Camargo:**  
3065 "Serei breve porque os argumentos trazidos já foram bastante abrangentes.  
3066 Entendo que a Universidade de São Paulo, ao propor uma cota voltada apenas  
3067 para estudantes de escolas públicas, sem inclusão de PPI, está cometendo um  
3068 grande equívoco. No Brasil, 75% dos presos são negros, do outro lado, 72%  
3069 dos que têm nível superior são brancos. A renda dos negros ainda corresponde  
3070 a apenas 57,4% da dos brancos. Poderia ficar aqui trazendo dados, mas  
3071 sabemos a enorme disparidade étnico-racial que a sociedade brasileira tem.  
3072 Então esses são apenas uns dos muitos dados que revelam o racismo e as  
3073 desigualdades históricas em relação ao afrodescendente e aos indígenas que  
3074 persiste no Brasil. Precisamos enfrentar essas desigualdades hoje, não  
3075 podemos deixar para amanhã essas ações. Nesse sentido, a proposta de uma  
3076 implementação gradual, entendo que não é adequada. E ela é especificamente  
3077 falha porque - como já sustentado pela grande maioria dos que falaram - ela  
3078 não se dirige a esses grupos específicos. Concordo plenamente com o texto  
3079 apresentado pela Professora Maria Helena Machado, do Departamento de  
3080 História da FFLCH, que foi distribuído a todos os membros do Co, e reforço  
3081 que a proposta da Reitoria se mostra ineficaz para democratizar esta  
3082 Universidade. Precisamos de uma proposta que traga um percentual mínimo  
3083 de PPI para todas as Unidades da USP e, por esse motivo sustento que as  
3084 propostas alternativas que incluem PPI sejam consideradas, principalmente a  
3085 trazida pelo Professor Andre Singer - que sejam consideradas, votadas e  
3086 discutidas e que, no final, aprovelem a adoção de cotas raciais." **Cons. Diego**  
3087 **Pereira Pandullo:** "Queria reiterar algumas falas que me antecederam, de que  
3088 este é um momento histórico para a nossa Universidade. Esta Universidade  
3089 que é tida por muitos como a melhor do país tem que deixar de ser, talvez, a  
3090 única universidade pública que ainda não adotou um critério unificado de  
3091 recorte de vagas étnico-racial. Essa Universidade que é financiada com  
3092 imposto indireto - ICMS - pagos, em sua maioria, pelos mais pobres - povo  
3093 pobre e preto paulista - precisa deixar de ser tão elitizada. E esse momento  
3094 pode ser histórico, a gente pode estar fazendo história nesse Conselho. Queria

3095 lembrar que como alguns dados que estão sendo apresentados colocaram,  
3096 apenas o recorte da escola pública é insuficiente para democratizar, de fato, a  
3097 nossa Universidade. Quando apresentamos apenas o critério da escola  
3098 pública, podemos observar que são priorizados alunos de ETECs, de algumas  
3099 federais, que tendem a ser redutos mais elitizados do sistema público de  
3100 educação. E não podemos deixar que isto persista. Queria perguntar aos  
3101 senhores e às senhoras por que quando aprovamos, por exemplo, a proporção  
3102 de funcionários e docentes, ou a questão do congelamento de contratações,  
3103 não olhamos, não pedimos um estudo da especificidade de cada Unidade, para  
3104 estabelecer este tipo de proporção, respeitando este tipo de especificidade, e  
3105 agora, dada esta questão urgente, vamos deixar com que cada Unidade  
3106 estabeleça seu critério. O que cada Unidade tem de específico para  
3107 estabelecer um critério diferente? Dado que o desempenho dos alunos tende a  
3108 ser os mesmos - como já muito bem apresentado aqui pelo Prof. Hernandez,  
3109 que apresentou dados de que os ingressantes com reserva de vagas tem um  
3110 desempenho muito semelhante aos dos ingressantes pela FUVEST. Então isso  
3111 não se sustenta. Qual seria essa especificidade de cada Unidade? O racismo e  
3112 o conservadorismo de cada uma delas? E mesmo que fosse isso, vemos que  
3113 mesmo Unidades tidas como tradicionais e conservadoras têm mudado seu  
3114 posicionamento com relação a isso. A Faculdade de Direito, sua Congregação,  
3115 aprovou uma proposta avançada em relação às cotas raciais e desde 2012 já  
3116 se posiciona favoravelmente a elas. Tivemos um plebiscito com os alunos de  
3117 graduação da Poli e, para nossa surpresa, a maioria se posiciona  
3118 favoravelmente às cotas raciais. A Congregação da FM aprovou o recorte  
3119 racial, então por que não podemos avançar e lançar uma proposta para toda a  
3120 Universidade? Dado este posicionamento e que não podemos olhar só para  
3121 dentro da nossa Universidade, na sociedade civil este debate foi muito bem  
3122 aceito e a política de cotas raciais é uma vitória, é um sucesso em quase todas  
3123 as universidades públicas do país e a USP não pode ficar fora disso. Dado  
3124 isso, sou obrigado a apresentar um destaque no artigo 3º, § 1º, para alterar o  
3125 percentual de 30% para 50%." **Cons. Vinícius Curti Cícero**: "Gostaria de  
3126 dizer, assim como muitos colegas, que esta é minha última participação neste  
3127 Conselho - pelo menos como aluno de graduação - e fico muito triste por um  
3128 lado e feliz por outro. Triste por estar apreciando essa matéria, sem constar em

3129 primeiro momento esse recorte étnico-racial, mas feliz por poder defendê-lo  
3130 aqui, bem como os destaques colocados. Poderia ser mais aprofundado mas o  
3131 destaque que o Prof. Singer acabou de colocar já dá um bom pontapé inicial  
3132 para discussão na USP. Não quero me prolongar muito, mas acho que já é  
3133 passada a hora de entendermos que as metas têm que ser cumpridas, se foi  
3134 estipulado 50% dos alunos de graduação que ingressassem nessa  
3135 Universidade viesse de escola pública, especificamente que 37,5% ou a  
3136 porcentagem que seja da população preta, parda ou indígena do Estado de  
3137 São Paulo estivesse junto nessa meta, temos que começar a pensar em ações  
3138 afirmativas para isto. Não quero entrar no mérito de discutir questões  
3139 históricas, não quero repetir e colocar questões que meus colegas já  
3140 colocaram. É hora de pensar de maneira objetiva, temos que pensar como  
3141 fazer isso. Ação afirmativa tem que ser agora. Saindo um pouco das questões  
3142 que meus colegas já colocaram, vou pedir que os senhores olhem ao redor do  
3143 Conselho e vejam quantos pretos e pardos há nesse Conselho. Peço que  
3144 pensem em suas respectivas Congregações e Unidades, nas salas de aula  
3145 onde ministram suas disciplinas, na graduação e na pós-graduação, quantos  
3146 pretos, pardos e indígenas há nesses recintos. Acho que é hora da  
3147 Universidade começar a se abrir, tanto para a escola pública, de maneira mais  
3148 assertiva como já vem sendo feito há algum tempo, quanto no recorte étnico-  
3149 racial. Temos que enxergar as coisas de maneira objetiva. É claro que há sim o  
3150 racismo na sociedade brasileira e nisso o Prof. Singer falou em sua fala inicial  
3151 citando Florestan, que de fato a produção de ciência social nessa Universidade  
3152 há anos demonstra que há uma questão racial bastante problemática e a  
3153 integração do negro na sociedade brasileira é - para dizer o mínimo - um  
3154 absurdo. Não podemos fechar os olhos a isso; o âmbito do racismo está muito  
3155 presente e precisamos pensar nisso. Mais do que isso, a defesa das cotas  
3156 raciais está muito relacionado também à desigualdade de oportunidade que há,  
3157 não tem como equiparar tanto aluno de escola pública com aluno de escola  
3158 privada, quanto o preto de escola pública com o preto de escola privada, nem  
3159 com o preto e o branco. É muito diferente porque as oportunidades deles,  
3160 desde a base da educação, tanto pública quanto privada e as oportunidades  
3161 sociais, dentro do seu convívio na sociedade são completamente distintas. Não  
3162 há como igualar as coisas. Temos que fazer política afirmativa para igualar as

3163 oportunidades e assim terem acesso à Universidade. O Prof. Hernandez  
3164 colocou agora a pouco um dos projetos que tenta trazer e divulgar a  
3165 Universidade para as escolas públicas, dentro do âmbito social das classes  
3166 mais baixas, aos pretos, pardos e indígenas que estão lá. Mas além de  
3167 informa-los sobre a Universidade em si, os métodos de ingresso, também é  
3168 necessário ter ações afirmativas para que haja maior interesse. Não basta dizer  
3169 que é possível, é possível mas também tem que ter uma contrapartida para  
3170 deixar possível para quem tem oportunidades distintas. Acho que a USP como  
3171 vanguarda e como melhor Universidade da América Latina - mas agora  
3172 pensando no Brasil - não pode fechar os olhos para isso. De forma que peço  
3173 encarecidamente e ficaria muito feliz que nessa última participação minha  
3174 aprovássemos algo histórico. Não fechemos os olhos para o que acontece no  
3175 Brasil, para o que acontece dentro dessa Universidade. Não fechemos as  
3176 portas dessa Universidade para os jovens de escolas públicas e para os jovens  
3177 pretos, pardos e indígenas. Depois de muitos anos divergindo dessa posição,  
3178 sendo contrário à questão da cota racial, hoje - coisa que não vi em dois anos  
3179 de Conselho - a representação discente chega em um consenso de que há  
3180 necessidade urgente de termos, tanto cotas sociais como raciais, por isso digo  
3181 e reafirmo - a palavra de ordem que o Professor colocou no início da sessão  
3182 vale - temos que defender cotas já. Obrigado." **Cons. Gilberto Fernando**  
3183 **Xavier**: "A Congregação do Instituto de Biociências teve a oportunidade de  
3184 discutir essa minuta de Resolução que foi aprovada no CoG e, em relação à  
3185 situação atual em que nos encontramos, em que temos 37% aproximadamente  
3186 de oriundos de escolas públicas e 19,3% de PPI na USP, considera que essa  
3187 proposta, principalmente o artigo 4º traz avanços. Porém, nos parece que não  
3188 há como garantir e nem como prever - pelo menos com os números que temos  
3189 a disposição - se aumentar esse percentual para 37% de oriundos de escola  
3190 pública garantirá o ingresso de PPI dentro da USP. E essa parece ser uma  
3191 aspiração que estava presente em normativas anteriores. Diante desse quadro,  
3192 a Congregação do IB propôs que se estabelecesse um critério, um percentual  
3193 mínimo de vagas que deveriam ser destinadas à PPI e que corresponda ao  
3194 percentual presente na população do Estado de São Paulo, segundo o último  
3195 senso do IBGE. E na verdade a discussão na Congregação acabou sendo  
3196 sobre se isso deveria ser feito como a introdução de um parágrafo no artigo 4º

3197 ou a introdução de um novo artigo. No final decidimos que deveria ser a  
3198 introdução de novo artigo, em função desses números que estão projetados.  
3199 Esses são dados oficiais da FUVEST em relação apenas à PPI e, do lado  
3200 esquerdo, a proporção de PPI entre os inscritos na FUVEST ao longo desses  
3201 anos. Temos em azul alunos que se inscreveram por meio do INCLUSP,  
3202 portanto oriundo de escola pública e em vermelho os não INCLUSP, portanto  
3203 oriundos de quaisquer outras escolas. E à direita temos a proporção de PPI  
3204 das escolas, e à direita temos a proporção de PPI entre os matriculados. Dá  
3205 para ver muito claramente que enquanto os oriundos de outras escolas -  
3206 provavelmente privadas - as taxas de sucesso corresponde à taxa de  
3207 inscrições, os oriundos de escola pública não têm a mesma taxa de sucesso, o  
3208 que significa - que é algo que já tínhamos conhecimento e é óbvia - o aluno  
3209 oriundo de escola pública tem menos chance. O colega Paulo Ignacio, que vai  
3210 falar logo em seguida, vai mostrar dados que trazem elementos adicionais a  
3211 esta discussão. E esses dados mostram muito claramente que mesmo os  
3212 oriundos de escola pública, os indivíduos que são PPI têm uma taxa de  
3213 sucesso inferior aos indivíduos que não são PPI; e isso levou a Congregação a  
3214 propor um destaque a essa minuta de Resolução, que entraria como um artigo  
3215 4º-A, que seria: 'A proporção de autodeclarados pretos, pardos e indígenas no  
3216 total de vagas da graduação de cada Unidade deve ser a proporção desses  
3217 grupos na população do Estado de São Paulo, conforme o último senso  
3218 demográfico do IBGE.' Dado que esta nova proporção de 37% provavelmente  
3219 haverá um aumento de ingressantes PPI, na verdade, esse destaque, se  
3220 aprovado, representaria uma espécie de gatilho que garantiria se chegar à  
3221 proporção de PPI existente no Estado de São Paulo." **Cons. Paulo Inácio de**  
3222 **Knegt López de Prado: (apresentação)** "Sobram argumentos de que uma  
3223 proposta de inclusão para esta Universidade só estará completa se também  
3224 contemplar inclusão racial, mas vou trazer o elemento que o Cons. Gilberto  
3225 mencionou, porque foi muito importante para definir a posição da minha  
3226 Congregação. O que os senhores estão vendo é o percentual de ingressantes  
3227 em relação aos inscritos, é uma taxa de sucesso de quem se inscreve no  
3228 Vestibular da USP em quatro grupos. Entre os candidatos INCLUSP, que são  
3229 os oriundos de escola pública - estes dados são da FUVEST de 2000 até 2006  
3230 - e entre os outros candidatos - a barra azul escura temos os PPIs e na mais



3231 clara, os brancos. O primeiro ponto é que existe, ainda, apesar do INCLUSP,  
3232 que é uma política de inclusão baseada na escola pública, existe, ainda, uma  
3233 notável diferença na taxa de sucesso de ingresso na USP dos PPIs, que estão  
3234 na camada mais vulnerável da sociedade, de menor extrato de renda, que são  
3235 os candidatos INCLUSP. Mas o que mais chamou a atenção da nossa  
3236 Congregação é o fato de que a desigualdade social, quanto ao sucesso de  
3237 ingresso na USP é mais acentuado justamente entre os candidatos egressos  
3238 de escola pública. Em resumo, políticas afirmativas e de inclusão baseadas em  
3239 critérios socioeconômicos são importantes, mas elas são diferentes das  
3240 políticas afirmativas de inclusão racial. Em virtude disso vou propor mais dois  
3241 destaques, no entendimento de que a política de inclusão racial deve ser  
3242 contemplada separadamente. O primeiro destaque seria a inclusão de um novo  
3243 artigo depois do artigo 4º, com a seguinte redação, que depois retransmito à  
3244 Mesa: 'Da proporção das vagas não referidas no *caput* que trata de vagas  
3245 oriundas de escola pública, o percentual de pretos, pardos e indígenas deverá  
3246 atingir o verificado no Estado de São Paulo pelo último senso demográfico.' Em  
3247 outras palavras, este destaque propõe que tenhamos uma proporção de pretos,  
3248 pardos e indígenas conforme o que ocorre na população de São Paulo, não só  
3249 os oriundos de escola pública, mas também entre o restante dos candidatos. O  
3250 segundo destaque que proponho para apreciação é a respeito das normas  
3251 SISU para ingresso. Vejo nela um mérito da flexibilidade a cada Unidade tomar  
3252 certas decisões, mas no momento é permitido às Unidades criar vagas  
3253 INCLUSP apenas de ampla concorrência e candidatos oriundos de escola  
3254 pública, independente da renda e candidatos PPI oriundos de escola pública,  
3255 dependendo da renda. O destaque é que se reescreva o parágrafo segundo do  
3256 artigo 3º, de modo a permitir, também, as categorias baseadas em renda  
3257 percapita igual ou inferior a um salário mínimo, que podem ser combinadas de  
3258 várias maneiras, como origem escolar e com a cor ou raça autodeclarada.  
3259 Esses são os dois destaques que coloco, oriundos do entendimento que  
3260 emanou da minha Congregação." **M. Reitor:** "Enquanto a Mesa organiza e  
3261 prepara as propostas para encaminhá-las para votação, darei continuidade à  
3262 Pauta. Temos alguns assuntos importantes: a Tabela e alterações de  
3263 Regimento são alguns. Coloco, primeiro os itens 8.1 e 8.2 e 9 em análise e  
3264 discussão." **ALTERAÇÃO DE REGIMENTO DE UNIDADES. 8.1 -**

3265 **PROTOCOLADO 2017.5.65.88.4 – ESCOLA DE ENGENHARIA DE LORENA.**  
3266 Proposta de alteração dos artigos 30 e 31 do Regimento da Escola de  
3267 Engenharia de Lorena - EEL. Informação do Diretor da EEL, Prof. Dr. Renato  
3268 de Figueiredo Jardim, encaminhando a proposta de alteração dos artigos 30 e  
3269 31 do Regimento da Unidade, bem como a justificativa, à Congregação da  
3270 Unidade, para aprovação (23.05.17). **Parecer da Congregação:** aprova a  
3271 proposta de alteração dos artigos 30 e 31 do Regimento da EEL, conforme  
3272 tabela encaminhada nos autos (26.05.17). Informação do Diretor da EEL,  
3273 encaminhando a proposta de alteração do Regimento da Unidade, conforme  
3274 aprovado pela Congregação da Unidade em 26.05.2017, em texto consolidado  
3275 do Regimento (26.05.17). **Parecer da PG:** não vislumbra qualquer óbice de  
3276 caráter jurídico-formal para que as alterações sejam realizadas. Sugere apenas  
3277 que seja retificado o caput do artigo 30, tendo em vista que há um equívoco no  
3278 dispositivo indicado na remissão – o artigo faz menção ao inciso IV do § 2º do  
3279 artigo 30, entretanto a referência diz respeito ao inciso III do § 1º e ao inciso IV  
3280 do § 2º, ambos do artigo 30-A. Sugere que sejam suprimidas as remissões a  
3281 dispositivos específicos do Regimento Geral, para que eventuais modificações  
3282 em tais dispositivos na norma superior não venham a desatualizar o Regimento  
3283 da Unidade (31.05.17). Texto atual: Artigo 30 – O concurso para Professor  
3284 Doutor constará das seguintes provas: I – julgamento do memorial com prova  
3285 pública de arguição; II – prova didática; III – prova escrita. § 1º – A prova  
3286 escrita será eliminatória, observando-se o disposto no Regimento Geral. § 2º –  
3287 As três provas terão pesos iguais. Texto proposto: Artigo 30 – No ato da  
3288 inscrição do concurso para o cargo de Professor Doutor, o candidato deverá  
3289 apresentar, além dos documentos mencionados no Regimento Geral, projeto  
3290 de pesquisa, referido no inciso III do § 1º e inciso IV do § 2º do artigo 30-A.  
3291 Texto proposto: Artigo 30-A – As provas para o concurso de Professor Doutor  
3292 poderão ser feitas em duas fases, devendo essa disposição constar do edital  
3293 de abertura do concurso. § 1º - Para o concurso de Professor Doutor realizado  
3294 em uma única fase, as provas serão as seguintes: I – julgamento do memorial  
3295 com prova pública de arguição; II – prova didática; III – prova pública oral de  
3296 arguição de projeto de pesquisa. § 2º – Para o concurso de Professor Doutor  
3297 realizado em duas fases, as provas serão as seguintes: I – prova escrita; II –  
3298 julgamento do memorial com prova pública de arguição; III – prova didática; IV

3299 – prova pública oral de arguição do projeto de pesquisa. § 3º - Se o concurso  
3300 se processar em duas fases, a primeira será eliminatória e deverá consistir em  
3301 prova escrita. Nesse caso, o candidato que obtiver nota menor do que 7,0  
3302 (sete) da maioria dos membros da Comissão Julgadora estará eliminado do  
3303 concurso. § 4º - A prova escrita eliminatória deverá ser realizada nos termos  
3304 estipulados pelo Regimento Geral. § 5º - A prova pública oral de arguição de  
3305 projeto de pesquisa terá como objetivo avaliar: I – o conhecimento científico e  
3306 experiência prévia sobre o tema proposto pelo candidato; II – a adequação do  
3307 projeto à área de conhecimento/especialidade do Departamento, citadas no  
3308 edital do concurso; III – a clareza das respostas do candidato às questões  
3309 propostas. § 6º - Cada examinador disporá de até quinze minutos para arguir o  
3310 candidato, assegurado a este igual tempo para a resposta. § 7º - Finda a  
3311 arguição, cada examinador lançará a nota em impresso próprio, levando em  
3312 conta os objetivos mencionados no caput deste artigo. Artigo 30-B – Os pesos  
3313 das provas do concurso de Professor Doutor serão: § 1º - No concurso a ser  
3314 realizado em uma única fase: I – julgamento do memorial com prova pública de  
3315 arguição: peso 4; II – prova didática: peso 3; III – prova pública oral de arguição  
3316 do projeto de pesquisa: peso 3. § 2º - No concurso a ser realizado em duas  
3317 fases: I – prova escrita: peso 1; II – julgamento do memorial com prova pública  
3318 de arguição: peso 4; III – prova didática: peso 2; IV – prova pública oral de  
3319 arguição do projeto de pesquisa: peso 3. Texto atual: Artigo 31 – O concurso  
3320 de Professor Titular constará das seguintes provas: I – julgamento dos títulos; II  
3321 – prova pública oral de erudição; III – prova pública de arguição. § 1º – A prova  
3322 pública de arguição destina-se à avaliação geral da qualificação do candidato,  
3323 com atenção aos trabalhos publicados, linhas e projetos de pesquisa  
3324 desenvolvidos, orientação de trabalhos técnicos e científicos, cursos  
3325 ministrados, atividades didáticas, atividades de extensão e produção técnica e  
3326 artística. § 2º – As três provas terão pesos iguais. Texto proposto: Artigo 31 – O  
3327 concurso de Professor Titular constará das seguintes provas: I – julgamento  
3328 dos títulos; II – prova pública oral de erudição; III – prova pública de arguição. §  
3329 1º – A prova pública de arguição destina-se à avaliação geral da qualificação  
3330 do candidato, com atenção aos trabalhos publicados, linhas e projetos de  
3331 pesquisa desenvolvidos, orientação de trabalhos técnicos e científicos, cursos  
3332 ministrados, atividades didáticas, atividades de extensão e produção técnica e

3333 artística. § 2º – A duração da arguição não excederá 30 (trinta) minutos por  
3334 examinador, cabendo ao candidato igual prazo para responder. § 3º – Havendo  
3335 concordância entre o examinador e o candidato, poderá ser estabelecido o  
3336 diálogo entre ambos, observando o prazo global de 60 (sessenta) minutos. § 4º  
3337 – As três provas terão os seguintes pesos: I - julgamento dos títulos: peso 4; II  
3338 - prova pública oral de erudição: peso 3; III - prova pública de arguição: peso 3.

3339 **Parecer da CLR:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Oswaldo Baffa Filho,  
3340 favorável à proposta de alteração dos artigos 30 e 31 do Regimento da Escola  
3341 de Engenharia de Lorena (07.06.17). Minuta de Resolução preparada pela  
3342 Secretaria Geral. **8.2 - PROCESSO 2000.1.239.5.6 – FACULDADE DE**  
3343 **MEDICINA.** Proposta de alteração dos artigos 45 e 46 do Regimento da  
3344 Faculdade de Medicina. Ofício do Diretor da FM, Prof. Dr. Jose Otavio Costa  
3345 Auler Junior, ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. Marco Antonio Zago, encaminhando  
3346 a proposta de alteração dos artigos 45 e 46 do Regimento da Unidade,  
3347 aprovada pela Congregação em 24.06.2016 (24.10.16). **Parecer da PG:**  
3348 esclarece que as alterações propostas são questões de mérito acadêmico, que  
3349 devem ser analisadas sob os aspectos de conveniência e oportunidade pelos  
3350 órgãos colegiados competentes para a apreciação da proposta, não havendo  
3351 óbice do ponto de vista jurídico. Todavia, sugere, para conferir maior clareza e  
3352 precisão à redação do artigo 46, que conste expressamente o quórum com o  
3353 qual poderá funcionar a segunda convocação, para que não haja dúvidas, e  
3354 sugere redação. Ainda, solicita que seja informado se a proposta foi aprovada  
3355 pela Congregação por maioria absoluta (10.11.16). Ofício do Diretor da FM ao  
3356 Magnífico Reitor, informando que a proposta foi aprovada pela Congregação  
3357 em 24.06.2016, por 73 de seus 132 membros. Encaminha, também, a proposta  
3358 de alteração do Regimento alterada, conforme sugerido pela PG (21.11.16).

3359 Texto atual: Artigo 45 - Os colegiados da Faculdade de Medicina reunir-se-ão  
3360 ordinariamente de acordo com um calendário estabelecido em sua primeira  
3361 reunião do ano e, extraordinariamente, sempre que convocados pelos  
3362 respectivos presidentes ou, ainda, por solicitação de um terço de seus  
3363 membros. Texto proposto: Artigo 45 - Os colegiados da Faculdade de Medicina  
3364 reunir-se-ão ordinariamente de acordo com um calendário estabelecido em sua  
3365 última reunião do ano, para o ano subsequente e, extraordinariamente, sempre  
3366 que convocados pelos respectivos presidentes ou, ainda, por solicitação de um

3367 terço de seus membros. Texto atual: Artigo 46 - As convocações para as  
3368 sessões dos colegiados serão feitas por escrito, com antecedência mínima de  
3369 quarenta e oito horas, acompanhadas da ata da sessão anterior e da pauta dos  
3370 trabalhos devidamente informada. § 1º - Os colegiados somente poderão  
3371 funcionar com a presença de mais da metade de seus membros, salvo em  
3372 casos de terceira convocação. § 2º - Caso não haja quórum para a segunda  
3373 reunião, o colegiado reunir-se-á em terceira convocação, quarenta e oito horas  
3374 depois, com qualquer número, não podendo deliberar sobre matérias para as  
3375 quais quórum especial é exigido. Texto proposto: Artigo 46 - As convocações  
3376 para as sessões dos colegiados serão feitas por escrito, com antecedência  
3377 mínima de quarenta e oito horas, acompanhadas da ata da sessão anterior e  
3378 da pauta dos trabalhos devidamente informada. § 1º - Os colegiados somente  
3379 poderão funcionar com a presença de mais da metade de seus membros, salvo  
3380 em casos de terceira convocação. § 2º - Não havendo, na primeira  
3381 convocação, a presença de mais da metade dos seus membros, poderá ser  
3382 feita a segunda convocação, com intervalo mínimo de meia hora. § 3º -  
3383 Constatada a falta de quórum, poderá ser feita a terceira convocação, com  
3384 meia hora de intervalo após a segunda, podendo o Colegiado, neste caso,  
3385 deliberar com qualquer número de presentes, exceto quanto aos assuntos que  
3386 exigirem quórum especial. **Parecer da CLR**: aprova o parecer do relator, que  
3387 opina pelo retorno dos autos à Unidade, para que a Congregação se manifeste  
3388 com relação à proposta da Procuradoria Geral, de manutenção do § 1º do  
3389 artigo 46 (15.02.17). Ofício do Diretor da FM ao Magnífico Reitor, informando  
3390 que a Congregação, em 28.04.2017, aprovou, por 74 de seus 134 membros, a  
3391 alteração do artigo 46 do Regimento da Unidade, conforme proposta  
3392 encaminhada pela Procuradoria Geral (28.04.17). **Parecer da CLR**: aprova o  
3393 parecer do relator, Prof. Dr. Victor Wünsch Filho, favorável à alteração dos  
3394 artigos 45 e 46 do Regimento da Faculdade de Medicina (07.06.17). Minuta de  
3395 Resolução preparada pela Secretaria Geral. **9 - ALTERAÇÃO DE**  
3396 **REGIMENTO DE MUSEU. PROCESSO 2006.1.428.71.7 – MUSEU DE**  
3397 **ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA**. Proposta de alteração dos artigos 13, 14, 15,  
3398 17, 32, 44 e 46 do Regimento do Museu de Arqueologia e Etnologia. Ofício da  
3399 Diretora do Museu de Arqueologia e Etnologia, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina  
3400 Oliveira Bruno, ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. Marco Antonio Zago,

3401 encaminhando a proposta de alteração dos artigos 13, 14, 15, 17, 32, 44 e 46  
3402 do Regimento do Museu, conforme determina o artigo 17 das Disposições  
3403 Transitórias do Regimento Geral da USP. A matéria foi aprovada por  
3404 unanimidade dos presentes em sessão do Conselho Deliberativo (28.06.16).  
3405 **Parecer da PG:** analisa a compatibilidade da proposta com as normas internas  
3406 superiores da USP, sugerindo algumas alterações: no artigo 13-A, incluir mais  
3407 uma unidade afim. Nos artigos 44 e 46 manifesta a necessidade de: i) substituir  
3408 o termo 'mandado' por 'mandato'; ii) substituir o termo 'indicação da CTA' por  
3409 'eleição da CTA' ou esclarecer o sentido o termo utilizado 'indicação da CTA'.  
3410 As demais alterações estão de acordo (25.10.16). Ofício da Diretora do MAE,  
3411 ao Magnífico Reitor, encaminhando a proposta de alteração do Regimento,  
3412 com as alterações sugeridas pela Procuradoria Geral, aprovada pelo Conselho  
3413 Deliberativo, por unanimidade, em 09.12.2016 (12.12.16). **Cota da PG:** observa  
3414 que no artigo 13-A foi indicado, como quinta unidade afim, o Museu de  
3415 Zoologia, entretanto, nos termos do 5º do Estatuto, os Museus não se  
3416 configuram como 'Unidades afins', devendo ser indicado outra unidade em  
3417 substituição ao citado Museu, para efeito do disposto no §7º, II e III do art. 46-A  
3418 do Regimento Geral da USP. Aponta, ainda, que para conferir maior clareza e  
3419 propriedade formal ao artigo 15 da modificação proposta, que a remissão mais  
3420 adequada é ao artigo 46, §13 do Estatuto, aplicável ao Diretor e ao Vice-Diretor  
3421 (30.01.17). Ofício da Diretora do MAE, ao Magnífico Reitor, encaminhando as  
3422 alterações corrigidas conforme sugestão da Procuradoria Geral, indicando a  
3423 ECA como quinta unidade afim, aprovadas pelo Conselho Deliberativo em  
3424 12.12.2016 (04.03.17). Texto atual: Artigo 13 – O MAE será dirigido por um  
3425 Diretor escolhido pelo Reitor dentre os nomes componentes de lista tríplice  
3426 elaborada pelo Conselho Deliberativo especialmente reunido para esta  
3427 finalidade. § 1º – O Diretor deve ser Professor Titular do MAE e exercerá  
3428 mandato de quatro anos, vedada a recondução. § 2º – Não havendo  
3429 Professores Titulares suficientes, a lista tríplice poderá ser completada por  
3430 Professores Associados. Texto proposto: Artigo 13 – O Diretor e o Vice-Diretor  
3431 serão escolhidos por meio de eleição em chapas e com até dois turnos de  
3432 votação, a ser realizada nos termos do parágrafo 6º e seguintes do artigo 46-A  
3433 do Regimento Geral. § 1º - suprimido. § 2º - suprimido. Artigo 13-A – Para  
3434 efeitos do disposto nos § 7º, inciso II e § 18, inciso III do artigo 46-A do

3435 Regimento Geral, são Unidades Afins: Faculdade de Filosofia, Letras e  
3436 Ciências Humanas (FFLCH), Faculdade de Educação (FE), Instituto de  
3437 Geociências (IGc), Instituto de Biociências (IB) e Escola de Comunicações e  
3438 Artes (ECA). Texto atual: Artigo 14 - O Vice-Diretor, substituto do Diretor em  
3439 suas faltas e impedimentos e, em caso de vacância, até novo provimento, será  
3440 designado pelo Reitor dentre os nomes componentes de lista tríplice elaborada  
3441 pelo Conselho Deliberativo especialmente reunido para esta finalidade.  
3442 Parágrafo único – O Vice-Diretor, com mandato de quatro anos, vedada a  
3443 recondução, será Professor Titular ou Associado do MAE. Texto proposto:  
3444 Artigo 14 – O Vice-Diretor substituirá o Diretor em suas faltas e impedimentos,  
3445 e suceder-lhe-á em caso de vacância. Parágrafo único – O mandato do Diretor  
3446 e do Vice-Diretor será de quatro anos, vedado o exercício de dois mandatos  
3447 consecutivos na mesma função. Texto atual: Artigo 15 – O Diretor e o Vice-  
3448 Diretor servirão em regime de dedicação integral à docência e à pesquisa. § 1º  
3449 – Na vacância das funções de Diretor e de Vice-Diretor, até novo provimento,  
3450 bem como na falta ou impedimento de ambos, a Diretoria será exercida pelo  
3451 professor do MAE de mais alta categoria e com maior tempo de serviço  
3452 docente na USP. § 2º – Ocorrendo quaisquer vacâncias relacionadas com os  
3453 arts 13 e 14, o processo de elaboração da respectiva lista tríplice deverá ser  
3454 concluído no prazo máximo de trinta dias. Texto proposto: Artigo 15 – O Diretor  
3455 e o Vice-Diretor servirão em regime de dedicação integral à docência e à  
3456 pesquisa, nos termos do artigo 46, § 13 do Estatuto. § 1º – Na vacância das  
3457 funções de Diretor e Vice-Diretor, assim como na falta ou impedimento de  
3458 ambos, a Diretoria será exercida pelo professor mais graduado do Conselho  
3459 Deliberativo do MAE com maior tempo de serviço docente na Universidade. §  
3460 2º – No caso de dupla vacância, o docente no exercício da Diretoria deverá  
3461 deflagrar, imediatamente, o processo de eleição para Diretor e Vice-Diretor, a  
3462 ser concluído no prazo máximo de sessenta dias. Texto atual: Artigo 17 – A  
3463 CTA terá a seguinte composição: (...) III – os diretores das divisões de apoio à  
3464 Pesquisa e Extensão e apoio ao Ensino; IV – um representante dos servidores  
3465 técnicos e administrativos; V – um representante discente. Parágrafo único –  
3466 Os representantes indicados nos incisos IV e V serão eleitos pelos seus pares  
3467 e terão mandato de dois e um ano, respectivamente. Texto proposto: Artigo 17  
3468 - A CTA terá a seguinte composição: (...) III – os Chefes das divisões de apoio

3469 à Pesquisa e Extensão, apoio ao Ensino e Administrativa e Financeira; IV –  
3470 Chefe do Serviço de Biblioteca e Documentação; V – um representante dos  
3471 servidores técnicos e administrativos; VI – um representante discente de Pós-  
3472 Graduação. Parágrafo único – Os representantes indicados nos incisos V e VI  
3473 serão eleitos pelos seus pares e terão mandato de dois e um ano  
3474 respectivamente. Texto atual: Artigo 32 – Cada comissão terá um presidente e  
3475 um suplente eleito por seus membros com mandato de dois anos, permitida a  
3476 recondução. § 1º – Os presidentes que serão, no mínimo, Professores  
3477 Associados, integram o Conselho Deliberativo. § 2º – Os Professores Titulares  
3478 e Associados, por motivo justificado, poderão ser dispensados pelo Conselho  
3479 Deliberativo das respectivas presidências; neste caso, elas poderão ser  
3480 exercidas por Professores Doutores. Texto proposto: Artigo 32 – Cada  
3481 comissão terá um Presidente e um Vice-Presidente, que a integrarão como  
3482 membros natos, escolhidos pelo Conselho Deliberativo, em votação secreta,  
3483 mediante eleição em chapas, na primeira reunião após o início do mandato do  
3484 Diretor e na primeira reunião que se seguir ao término do primeiro biênio do  
3485 mandato do Diretor. § 1º – suprimido. § 2º – suprimido. Texto atual: Artigo 44 –  
3486 (...) § 1º – A Divisão de Apoio ao Ensino – DAE – será dirigida por um Diretor  
3487 Técnico e respectivo suplente, designados pelo Diretor do MAE, mediante  
3488 indicação da CTA, dentre os docentes ou técnicos especializados, portadores,  
3489 no mínimo, do título de doutor com mandato de 2 (dois) anos, permitidas  
3490 reconduções sucessivas. (...) Texto proposto: Artigo 44 – (...) § 1º – A Divisão  
3491 de Apoio ao Ensino – DAE – será chefiada por um Chefe Técnico e respectivo  
3492 suplente, designados pelo Diretor do MAE, mediante eleição da CTA, dentre os  
3493 servidores técnicos e administrativos ou docentes, com mandato de 2 (dois)  
3494 anos, permitida uma recondução. (...) Texto atual: Artigo 46 – (...) (...) § 2º – A  
3495 Divisão de Apoio à Pesquisa e Extensão Universitária – DAPE – será dirigida  
3496 por um Diretor Técnico e respectivo suplente, designados pelo Diretor do MAE,  
3497 mediante indicação da CTA, dentre os docentes ou técnicos especializados,  
3498 portadores, no mínimo, do título de doutor com mandato de 2 (dois) anos,  
3499 permitidas reconduções sucessivas. Texto proposto: Artigo 46 – (...) (...) § 2º –  
3500 A Divisão de Apoio à Pesquisa e Extensão Universitária – DAPE – será  
3501 chefiada por um Chefe Técnico e respectivo suplente, designados pelo Diretor  
3502 do MAE, mediante eleição da CTA, dentre os servidores técnicos e



3503 administrativos ou docentes, com mandato de 2 (dois) anos, permitida uma  
3504 recondução. **Parecer da CLR:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Victor  
3505 Wünsch Filho, favorável à alteração dos artigos 13, 14, 15, 17, 32, 44 e 46 do  
3506 Regimento do Museu de Arqueologia e Etnologia (07.06.17). Minuta de  
3507 Resolução preparada pela Secretaria Geral. **Cons. Renato de Figueiredo**  
3508 **Jardim:** "Sobre o processo de alteração do Regimento da EEL, item 8.1 da  
3509 pauta, gostaria de fazer uma pequena alteração no artigo 31, § 4º: onde está  
3510 escrito 'as três provas terão pesos iguais', gostaria de substituir pela seguinte  
3511 frase: 'as provas do concurso ao cargo de Professor Titular terão os seguintes  
3512 pesos: I - julgamento dos títulos - peso 4; II - prova público oral de erudição -  
3513 peso 3; III - prova pública de arguição - peso 3.' Obrigado." **M. Reitor:**  
3514 "Pergunto ao Senhor Presidente da CLR se há alguma objeção à sugestão  
3515 encaminhada." O **Cons. José Rogério Cruz e Tucci** manifesta que não há  
3516 objeções. Não havendo manifestações com relação aos item 8.1, 8.2 e 9, o **M.**  
3517 **Reitor** passa à votação, em bloco. **Votação.** Pelo painel eletrônico, obtém-se o  
3518 seguinte resultado: Sim = 82 (oitenta e dois) votos; Não = 0 (zero); Abstenções  
3519 = 12 (doze); Total de votantes = 94 (noventa e quatro). São aprovados, em  
3520 bloco, os pareceres favoráveis da CLR referentes aos itens 8.1, 8.2 e 9 da  
3521 pauta. A seguir, o **M. Reitor** passa ao **item 7 - TABELA DE VAGAS PARA O**  
3522 **CONCURSO VESTIBULAR DE 2018. PROCESSO 2017.1.8337.1.0 –**  
3523 **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.** Tabela de vagas do Concurso Vestibular  
3524 para 2018. **Parecer do CoG:** aprova, por unanimidade, a tabela de vagas do  
3525 Concurso Vestibular para 2018 (28.06.17). **Parecer da CAA:** aprova a tabela  
3526 de vagas do Concurso Vestibular para 2018, com a abstenção do Conselheiro  
3527 Lucas Caprio dos Santos, representante discente (29.06.17). **Cons. Antonio**  
3528 **Carlos Hernandes:** "Conforme consta do resumo que apresentei no início da  
3529 reunião, da Tabela de Vagas consta o total de vagas, que são as vagas  
3530 destinadas para a FUVEST e as vagas que as Unidades decidiram. A tabela  
3531 que os senhores receberam não está atualizada porque a FM ainda estava fora  
3532 desse processo, ela foi atualizada no Conselho de Graduação, com as  
3533 modificações que ocorreram na FFLCH e umas outras três ou quatro, mas  
3534 quando veio para o Co a FM ainda não tinha decidido. O número agora são  
3535 aproximadamente duas mil setecentos e poucas vagas que são do SISU e a  
3536 diferença das onze mil cento e poucas são da FUVEST." **M. Reitor:** "Já foi

3537 aprovada no CoG e na CAA. Esta tabela leva aos percentuais previstos de  
3538 participação no SISU. E é esta que leva a 1.010 ingressantes de PPI - pelo  
3539 menos 1.010. Isto foi atualizado de acordo com as informações das Unidades.  
3540 Claro que a Resolução que votaremos a seguir pode modificar depois estes  
3541 valores, mas estes são os valores aprovados pela Unidades. Então, garantindo  
3542 que isto não interfere na resolução que tomaremos, relativa ao item 6 da  
3543 pauta." **Cons. Antonio Carlos Hernandez:** "Dentro desta tabela, que é o  
3544 resultado que apresentei que tem os 1.010 PPIs, que se tomou como  
3545 referência, já está computada todas as alterações que ocorreram, inclusive o  
3546 curso de Biotecnologia e o da Medicina, porque se não tivessem sido  
3547 aprovados, seriam retirados da tabela no momento. Então, a Tabela está  
3548 completa, com os 1.010, está atualizada." O **M. Reitor** questiona se alguém  
3549 necessita de esclarecimento adicional e, ninguém querendo fazer uso da  
3550 palavra, passa, à votação da Tabela de Vagas para o Concurso Vestibular para  
3551 2018. **Votação.** Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 90  
3552 (noventa) votos; Não = 0 (zero); Abstenções = 4 (quatro), Total de votantes =  
3553 94 (noventa e quatro). É aprovado o parecer da CAA, favorável à Tabela de  
3554 Vagas para o Concurso Vestibular de 2018. A seguir, o **M. Reitor** volta à  
3555 discussão do **Item 6**, que trata da Minuta de Resolução que dispõe sobre as  
3556 formas de ingresso nos cursos de graduação da USP. **M Reitor:** "Com relação  
3557 à minuta de Resolução, colocarei primeiro em votação o texto original, que já  
3558 está aprovado pelo CoG, pela CLR e pela CAA, sem prejuízo dos destaques,  
3559 que serão votados separadamente. Os destaques são acréscimos,  
3560 modificações ou supressões, mas para isso precisamos ter o texto básico, no  
3561 caso de nenhum deles ser aprovado, senão ficamos sem resolução alguma.  
3562 Farei uma exceção hoje, porque em princípio e a boa prática manda que todos  
3563 esses destaques fossem devolvidos às Comissões para reanálise e eventuais  
3564 aglutinações e voltassem para votação. Isto, além de dar um período para  
3565 reanálise, para reajustes, reflexões e análise de consequências que às vezes  
3566 não são previstas, é a melhor prática, e é aquela que adotamos regularmente.  
3567 No entanto, hoje não temos condições de fazer isso, porque esta matéria tem  
3568 que ser decidida hoje, não há mais espaço. De forma que farei uma exceção e,  
3569 para isso, as Comissões, tanto o Conselho de Graduação que está aqui  
3570 representado pelo Pró-Reitor, como a CAA e a CLR terão que observar se há

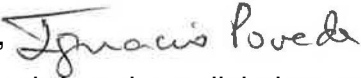
3571 discrepâncias no texto, etc., mas terão que admitir também que não há outra  
3572 saída, mesmo porque os membros dessas Comissões estão presentes. Então  
3573 passaremos à votação do texto original." **Votação.** Pelo painel eletrônico  
3574 obtém-se o seguinte resultado: Sim = 90 (noventa) votos; Não = 1 (um) voto;  
3575 Abstenções = 4 (quatro); Total de votantes = 95 (noventa e cinco). É aprovado  
3576 o parecer da CAA, favorável à Resolução que dispõe sobre formas de ingresso  
3577 nos cursos de graduação da USP, sem prejuízo de destaques. **M. Reitor:** "O  
3578 texto básico foi aprovado e agora passaremos aos destaques. Procuramos  
3579 fazer convergir, porque havia muita coisa dispersa, e colocaremos em votação.  
3580 Chamo a atenção para o fato de que há um destaque que representou um  
3581 consenso entre um grande grupo, que se originou com o Cons. André Singer,  
3582 envolveu a bancada de representantes discentes de graduação e de pós-  
3583 graduação, temos então um amplo acordo a respeito desta emenda. Haverá  
3584 emendas separadas que não contaram com este consenso." **Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria**  
3585 **Paula Dallari Bucci:** "O primeiro destaque é no artigo 3º, § 2º, que é a  
3586 proposta do Prof. Paulo Inácio, de que as modalidades de escolha que estão  
3587 relacionadas, só admitida a ampla concorrência L3, que são candidatos da  
3588 escola pública, e L4, que é PPI, a proposta é que se incluam as outras  
3589 modalidade do SISU, que são L1 e L2, que seria combinar esses critérios como  
3590 critérios de renda. É uma proposta nova que não tinha aparecido até agora.  
3591 Para o artigo 4º há três propostas: a do Cons. Marcos Magalhães altera o  
3592 escalonamento que está contido nos incisos do § 2º, o que consta hoje na  
3593 redação é que esse escalonamento vai de 2018 até 2021, com 37%, 40%, 45%  
3594 e 50%. Ele simplifica essa regra dizendo que seria de 2018 a 2020 - encurta  
3595 em um ano o prazo - e o percentual seria sempre 50%. Então, altera o  
3596 escalonamento para que no ingresso em 2018 seja 50% de vagas em cada  
3597 Unidade; no ano seguinte, 50% em cada curso e, no ano seguinte, 2020, curso  
3598 e turno, 150%. Sempre 50%, o que muda é a base de cálculo. A proposta  
3599 seguinte é do Cons. André Singer, que é a que tem maior número de  
3600 convergências; houve várias outras com redações diferentes e que acabaram  
3601 acordando com essa redação do § 3º do artigo 4º, que é a seguinte: 'Na  
3602 reserva de vagas para egressos da escola pública de que trata o § 2º incidirá  
3603 percentual de reserva de vagas para estudantes autodeclarados pretos, pardos  
3604 e indígenas, equivalente à proporção desses grupos no Estado de São Paulo,

3605 verificada pelo IBGE.'" **M. Reitor**: "Ou seja, no próximo ano 37% de escola  
3606 pública com aproximadamente 37,5% de PPI, no ano seguinte, 40% de escola  
3607 pública com 37,5% e assim por diante. Este destaque que foi o que teve maior  
3608 apoio. E quero explicar bem para que os Conselheiros saibam no que estão  
3609 votando." **Prof.ª Dr.ª Maria Paula Dallari Bucci**: "O seguinte é uma outra  
3610 redação para o mesmo dispositivo, encaminhada pelo Cons. Gilberto Xavier,  
3611 que é a inclusão de novo artigo após o artigo 4º." **Cons. Gilberto Fernando**  
3612 **Xavier**: "Não se trata de um parágrafo do artigo 4º, mas sim de um novo artigo,  
3613 porque queremos que esta proporção seja aplicada, independentemente da  
3614 origem do estudante, se escola pública ou não." **Prof.ª Dr.ª Maria Paula**  
3615 **Dallari Bucci**: "O destaque é o seguinte: 'A proporção de autodeclarados  
3616 pretos, pardos e indígenas no total de vagas da graduação de cada Unidade da  
3617 USP deve ser a proporção desses grupos no Estado de São Paulo, conforme o  
3618 último senso do IBGE.' Consulto o Cons. Pedro Dallari, membro da CLR,  
3619 porque acho que tem uma relação de prejudicialidade; as propostas podem ser  
3620 votadas nessa sequência?" O **Cons. Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari** fala  
3621 fora do microfone, dizendo que acha que esta proposta conflita com a anterior.  
3622 **Cons. Gilberto Fernando Xavier**: "Apenas queria explicar o espírito da  
3623 proposta. Vimos que existem propostas que reservam 35%, que é a proporção  
3624 de PPI no Estado de São Paulo, 50% para oriundos de escola pública e os  
3625 outros 35% para os 50% de escolas não públicas. A nossa Congregação  
3626 entende que é preferível que se defina um número geral, que é a proporção de  
3627 PPI no Estado de São Paulo, mas concorda com o escalonamento que foi  
3628 proposto. Então, em 2018 seria 37% oriundos de escola pública, em 2019,  
3629 40%, depois 45% e depois 50%. Mas em todos os casos se aplica esse." **M.**  
3630 **Reitor**: "Mas esse percentual se aplica sobre o quê?" **Cons. Gilberto**  
3631 **Fernando Xavier**: "Sobre a totalidade dos ingressantes. Para ficar claro:  
3632 suponhamos que se aprove esse dispositivo, então teríamos 37% oriundos de  
3633 escola pública, identifica-se qual a quantidade de PPI que há dentro deste  
3634 universo no primeiro ano e os restantes complementam com os alunos que  
3635 tiveram as melhores notas, tanto os de escola pública quanto não escola  
3636 pública." **M. Reitor**: "Então significa uma emenda aditiva, dizendo que além da  
3637 reserva de 37%, 40% e 45% para a escola pública, terá, a partir do próximo  
3638 ano, 37,5% aproximadamente de PPI entre todos os ingressantes da USP. Ou

3639 seja, esta é uma porcentagem que se aplica ao total." **Prof.ª Dr.ª Maria Paula**  
3640 **Dallari Bucci**: "Na redação proposta não está especificado que é curso e  
3641 turno, que é a variável; o escalonamento está sendo montado para contemplar  
3642 todo curso e turno. Na proposta só se fala em unidade, o que quer dizer que  
3643 um curso poderia concentrar para brancos e outro turno concentrar pretos. É  
3644 isso mesmo?" **Cons. Gilberto Fernando Xavier**: "Confesso que isso não foi  
3645 discutido. Mas em princípio sim." **Cons. Antonio Carlos Hernandes**: "A lei diz  
3646 que é por curso e turno, e da forma como ele está colocando é parecido com a  
3647 forma que estamos trabalhando até agora. Estamos trabalhando com a  
3648 Universidade. A proposta que se tem, que é essa inclusive que foi feita de  
3649 consenso, se traz o histórico da lei, que é unidade, para dar tempo para se  
3650 fazer, curso e depois curso e turno, até chegar aos 50%, e aí nessa proposta  
3651 os 37,5% - que é o número hoje - de cada escalonamento hoje, repetindo a  
3652 questão do ..." **Prof.ª Dr.ª Maria Paula Dallari Bucci**: "A proposta dele não  
3653 está chegando no curso e turno, ela para em unidade." **Cons. Antonio Carlos**  
3654 **Hernandes**: "Por isso que estou dizendo que está fora." **Prof.ª Dr.ª Maria**  
3655 **Paula Dallari Bucci**: "Também acho que está fora." **M. Reitor**: "Não cabe ao  
3656 Reitor retirar proposta." **Prof.ª Dr.ª Maria Paula Dallari Bucci**: "Penso que o  
3657 Conselheiro não tinha percebido isso." **Cons. Gilberto Fernandes Xavier**: "A  
3658 princípio podemos colocar curso e turno se for o caso." **Prof.ª Dr.ª Maria Paula**  
3659 **Dallari Bucci**: "Depois dessa proposta tem a do Cons. Marcos Magalhães, no  
3660 artigo 5º, § 1º, incluir um inciso propondo 'um especialista do movimento social  
3661 para integrar a comissão.' E há uma última proposta dizendo que 'a avaliação  
3662 deve ser feita, pelo menos, a cada dois anos.' **M. Reitor**: "Obvio que a  
3663 comissão terá que prestar contas anualmente, de forma que penso que  
3664 podemos abrir mão desta proposta." **Cons. Paulo Inácio Knet Lopez de**  
3665 **Prado**: "Fiz mais uma proposta de destaque que é ligeiramente diferente da do  
3666 meu diretor, que é um novo artigo que aplica a proporção de PPI observada no  
3667 Estado sobre as vagas não tratadas no artigo anterior, sobre as vagas de  
3668 escola pública." **Prof.ª Dr.ª Maria Paula Dallari Bucci**: "Mas é porque ele está  
3669 propondo sobre o global, já está incluído, a proposta é mais abrangente."  
3670 **Secretário Geral**: "É uma proposta que incide essa proporção de 37% no  
3671 global." **Cons. Paulo Inácio de Kneqt López de Prado**: "Tudo bem, então eu  
3672 retiro meu destaque." **Prof.ª Dr.ª Maria Paula Dallari Bucci**: "Recapitulando:

3673 são cinco destaques: o primeiro no artigo 3º, do Cons. Paulo Inácio; depois, no  
3674 artigo 4º há três propostas - Cons. Marcos Magalhães, André Singer e Gilberto;  
3675 depois, no artigo 5º, a proposta do Cons. Marcos Magalhães." **Cons.ª Marilene**  
3676 **Proença Rebello de Souza**: "No caso do artigo 5º - destaque da Psicologia -  
3677 ele fica desconsiderado se for votada e aprovada a mudança no artigo 4º,  
3678 senão ele permanece como um destaque." **M. Reitor**: "No caso da aprovação  
3679 dessa emenda, que foi a aglutinação da emenda que teve maior concordância,  
3680 fica prejudicado porque fica desnecessário. Muito bem. Então em que ordem  
3681 votamos, Prof.ª Maria Paula?" **Prof.ª Dr.ª Maria Paula Dallari Bucci**: "Acho  
3682 que na sequência em que elas aparecem. Então, a primeira seria a do artigo  
3683 3º, § 2º - a inclusão de duas alíneas, onde consta 'Dentre as modalidades de  
3684 vagas adotadas pelo SISU, a USP faculta às Unidades optar pelas AC, L3 e L4.  
3685 A proposta do Prof. Paulo Inácio é AC, L1, L2, L3 e L4." **M. Reitor**: "Significa  
3686 mexer no SISU, modificar o sistema de opção que as Unidades têm de  
3687 colocação de vagas no SISU. Os argumentos já foram todos apresentados e  
3688 agora vamos passar à votação dos destaques. O Professor argumenta que não  
3689 existe nenhuma chance, se eventualmente esse destaque vier a ser aprovado,  
3690 de aplicar este ano, porque isto exige que as Unidades se manifestem e façam  
3691 as escolhas. Então é uma proposta de modificação de como colocamos vagas  
3692 no SISU. Passo à votação." **Votação**. Pelo painel eletrônico, obtém-se o  
3693 seguinte resultado: Sim = 49 (quarenta e nove) votos; Não = 42 (quarenta e  
3694 dois) votos; Abstencões = 6 (seis); Total de votantes = 97 (noventa e sete). É  
3695 aprovado o destaque de alteração do § 2º do artigo 3º da minuta de Resolução,  
3696 passando a ter a seguinte redação: "§ 2º – É facultado às Unidades optar por  
3697 qualquer das modalidades de ingresso constantes da Lei 12.711, de  
3698 29.08.2012, e sua regulamentação, a seguir descritas: a)AC – vagas  
3699 disponibilizadas para Ampla Concorrência; b)L1- vagas reservadas para  
3700 candidatos que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas, com renda  
3701 familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo; c)L2- vagas  
3702 reservadas para candidatos que cursaram todo o ensino médio em escolas  
3703 públicas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário  
3704 mínimo, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; d)L3 – vagas reservadas  
3705 para candidatos que, independentemente da renda, tenham cursado  
3706 integralmente o ensino médio em escolas públicas; e)L4- vagas reservadas

3707 para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que,  
3708 independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio  
3709 em escolas públicas." **Prof.ª Dr.ª Maria Paula Dallari Bucci**: "O segundo  
3710 destaque é alteração do escalonamento (§ 2º do artigo 4º), que passaria a ser:  
3711 no ano de 2018 passaria a 50% das vagas de cada Unidade; no ano de 2019  
3712 passaria a 50% de cada curso de graduação; no ano de 2020 passaria a 50%  
3713 das vagas em cada curso e turno." **M. Reitor**: "Irámos já imediatamente aos  
3714 50%. Passo à votação." **Votação**. Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte  
3715 resultado: Sim = 36 (trinta e seis) votos; Não = 51 (cinquenta e um) votos;  
3716 Abstenções = 7 (sete); Total de votantes = 94 (noventa e quatro). É rejeitado o  
3717 destaque para alteração do § 2º do artigo 4º, para que fosse alterado o  
3718 escalonamento para 50% já em 2018. **Prof.ª Dr.ª Maria Paula Dallari Bucci**:  
3719 "O terceiro destaque é do Cons. André Singer, que acrescenta um § 3º ao  
3720 artigo 4º, com a seguinte redação: 'Na reserva de vagas para egressos da  
3721 escola pública de que trata o § 2º incidirá percentual de reserva de vagas para  
3722 estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas equivalente à proporção  
3723 desses grupos no Estado de São Paulo, verificada pelo IBGE.' **M. Reitor**: "Esta  
3724 proposta agregou várias propostas que já existiam, tem o apoio da bancada  
3725 dos estudantes e o encaminhamento da Pró-Reitoria de Graduação. Passo à  
3726 votação. **Votação**. Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim =  
3727 75 (setenta e cinco) votos; Não = 8 (oito) votos; Abstenções = 9 (nove); Total  
3728 de votantes = 92 (noventa e dois). É aprovado destaque encaminhado, de  
3729 inclusão de um § 3º no artigo 4º, com a seguinte redação: "§ 3º - Na reserva de  
3730 vagas para egressos da escola pública de que trata o § 2º incidirá percentual  
3731 de reserva de vagas para candidatos autodeclarados pretos, pardos e  
3732 indígenas equivalente à proporção desses grupos no Estado de São Paulo,  
3733 segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e  
3734 Estatística (IBGE).' Palmas. **Prof.ª Dr.ª Maria Paula Dallari Bucci**: "Destaque  
3735 encaminhado pelo Cons. Gilberto Xavier, que propõe um novo dispositivo que  
3736 diz: 'A proporção de autodeclarados pretos, pardos e indígenas no total de  
3737 vagas da graduação de cada Unidade, curso e turno da USP deve ser a  
3738 proporção desses grupos na população do Estado de São Paulo, verificada  
3739 pelo IBGE.' O **M. Reitor** coloca em votação a proposta de criação de novo  
3740 dispositivo (referente ao artigo 4º). **Votação**. Pelo painel eletrônico, obtém-se o

3741 seguinte resultado: Sim = 34 (trinta e quatro) votos; Não = 43 (quarenta e três)  
3742 votos; Abstenções = 15 (quinze); Total de votantes = 92 (noventa e dois). É  
3743 rejeitado o destaque encaminhado, de inclusão de novo dispositivo (referente à  
3744 proporção de PPI incidente sobre o total de vagas). **Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Paula**  
3745 **Dallari Bucci**: "Destaque encaminhado pelo Cons. Marcos Magalhães,  
3746 referente ao artigo 5º, de inclusão, no § 1º, de um membro da comissão que  
3747 seja um especialista do movimento social." O M. Reitor passa à votação.  
3748 **Votação**. Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 59  
3749 (cinquenta e nove) votos; Não = 27 (vinte e sete) votos; Abstenções = 9 (nove);  
3750 Total de votantes = 95 (noventa e cinco). É aprovado o destaque de alteração  
3751 do § 1º do artigo 5º, de inclusão de mais um membro na Comissão de  
3752 Acompanhamento de Política de Inclusão da USP, que seja um especialista do  
3753 movimento social. 'V - um especialista em educação de movimentos sociais.'  
3754 Palmas. **M. Reitor**: "E com isto nós terminamos uma reunião histórica do  
3755 Conselho Universitário." Palmas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor  
3756 Presidente dá por encerrada a reunião, às 20h24. Do que, para constar,  
3757 eu,  Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco, Secretário  
3758 Geral, lavrei e solicitei que fosse digitada esta Ata, que será examinada pelos  
3759 Senhores Conselheiros presentes à sessão em que for discutida e aprovada, e  
3760 por mim assinada. São Paulo, 04 de julho de 2017.